

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

RORAIMA

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

BASES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

RORAIMA

2026

2026 - Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste manual, desde que citada a fonte e que não seja utilizado para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1. Edição - 2026 - 1.000 exemplares
Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR
Coordenação Geral de Gestão do Território - CGGT
Coordenador geral: Vitarque Lucas Paes Coêlho

Empresa contratada: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**
Coordenadores do Projeto: Henrique Barandier e Jessica Ojana

Ficha Catalográfica

Fronteiras da Amazônia: Arco Norte e Rondônia

Bases para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Roraima/ Henrique Barandier (coord.), Jessica Ojana (coord), IBAM, MIDR – Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2026.

184 f. : il. col.
ISBN: 9786552785954

1. Faixa de Fronteira 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional 3. Programa Fronteira Integrada 4. Região Norte - Roraima I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal II. Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional III. Barandier, Henrique IV. Ojana, Jessica V. Título.

CDU
502+352(811)

Ficha Catalográfica elaborada por
Amanda de Chiara dos Santos Neto – Bibliotecária – CRB: 07798

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário executivo
Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto
Edgar Batista de Azevedo Caetano

Chefe de Gabinete
Lucas Arantes Miotti

Coordenador-Geral de Gestão do Território
Vitarque Lucas Paes Coêlho

Equipe Técnica
Rodolfo Calmon de Castro - Economista / Coordenador de Projeto
Raquel Martins Rego – Analista Executiva
Rodrigo Martins dos Santos - Analista de Infraestrutura
Wallace Vitor Leão Feitosa - Consultor IICA
Larissa Andreza Costa Peniche - Consultora IICA
Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora IICA
Marcelo Burguez Pires - Consultor IICA
Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Consultor IICA
Alex Rosa Campani – Assessor Técnico
Victor Rodrigues Pereira - Assessor Técnico

Apoio Administrativo
Patrícia Sousa Silva Maria - Secretária Executiva
Gabryella Mateus de Oliveira Mascarenhas – Assessora Administrativa
Antonia Moreira Silva – Assessora Administrativa

Consultoria | Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral do IBAM
Claudia Ferraz

Supervisão Institucional
Paulo Timm
Alexandre Santos

Coordenação Geral e Coordenação Técnica
Henrique Barandier
Jessica Ojana

Coordenação de Geoprocessamento
Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Mobilização e Articulação
Louise Storni

Coordenação de Comunicação
Ewerton Antunes

Equipe técnica
Alberto Costa Lopes - Especialista Arquitetura e Urbanismo
Fernanda Ferreira - Especialista Geografia
Bernardo Mercante Marques - Especialista Ciências Sociais
Clarice Antoun - Especialista Economia
Paulo Timm - Especialista Administração Pública
Marcus Alonso Ribeiro Neves - Especialista Direito
Luciana Hamada - Especialista Gestão Climática e Infraestrutura
Rosimere de Souza - Especialista Migração e Segurança
Karin Segala - Especialista Desenvolvimento Social e Infraestrutura
Ricardo Moraes – Especialista Planejamento Urbano
Priscila Oquioni - Consultora Jurídica
Marcella Meireles - Consultora Jurídica
Alessandra Bizoni - Jornalista
Edjales Brito – Consultor local Rondônia
Maria Emília Coelho – Consultora local Acre
Luiz Castro – Consultor local Amazonas
Solange Aparecida - Consultora local Pará
Katia Vizzoni – Consultora local Roraima

Apoio
Flávia Lopes - Apoio Administrativo
Roberto Gonçalves - Programação Web
Pedro Predes – Estagiário de Comunicação
Jenifer Castro – Estagiária de Geografia
Juliana Kreitlon – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Mensagem do MIDR

É com grande satisfação que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) apresenta os resultados do Projeto Fronteiras da Amazônia. Esta iniciativa nasce do nosso profundo compromisso em construir as bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, além de fortalecer os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs).

Esse esforço só foi possível graças a uma valiosa rede de cooperação. Caminhamos lado a lado com importantes parceiros do Governo Federal – como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) –, além de contar com a dedicação fundamental dos Governos Estaduais e Municipais. O que vemos aqui é a prova de que o diálogo federativo é o melhor caminho para garantir a soberania nacional e promover o progresso social onde o Brasil mais precisa.

Guiados pela estratégia do Programa Fronteira Integrada (PFI), desenhamos agendas transversais que olham para o futuro. Nosso foco está em conciliar sustentabilidade, inovação, bioeconomia, economia circular e tecnologia da informação e comunicação. Para que o plano refletisse a realidade real de cada localidade, adotamos o conceito da sêxtupla hélice: ouvimos quem faz a região acontecer. Unimos governo, academia, setor produtivo, sociedade civil, investidores e as nossas comunidades tradicionais em oficinas colaborativas e plataformas digitais para construir, de forma transparente, uma verdadeira carteira de projetos.

Este conjunto de publicações não é apenas um diagnóstico; é um convite à ação. Ao consolidar as potencialidades e os desafios de cada estado, alinhados às Diretrizes das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Fronteiras, oferecemos uma base de informações rica e atual para subsidiar os planejamentos dos estados fronteiriços. Mais do que isso, este material se consolida como uma ponte diplomática para estreitarmos laços, parcerias e projetos de interesse comum com os nossos países vizinhos visando à integração e desenvolvimento das nossas fronteiras.

Dedicamos este caderno especial ao Estado de Roraima, importante espaço de conexão entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana. Em um contexto marcado por intensos fluxos migratórios, desafios de infraestrutura e ampliação das relações econômicas e institucionais com os países vizinhos, torna-se essencial fortalecer políticas públicas integradas e mecanismos de atuação coordenada na faixa de fronteira. Este documento reafirma o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a proteção territorial e a valorização das populações que vivem e constroem cotidianamente a realidade fronteiriça roraimense.

Com compromisso, esperança e a certeza de que o futuro da Amazônia se constrói com união para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Waldez Góes
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Mensagem do IBAM

A publicação das bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) marca a conclusão de um processo de trabalho intenso, em torno de um tema tão complexo quanto essencial como é o do planejamento e gestão do território na extensa faixa de fronteira brasileira.

Participar de um projeto dessa envergadura, envolvendo seis estados da federação, com foco sobre uma região que engloba 97 municípios, onde vivem mais de 3 milhões de pessoas, foi, sem dúvida, desafiador e estimulante para o IBAM. Ao longo de cerca de um e ano meio de trabalho se buscou compreender as dinâmicas presentes na faixa de fronteira da Amazônia, reconhecendo diferenças locais, para se chegar à proposição de uma carteira de projetos para cada estado.

Sob a coordenação geral do MIDR, o projeto se desenvolveu na interlocução direta com os estados, municípios e atores sociais atuantes na faixa de fronteira. Para além conectar o trabalho com a realidade do território, o esforço de articulação empreendido buscou estimular os estados a pensarem a gestão da região fronteiriça como prioritária. Dessa forma, o próprio processo de trabalho se constituiu como contribuição para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Fronteira existentes e como incentivo para a formação onde ainda não existem, pois são fundamentais para a consolidação dos PDIFFs e acompanhamento de sua implementação.

Cabe destacar também o empenho das equipes envolvidas em buscar convergências entre diferentes políticas públicas que incidem nos territórios da fronteira na Amazônia, numa visão integrada de desafios e potencialidades. Espera-se que os PDIFFs possam se consolidar como referência comum na definição de prioridades de ação e de investimentos, para as diferentes esferas de governo, para o setor privado e para as organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, podem desempenhar importante papel na interlocução com países vizinhos, uma vez que pensar a faixa de fronteira exige também a construção dialogada sobre propostas para lidar com os desafios comuns.

Agradecemos a todas colaborações ao longo do processo de trabalho, nas visitas de campo, nas reuniões técnicas, nas oficinas territoriais, na plataforma online de consulta, que permitiram qualificar os resultados obtidos e sistematizados na publicação de cada estado.

Saudações,

Claudia Ferraz
Superintendente Geral do IBAM

Lista de siglas

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
AC - Acre
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AFP - Agence France-Presse
ALC - Área de Livre Comércio
ALCs - Áreas de Livre Comércio
ALFV - Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas
AM - Amazonas
Anac - Agência Nacional de Aviação Civil
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
AP - Amapá
APIs - Arranjos Populacionais Internacionais
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BEN - Balanço Energético Nacional
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CDN - Conselho de Defesa Nacional
CIR - Conselho Indígena de Roraima
COOPERA - Coordenação de Cooperação Técnica
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CV - Comando Vermelho
DACREDEN - Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DICOL/SUDAM - Diretoria de Implementação de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial da SUDAM
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPU - Defensoria Pública da União
EAF - Entidade Administradora de Faixa
Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
ESD – Escola Superior de Defesa
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FJP - Fundação João Pinheiro
FLONA - Floresta Nacional
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GDR - Gestão de Riscos e Desastres

GEE - Gases de Efeito Estufa

GGIF - Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras

GSI/PR - Gabinetes de Gestão Integrada para a Segurança na Fronteira

IATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade

ICM - Indicador de Capacidade Municipal

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEL/RR - Instituto Euvaldo Lodi de Roraima

IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente

IFRR - Instituto Federal de Roraima

IFs - Institutos Federais

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MD - Ministério da Defesa

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MF - Ministério da Fazenda

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MME - Ministério de Minas e Energia

MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento

MPF - Ministério Público Federal

MPI - Ministério dos Povos Indígenas

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MS - Ministério da Saúde

Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações

IATER-RR - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima

MLA - Programa Mais Luz para a Amazônia

MT – Mato Grosso

MT - Ministério dos Transportes

MTur - Ministério do Turismo

MW - Megawatt

NEF - Núcleo Estadual de Fronteira

NEIFRO - Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia

NIFFAM - Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONGs - Organizações Não Governamentais

OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PA - Pará

PA - Projeto de Assentamento

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PASI - Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados

PCC - Primeiro Comando da Capital

PC - Polícia Civil

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PDIFFs - Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

PEIF - Programa Escolas Interculturais de Fronteira

PEVS - Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE)

PF - Polícia Federal

PFI - Programa Fronteira Integrada

PGSA - Planos de Gestão Territorial e Ambiental

PGTAs - Planos de Gestão Territorial e Ambiental

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PLPT - Programa Luz para Todos

PM - Polícia Militar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNFron - Política Nacional de Fronteiras

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PPA - Plano Plurianual

PPIF - Programa de Proteção Integrada de Fronteiras

PPM - Pesquisa Pecuária Municipal

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

RFB - Receita Federal do Brasil

RO - Rondônia

RR - Roraima

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

SAGAE - Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos

SEADI/RR - Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação de Roraima

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil

SEDECTI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SEINF/RR - Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima

SEPI/RR - Secretaria de Estado dos Povos Indígenas de Roraima

SEPOG/RO - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia

SESP/RR - Secretaria de Estado da Segurança Pública de Roraima

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

SIN - Sistema Interligado Nacional

SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISOL - Sistemas Isolados

SNPCT - Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável

SIUP - Serviços industriais de Utilidade Pública

STF - Supremo Tribunal Federal

STI - Sistema de Tráfego Internacional

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUS - Sistema Único de Saúde
TAR - Terminal de Armazenamento e Regaseificação
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação
TIs - Terras Indígenas
TNE - Transnorte Energia S.A.
TQs - Territórios Quilombolas
UCs - Unidades de Conservação
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana
USP - Universidade de São Paulo
VIGIAGRO - Vigilância Agropecuária Internacional
WWF - World Wildlife Fund
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico
ZFV - Zona Franca Verde

Sumário

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 15

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 17

Política Nacional de Desenvolvimento Regional 19

Política Nacional de Fronteira 20

Governança da Faixa de Fronteira 23

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia 27

Caracterização Geral 29

Caracterização Sociodemográfica 40

Análise por eixos temáticos 47

Panorama Roraima 55

Apresentação 57

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática 67

Infraestrutura para o Desenvolvimento 81

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social 91

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais 101

Integração Regional, Migrações e Segurança 107

Oficinas de Planejamento territorial 115

Diretrizes e Carteira de projetos 127

Subsídios do Ipea ao debate 165

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira



Foto: Governo do Estado de Roraima

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

A Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil foi estabelecida em 1979, pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e, em 1991, coube ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a competência de definir *"critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira"* (art. 1, parágrafo único).

Nas últimas décadas, a estratégia brasileira de segurança nacional aplicada à faixa de fronteira passou por uma mudança substantiva, abandonando gradualmente a lógica predominantemente militar e defensiva, para adotar uma abordagem integrada que reconhece o desenvolvimento social, econômico e ambiental como elementos centrais da própria segurança do Estado.

No marco do Estado Democrático de Direito, a fronteira passou a ser concebida não apenas como zona de contenção de ameaças externas, mas como território habitado, dinâmico e estratégico para a integração regional, no qual a presença efetiva do poder público, a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação transfronteiriça são instrumentos de fortalecimento da soberania.

Essa inflexão se expressa no arcabouço legal e nas políticas públicas contemporâneas, que articulam defesa, desenvolvimento e integração, ao estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos, proteção ambiental e arranjos econômicos locais, bem como a cooperação com países vizinhos, partindo do entendimento de que desigualdade, isolamento e fragilidade institucional representam riscos tão relevantes à segurança nacional quanto ameaças militares convencionais.

A partir dessa estratégia uma série de estudos, leis e decretos que tratam sobre as fronteiras foram instituídos. Em 2011, também se buscou alinhamento junto aos estados para elaboração de Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e instalação de Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), que resultaram na edição de alguns planos, a exemplo dos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul, e institucionalização de alguns núcleos, a exemplo do NIFFAM, no Estado do Amazonas e NEIFRO, em Rondônia[1].

15.719 km de extensão **11 estados**

588 municípios **11,7 milhões de habitantes**

ARCO NORTE

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

ARCO CENTRAL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARCO SUL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



1. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM) está sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Já o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO) foi criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020 e está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disciplinada pelo decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR, sob responsabilidade do MIDR, fundamenta-se na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

Macrorregional: Correspondente ao recorte geográfico das grandes regiões brasileiras, com prioridade para Amazônia Legal, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, com vistas a reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sub-regional: Correspondente ao recorte territorial em áreas prioritárias da PNDR, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais.

São objetivos da PNDR:

> *I - promover* ***a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País*** *e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;*
>
> *II - consolidar uma* ***rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País****, de forma a considerar as especificidades de cada região;*
>
> *III - estimular* ***ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional****, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*
>
> *IV - fomentar a* ***agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional****, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.*

Nesse sentido, a faixa de fronteira é considerada uma sub-região prioritária para a política regional, em função dos seus aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e integração regional.

Política Nacional de Fronteira

Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) por meio do Decreto 12.038/2024. A PNFron se destina a nortear as ações do Poder Executivo Federal, promovendo uma atuação articulada e coordenada entre os entes federativos e as instituições do setor privado, sendo organizada a partir de quatro eixos interdependentes: segurança nacional, integração regional, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, cidadania e proteção social nas regiões fronteiriças brasileiras.

PNFron

Eixo 1 – Segurança
Coordenado pelo Ministério da Defesa

Proteção das fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais e fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança

Eixo 2 – Integração Regional
Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

Atuação sistêmica, integrada e coordenada com os entes federativos, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável
Coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Foco nas suas dimensões social, econômica e ambiental, a partir da valorização das potencialidades econômicas e das diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais

Eixo 4 – Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social
Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a inclusão social e o acolhimento humanitário de migrantes, refugiados, apátridas e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover a proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Conforme art. 5º do decreto, são objetivos da PNFron:

> *I - assegurar a **presença do Estado nas fronteiras**, respeitadas as especificidades e necessidades de cada arco de fronteira;*
>
> *II - estimular a **aproximação entre o Poder Executivo federal, os Estados e os Municípios** nas fronteiras, e aproveitar as iniciativas locais, incluídos o **setor privado e a sociedade civil**;*
>
> *III - assegurar a **inter-relação e a complementariedade entre políticas nacionais e setoriais** afetas às fronteiras;*
>
> *IV - coordenar as **ações entre os eixos - segurança, integração regional, desenvolvimento sustentável, e direitos humanos, cidadania e proteção social**;*
>
> *V - contribuir para a **garantia da soberania nacional, da integridade territorial e da proteção do patrimônio nacional** nas fronteiras;*
>
> *VI - fortalecer e aprimorar as **estruturas de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais** nas fronteiras;*
>
> *VII - contribuir para o **desenvolvimento sustentável do território nacional nas fronteiras**, respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a **redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais**;*
>
> *VIII - contribuir com a **integração regional com os Estados limítrofes**;*
>
> *IX - fortalecer o **direito à saúde em sua integralidade** e as ações de preparação, vigilância e resposta às potenciais emergências em saúde pública nas fronteiras;*
>
> *X - promover os **direitos humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário** de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos; e*
>
> *XI - promover a **proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** nas fronteiras.*

A Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron) é o principal desdobramento da PNFron e busca identificar os objetivos e as ações estratégicas nos quatro eixos, identificando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das entidades envolvidos na implementação da política.

A seguir, apresenta-se o quadro normativo brasileiro relacionado às fronteiras:

Quadro 1 - Legislação relacionada à Faixa de Fronteira

Norma	Conteúdo
Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970	Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.
Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.
Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012	Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas.
Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016	Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018	Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.
Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019	Inclui o Município de Cáceres/MT no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019	Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021	Revoga o Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012 e Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM).
Portaria MDR nº 2.499, de 4 de outubro de 2021	Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021	Atualiza conceito e lista de "cidades-gêmeas" nacionais.
Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024	Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI).

Governança da Faixa de Fronteira

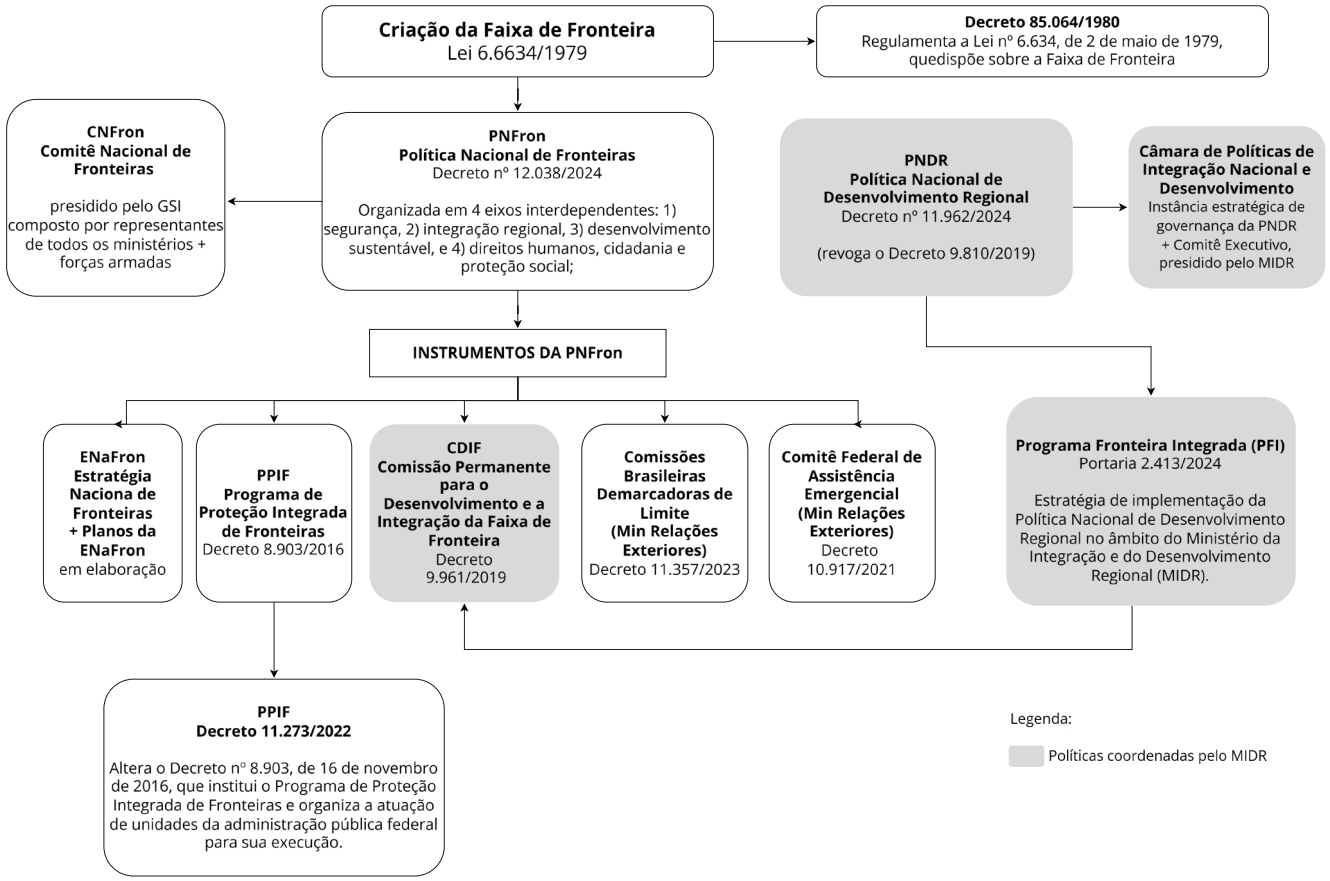
Juntamente com a PNFron, foi instituído como instância de governança o Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e composto por 28 ministérios, além dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Agência de Nacional de Vigilância Sanitária.

Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron), além de sugerir a elaboração de planos dela decorrentes, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

No que se refere à questão da segurança, destaca-se o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016, que tem o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repreensão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança deste programa foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto por 18 órgãos de oito ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN). No nível estadual, o PPIF definiu que a participação dos Estados deve se dar mediante instrumentos de cooperação entre os ministérios e os órgãos federais integrantes do Programa. Tal medida incluiu a criação dos respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), reconhecendo-se a necessidade e importância da coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal dos órgãos de segurança para a efetivação de um trabalho integrado.

Já no âmbito do MIDR, foi instituída em 2019 a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), dialogando com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre as competências dessa Comissão, destaca-se a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento regional que considerem a relevância de programas destinados à integração fronteiriça e à integração sul-americana, bem como a apresentação de planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. Assim, essa Comissão visa estabelecer interação dos núcleos estaduais constituídos com ministérios e órgãos estratégicos setoriais especificamente para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas fronteiras.

Figura 1 - Interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na sequência dos fatos, o MIDR lançou o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da PNDR e da PNFron.

O **PFI** é uma estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, além da geração de trabalho e renda.

O público-alvo do PFI são organizações de interesse público, empreendedores rurais e urbanos, associações e cooperativas de agricultores familiares e agroextrativistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para jovens e mulheres. O Programa estabelece que o MIDR deva atuar de forma coordenada com os Núcleos Estaduais de Fronteira visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, com os esforços em andamento para incentivar os Estados a instituírem seus Núcleos Estaduais de Fronteira pretende-se incluir os coordenadores dos NEFs como membros convidados permanentes da CDIF. Dessa forma, busca-se reforçar o papel institucional dos NEFs na governança da Faixa de Fronteira. Compreende-se que os NEFs são instâncias essenciais para promoção da integração entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil da Faixa de Fronteira ao proporcionar um diálogo ininterrupto com a CDIF para a garantia da promoção do desenvolvimento regional e urbano, tendo como referência os PDIFFs.

Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFFs

Os PDIFFs são os instrumentos de planejamento territorial voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e da integração das áreas fronteiriças brasileiras. Os PDIFFs devem ser institucionalizados pelos Estados, a partir de processos de elaboração baseados na cooperação entre as três esferas de governo e com a participação de atores locais, incluindo Setores Públicos; Instituições de Ciência e Tecnologia; Terceiro Setor; Lideranças Locais e Movimentos Sociais; Empresas e Investidores; e Instituições de Cooperação Internacional.

A Faixa de Fronteira é objeto de políticas e instrumentos de planejamento concebidos em diferentes escalas, que abordam tanto as questões mais estratégicas de integração sul-americana, como programas e projetos de desenvolvimento regional ou aquelas mais diretamente vinculadas aos territórios e aos atores locais. Por isso, é importante que os PDIFFs considerem e dialoguem com essas diferentes iniciativas, mas com o objetivo de englobar estratégias, princípios e diretrizes para a Faixa de Fronteira com base nas particularidades de cada Estado.

No âmbito do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, os PDIFFs também devem se consolidar como carteiras de projetos que possam indicar investimentos prioritários para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para a região, em especial nas áreas de bioeconomia, TICs, economia circular, turismo sustentável, inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além de se constituir como referência para a integração de ações na Faixa de Fronteira, os PDIFFs devem também ser utilizados como referência para interlocução com os países vizinhos em torno de questões de interesse comum nas fronteiras, em especial nas cidades-gêmeas.

CONSIDERE

O planejamento deve ser compreendido como processo, do qual o PDIFF é parte e resultado do momento em que foi elaborado, fundamentado em dados, diagnósticos e estudos disponíveis. Assim, vale reforçar, o PDIFF não se configura como um instrumento estanque ou definitivo, mas como base orientadora passível de aperfeiçoamento e atualizações à medida em que novas informações são produzidas e que as instâncias de governança avancem em seus processos de tomada de decisão.

Núcleos Estaduais de Fronteira - NEFs

Os NEFs são órgãos colegiados de assessoramento instituídos por decreto do Chefe do Executivo de cada Estado e visam garantir a continuidade administrativa para a agenda da PNFron e seus instrumentos de planejamento, em especial os PDIFFs, integrando a governança da Faixa de Fronteira.

Uma vez consolidado o PDIFF de um Estado, ao NEF cumpre o papel essencial de mobilizar esforços de articulação institucional para viabilizar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução e monitorar resultados. Considerando o processo de planejamento como algo contínuo, a atuação do NEF poderá orientar de modo mais consistente a definição de prioridades na implementação do PDIFF, considerando possibilidades de financiamento de ações e a própria dinâmica da Faixa de Fronteira.

Os NEFs também devem favorecer o diálogo contínuo com os municípios da Faixa de Fronteira, em especial com as cidades-gêmeas, e com os segmentos sociais presentes no território.

O acompanhamento da implementação dos PDIFFs, bem como sua atualização periódica, tende a fortalecer a governança e aderência às demandas reais da Faixa de Fronteira. Convergir pautas dos NEFs com as competências da CDIF representa um esforço de articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com o foco no desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira sob a égide do Pacto Federativo Brasileiro, a exemplo do que acontece nas esferas da saúde, educação e assistência social.

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia



Foto: Governo do Estado de Roraima

Caracterização Geral

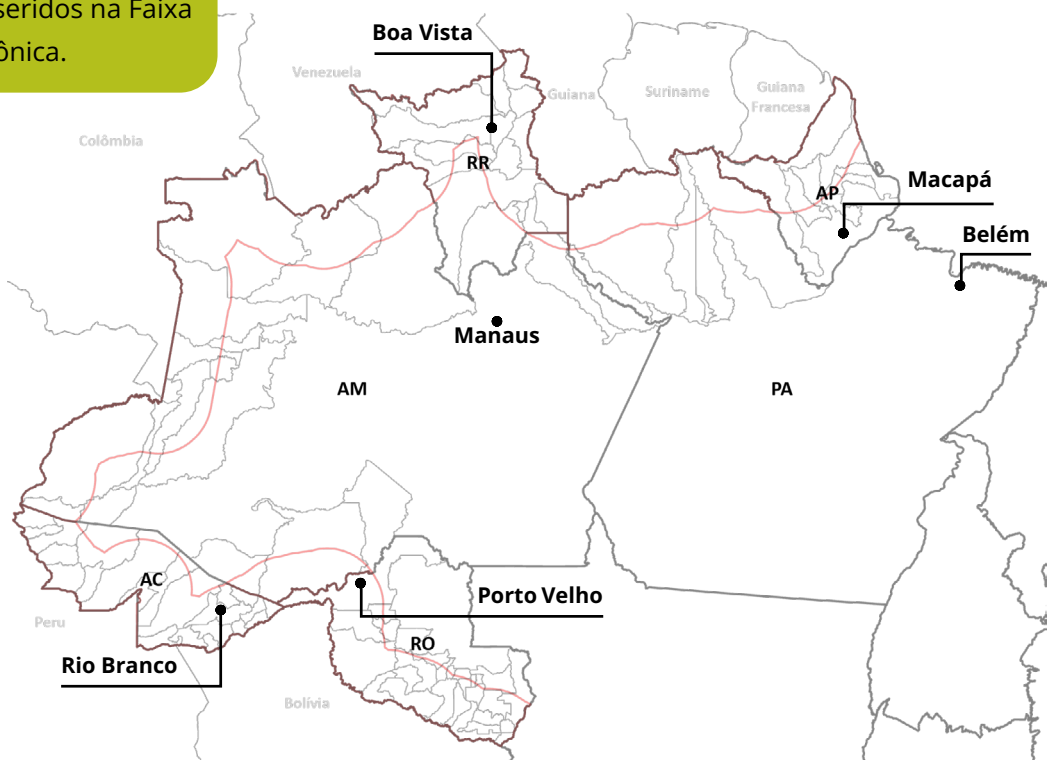
A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia[2] abrange seis estados e 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 municípios no Acre, oito municípios no Amapá, 19 municípios no Amazonas, cinco municípios no Pará, 28 municípios em Rondônia e 15 municípios em Roraima. A abrangência deste estudo compreende uma área total de, aproximadamente, 949.716 Km².

6 estados

97 municípios

3.227.578 habitantes

Acre e **Roraima** possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira amazônica.



2. Apesar de fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar o Estado de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso). No entanto, no escopo deste trabalho, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte, em função de maior relevância do bioma amazônico em seu território e potencial sinergia em ações de apoio à bioeconomia e gestão ambiental.

Recortes e escalas de análise da Faixa de Fronteira amazônica

A divisão da faixa de fronteira brasileira em arcos de fronteira — Norte, Central e Sul — foi concebida como uma estratégia analítica e operacional para reconhecer a profunda heterogeneidade territorial, social, econômica e ambiental, evitando a aplicação de políticas uniformes a realidades profundamente distintas[3].

Em continuidade a essa lógica, os municípios também foram organizados em sub-regiões, estabelecendo um recorte territorial mais detalhado no interior de cada arco[4]. Essa escala intermediária permite captar dinâmicas locais e proximidades funcionais entre municípios que não se restringem aos limites administrativos dos Estados[5]. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 dessas sub-regiões. São elas:

1. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque
2. Sub-região Campos do Rio Branco
3. Sub-região Parima-Alto Rio Negro
4. Sub-região Alto Solimões
5. Sub-região Alto Juruá
6. Sub-região Vale do Acre-Alto Purus
7. Sub-região Madeira-Mamoré
8. Sub-região Fronteira do Guaporé
9. Sub-região Chapada dos Parecis

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada sub-região. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

3. BRASIL, Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
4. Conforme os estudos de 2005, os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo Sub-regiões utilizando critérios como localização geográfica, características socioambientais e base produtiva.
5. Apesar da estruturação do presente estudo ser feita via organização por Estado, uma análise combinada entre as divisões estaduais e sub-regiões proporciona uma abordagem complementar que parece facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Organização da Faixa de Fronteira por Estados, Sub-regiões e Municípios

Campos de Rio Branco

Roraima

Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã

Oiapoque-Tumucumaque

Amazonas

Nhamundá e Urucará

Amapá

Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio

Roraima

Caroebe, São João da Baliza e São Luiz

Pará

Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos, Oriximiná

Parima-Alto Rio Negro

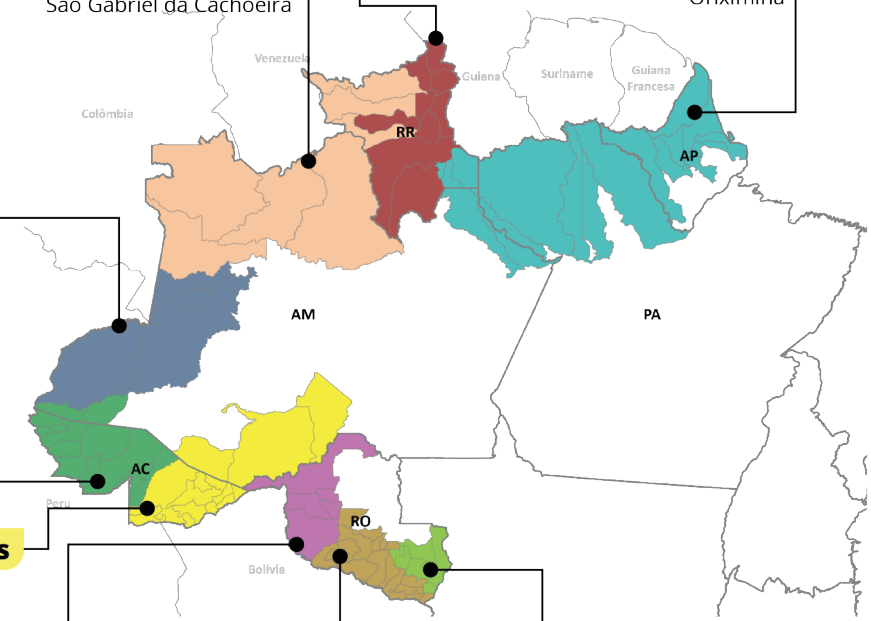
Amazonas

Barcelos, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira

Alto Solimões

Amazonas

Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins



Alto Juruá

Acre

Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá

Vale do Acre-Alto Purus

Acre

Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomard e Xapuri

Amazonas

Boca do Acre, Canutama e Lábrea

Madeira-Mamoré

Rondônia

Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho

Fronteira do Guaporé

Rondônia

Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras

Chapada dos Parecis

Rondônia

Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste e Vilhena

Destacam-se sub-regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A Sub-região do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental.

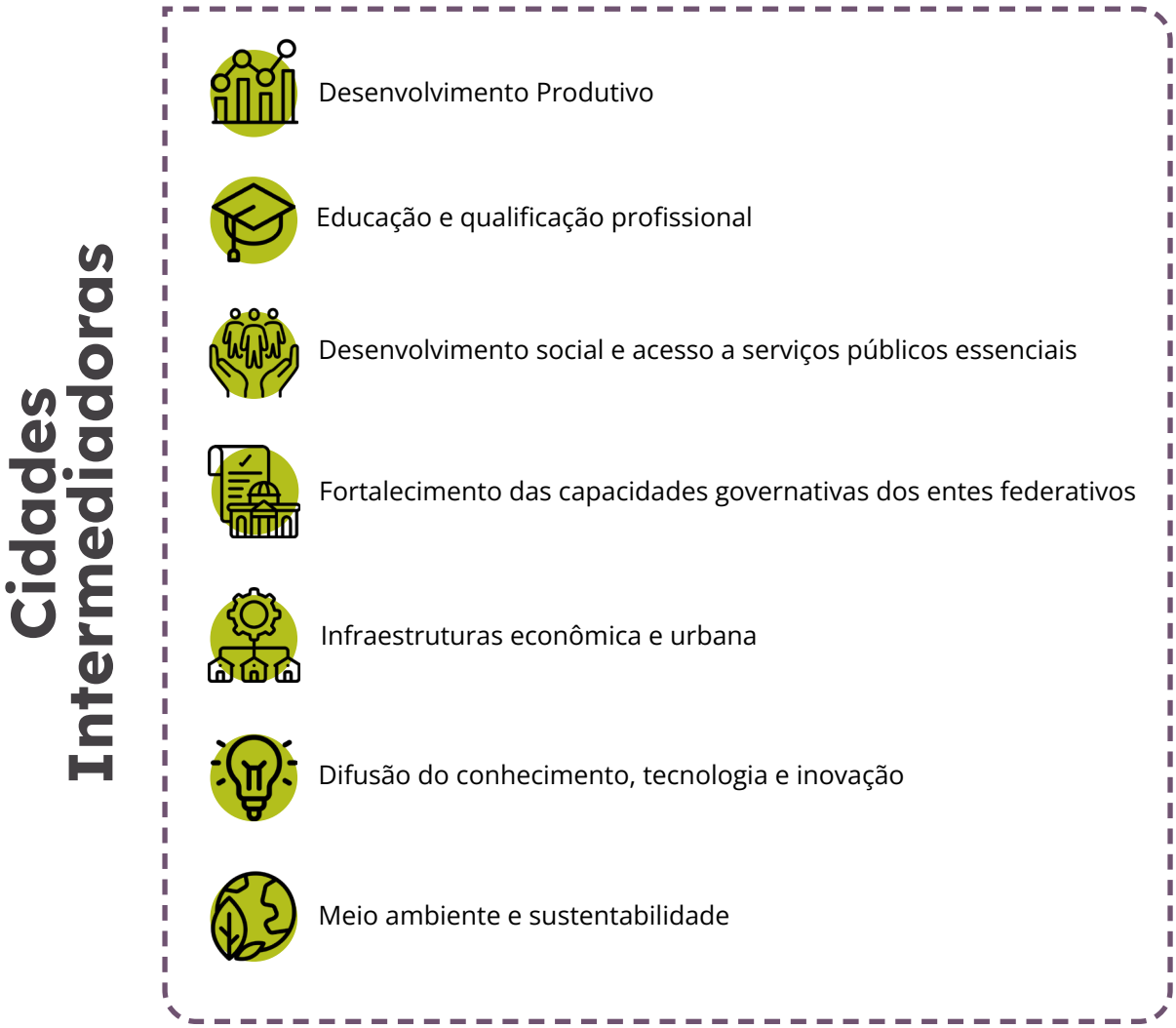
A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Sub-regiões como Parima-Alto Rio Negro e também Alto Solimões destacam-se pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Sub-região Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil.

Nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis em Rondônia evidenciam-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um estratégico eixo econômico na Faixa de Fronteira. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, a Sub-região de Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR 2024), além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões, classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais calcadas em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o *Programa Cidades Intermediadoras*[6] que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de Sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:



6. Resolução nº 4 de 2024 do MIDR. O Programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 - Cidades intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

	Microrregião	Municípios	Tipologia Sub-regional (PNDR)
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PNDR, 2024.

Integrações Transfronteiriças

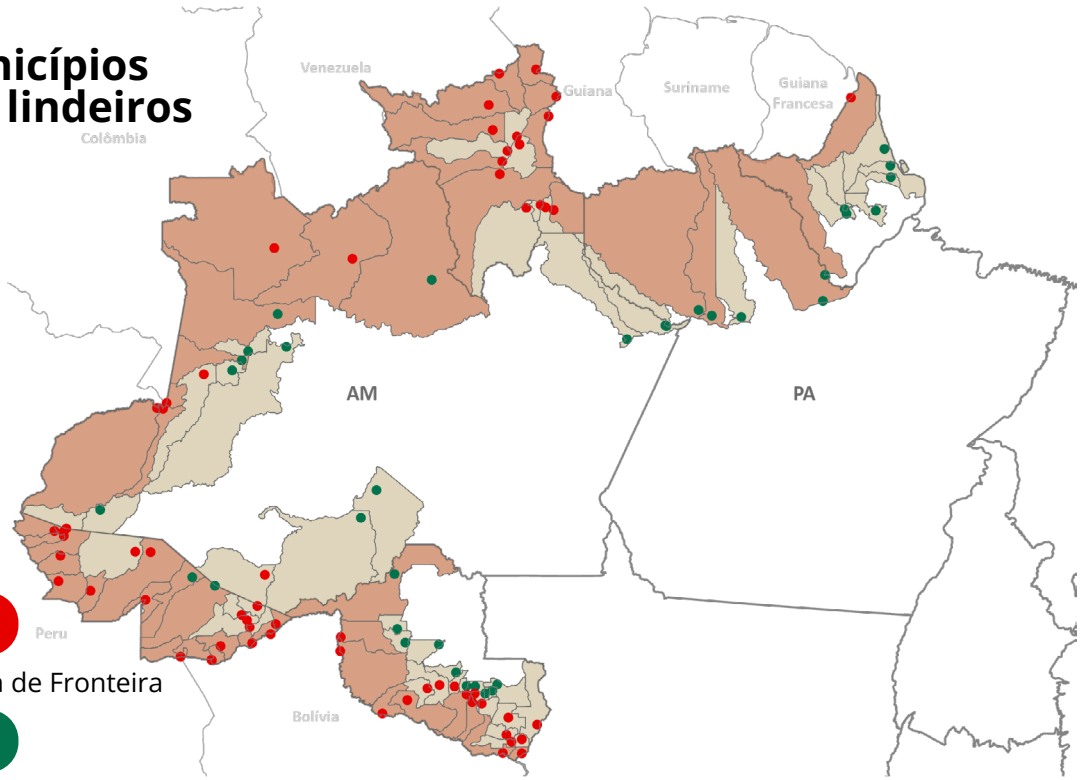
Os municípios situados na Faixa de Fronteira podem ser classificados ainda segundo sua relação territorial e urbana com a linha internacional, orientando-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira.

Nesse sentido há os chamados municípios lindeiros, aqueles que possuem limites que coincidem com a linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Os municípios podem ser subdivididos também entre aqueles que tem a sede municipal dentro da Faixa de Fronteira e aqueles que tem a sede municipal fora da Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas.

Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

48 municípios lindeiros

49 municípios não lindeiros



32 Cidades
Com sede na Faixa de Fronteira

65 Cidades
Com sede fora da Faixa de Fronteira

Se a Faixa de Fronteira é brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Zonas de fronteira são as áreas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/regional das relações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades-gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO *et al*., 2007)[7].

Conforme a última atualização da Portaria MIDR nº 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> *Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial deintegração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.*
> *Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes*

Devido às condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas possuindo baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas nove cidades-gêmeas com outras de países vizinhos[8], com as quais mantém trocas e interações cotidianas[9]. A maioria está localizada no Acre, que possui quatro cidades-gêmeas sendo, Pará é o único Estado que não possui nenhuma.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

---

7. MACHADO, L. O. *et al*. "O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica". In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
8. Atualmente, o país possui 33 cidades-gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os Estados que concentram o maior número. No entanto, a maior cidade-gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.
9. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades - REGIC - do IBGE (2018), "*arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais*". Na Faixa de Fronteira amazônica, há seis Arranjos Populacionais Internacionais (APIs) identificados: APIs de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/ Bolívia, Assis Brasil/Brasil, Cobija/Bolívia - Brasiléia/ Brasil, Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia, Bonfim/Brasil - Ireng/Guiana, Oiapoque/Brasil.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional como, por exemplo, nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional e a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.



Foto: Governo do Estado de Roraima

Os municípios acreanos de **Brasiléia** e **Epitaciolândia (AC)** integram um contínuo urbano binacional com **Cobija (Bolívia)**, consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. São classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Sub-regionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

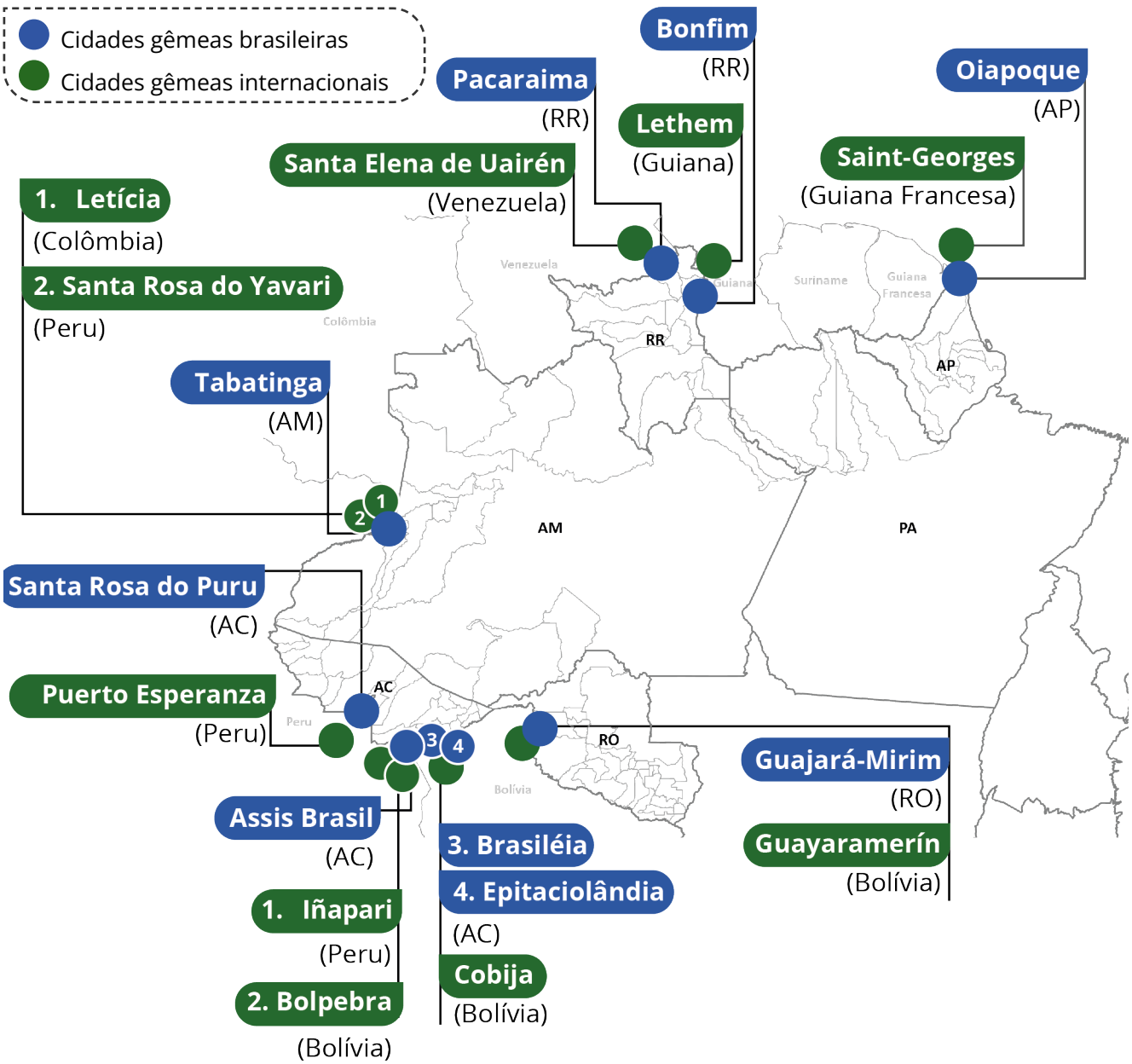
Assis Brasil (AC), que forma uma conurbação com **Iñapari (Peru)** e **Bolpebra (Bolívia)**, ocupa posição estratégica na BR-317, conectando o Brasil ao Peru. **Santa Rosa do Purus (AC)** forma cidade-gêmea com o povoado de **Palestina (Peru)**, que faz parte do distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali.

Pacaraima (RR) possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela, com a cidade de **Santa Helena de Uairén (Venezuela).** Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. **Bonfim (RR)**, por outro lado, mantém interações importantes com **Lethem (Guiana)**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

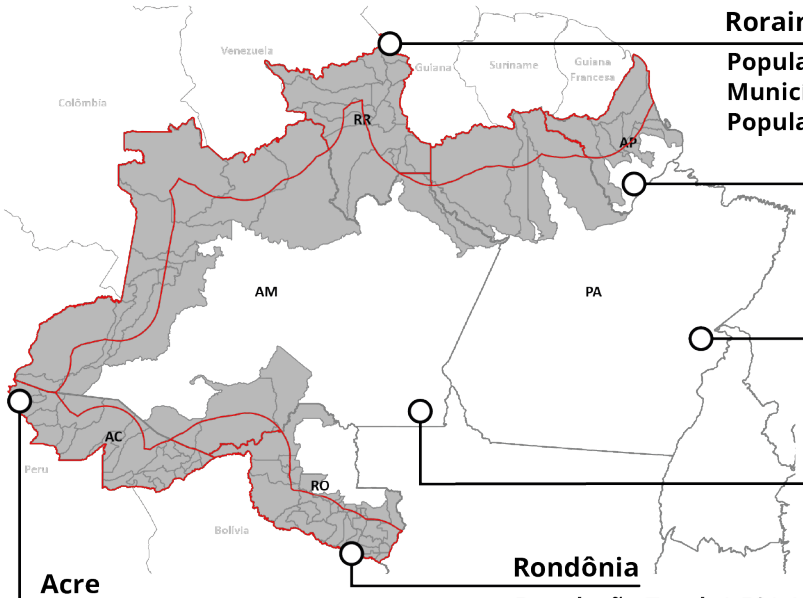
Tabatinga (AM) está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, **Colômbia (Letícia)** e **Peru (Santa Rosa de Yavari)**. Nesse contexto, o Rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da sub-região no coração da Amazônia. As cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Guajará-Mirim (RO) forma uma cidade-gêmea com **Guayaramerín (Bolívia)** . Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. A despeito de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Oiapoque (AP) tem como cidade-gêmea **Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa)**. Ligadas pelo Rio Oiapoque, essas cidades expressam dinâmicas sociais, econômicas e culturais fortemente interdependentes, marcadas por fluxos cotidianos e por desafios comuns relacionados à infraestrutura, à integração territorial e à provisão de serviços públicos.



Caracterização Sociodemográfica



Roraima
População Total: 636.707
Municípios Fronteiriços: 15
População Fronteiriça: 636.707 | 100%

Amapá
População Total: 733.759
Municípios Fronteiriços: 8
População Fronteiriça: 109.140 | 14,87%

Pará
População Total: 8.120.131
Municípios Fronteiriços: 5
População Fronteiriça: 232.908 | 2,87%

Amazonas
População Total: 3.941.613
Municípios Fronteiriços: 19
População Fronteiriça: 504.450 | 12,79%

Rondônia
População Total: 1.581.196
Municípios Fronteiriços: 28
População Fronteiriça: 964.355 | 60,99%

Acre
População Total: 830.018
Municípios Fronteiriços: 22
População Fronteiriça: 830.018 | 100%

CONSIDERE

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior à faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso é o Estado do Pará que conta com apenas cinco municípios na Faixa de Fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal dentro desta. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha de fronteira e outros 47 possuem sede na Faixa de Fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que, da população total dos municípios da Faixa de Fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato nesta inseridos, o que corresponde a 64,5% do total.

Tabela 1 - População municípios lindeiros e não-lindeiros da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	**15**	**324.732**	**23**	**477.675**	**10**	**759.593**	**24**	**1.244.856**	**25**	**470.722**

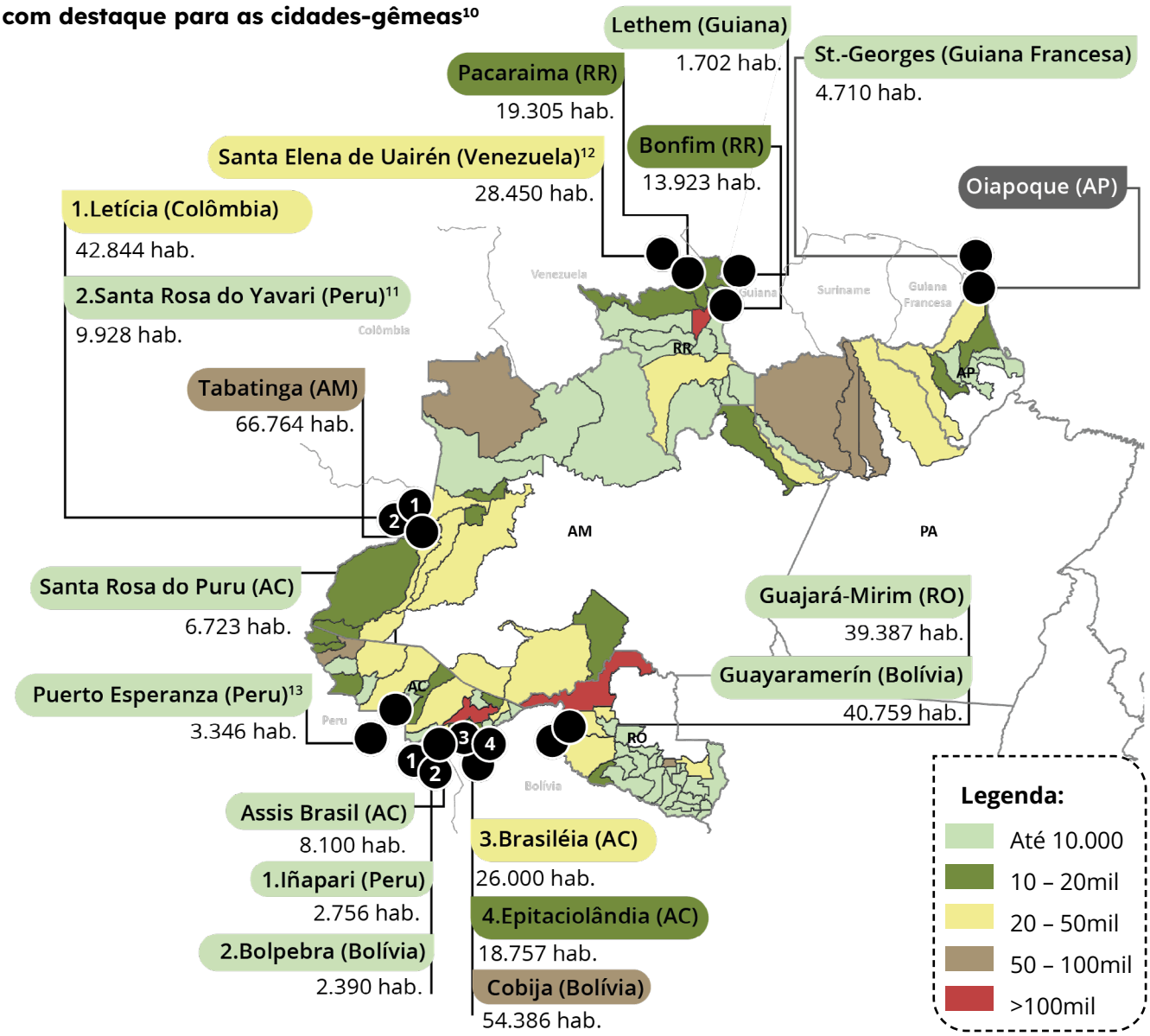
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as Capitais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) - possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50.000 habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes se inscrevem em setores censitários que integram a Faixa de Fronteira.

Nas cidades-gêmeas, além de considerar a população fronteiriça brasileira, buscou-se analisar também dados populacionais das cidades internacionais. A partir dos dados mais recentes de Censo dos países vizinhos, Cobija, na Bolívia, aparece como a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50.000 habitantes. As cidades-gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, nesse cenário de estimativas, totalizariam 44.757 pessoas.

Outro destaque é para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes. Lethem (Guiana) aparece como a menor cidade-gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas[10]



10. Segundo dados do Censo: Brasil, 2022; Bolívia, 2024; França, 2022; Colômbia,2018; Peru, 2017; Guiana, 2012; Venezuela, 2011.
11. Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.
12. Santa Elena de Uairén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.
13. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.

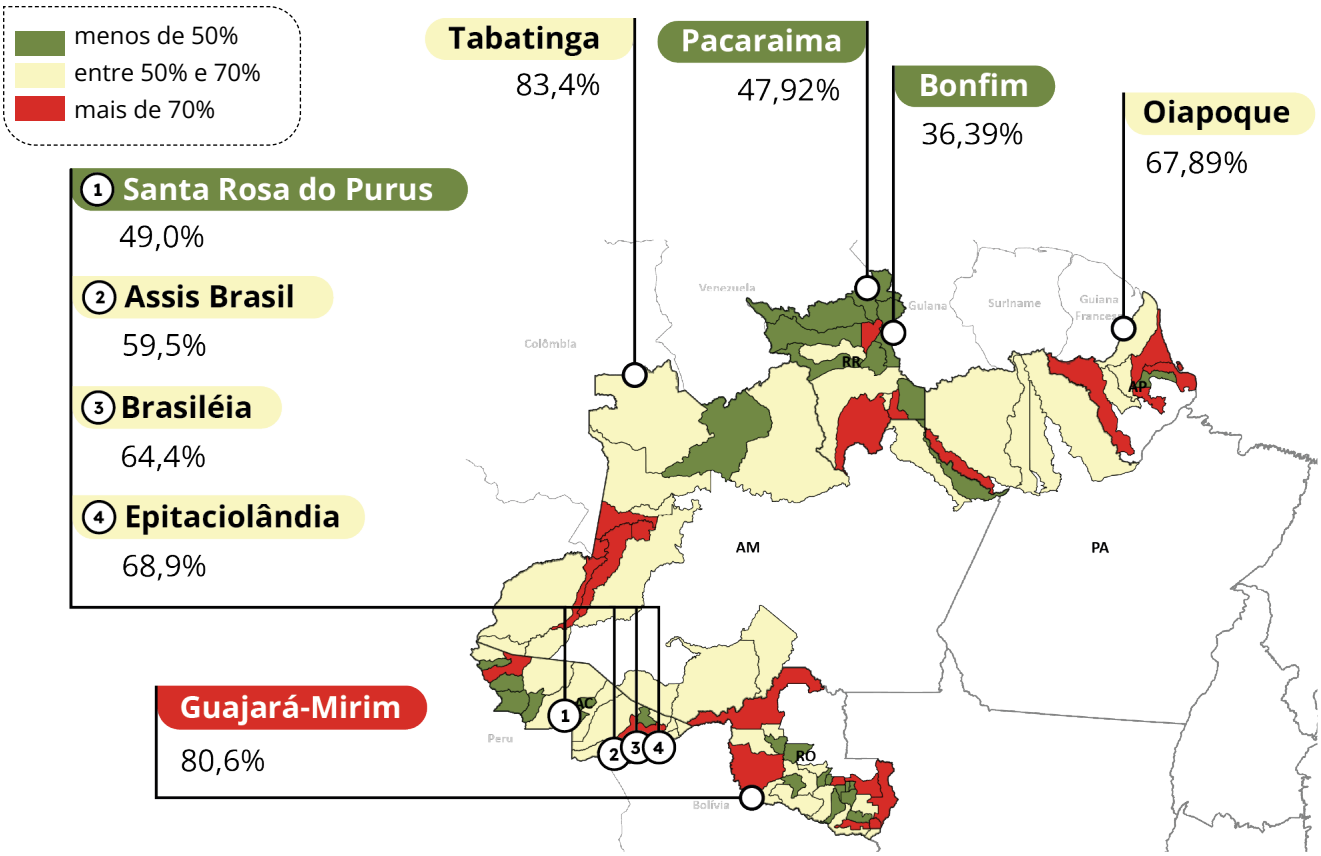
Grau de Urbanização

As Capitais incluídas na Faixa de Fronteira amazônica que apresentam o maior grau de urbanização são:

Boa Vista com 97,3% | **Rio Branco com 95,3%** | **Porto Velho com 92,6%**

Dentre as cidades-gêmeas, Tabatinga/AM é aquela que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%) e, junto com Letícia (Colômbia), exerce influência de alcance regional. Guajará-Mirim/RO detém a segunda posição (80,6%), mantendo com Guayaramerín, na Bolívia, importante área de integração comercial e cultural com intensa troca de mercadorias e fluxo de pessoas. Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de desenvolvimento local.

Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



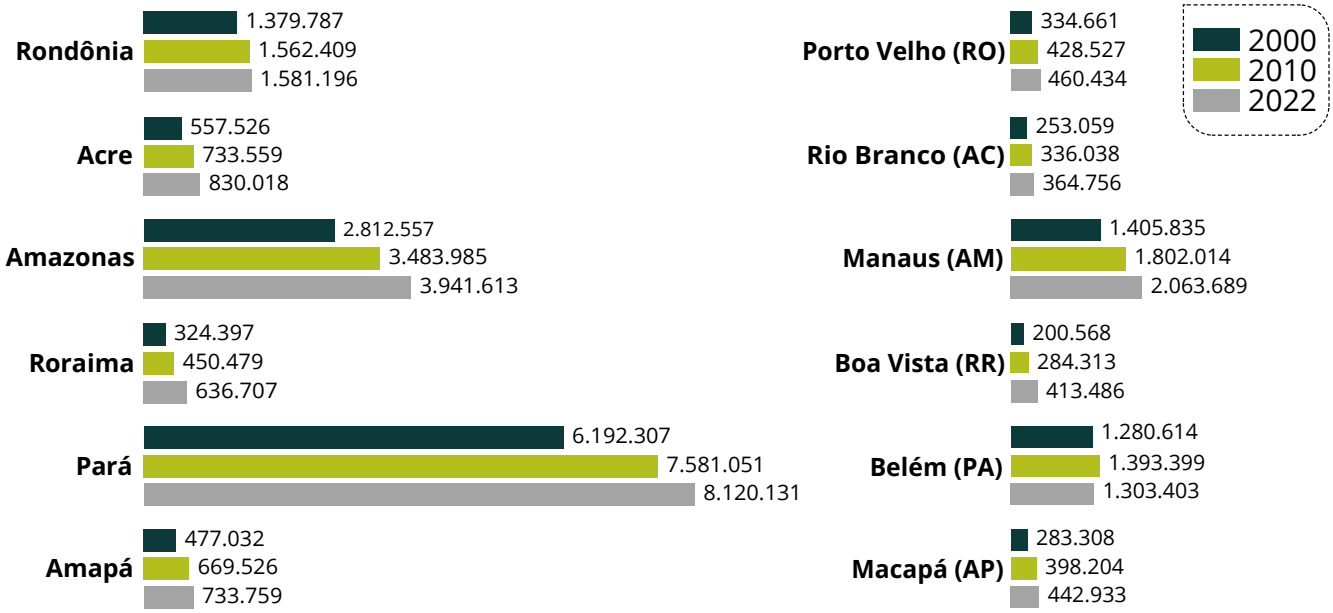
Dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária e a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por Estado, é possível verificar que aquele com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o Pará, que passou de 6.192.307 hab em 2000 para 8.120.131 hab em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

Nas capitais que se encontram na Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional Estados e Capitais da Fronteira do Arco Norte e Rondônia (habitantes)

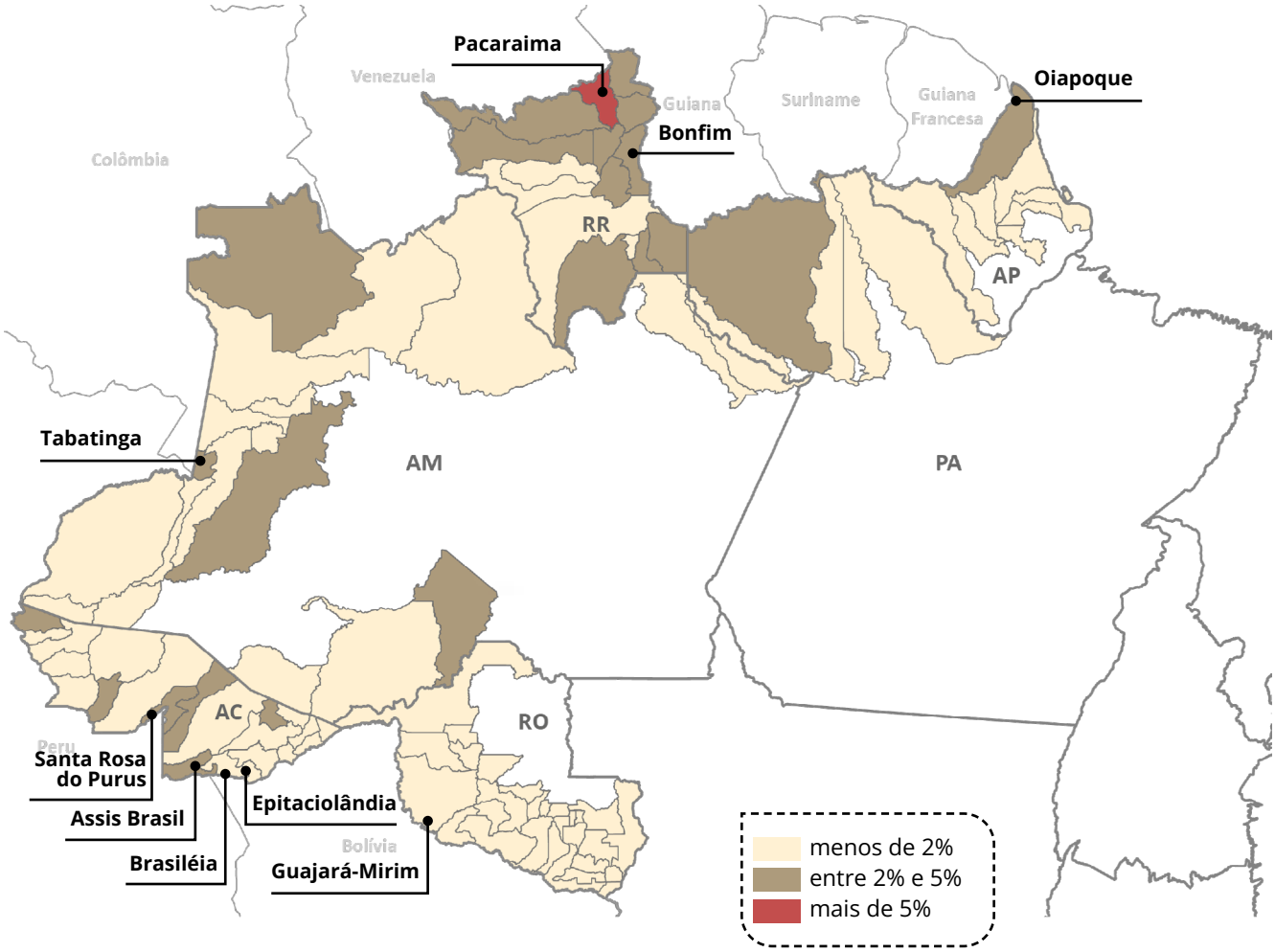


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios brasileiros da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção se dá no Estado de Rondônia, pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população no período de 2010 a 2022.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o Município passou de 10.433 hab em 2010 para 19.305 hab em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada.

Taxa de crescimento anual da população dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas (2010-2022)



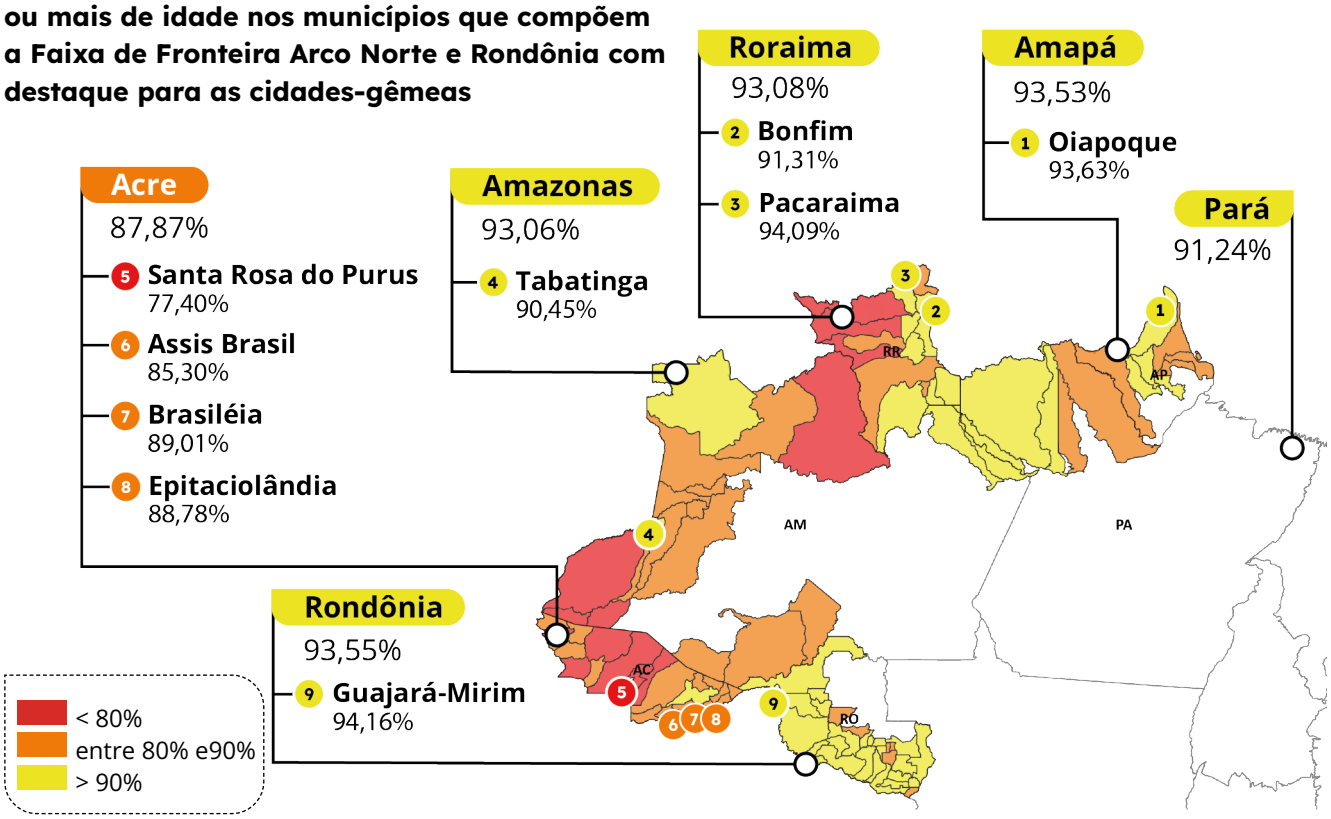
Alfabetização

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no Estado não sabem ler ou escrever.

Embora tenha havido redução em relação ao Censo de 2010 (16,6%), o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Vale destacar que, numa análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, com 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação às cidades-gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem o menor percentual de alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



Análise por Eixos Temáticos

O processo de elaboração das bases dos PDIFFs pretende contribuir para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos), conforme orientação do Programa Fronteira Integrada do MIDR. Desta forma, para organização deste trabalho, a análise dos territórios de fronteira se deu a partir de cinco grandes eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Integração Regional, Migrações e Segurança.

Esta organização permite uma abordagem quali-quantitativa que considera diferentes dinâmicas socioeconômicas e condicionantes ambientais. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio, o diagnóstico por eixos temáticos foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos. Buscou-se operar em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas a investimentos estruturantes que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território. No âmbito regional, alguns aspectos merecem destaque e são a seguir relacionados.

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território da fronteira amazônica. Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais, incluindo grilagem de terras, garimpo, exploração madeireira e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário. A persistência das sobreposições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltam a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas. Essas sobreposições podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. Os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para a implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos dos fenômenos climáticos.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)

A **PNOT** tem como objetivo promover a resiliência territorial, que envolve a adaptação dos territórios a mudanças sociais, econômicas e ambientais. Também busca incentivar a contratualização territorial, uma abordagem inovadora que impulsiona pactos e acordos entre diferentes agentes para alinhar interesses e estratégias de atuação. A PNOT está em processo de elaboração por um Grupo Interministerial, instituído em 2024 pelo Decreto no 11.920, de 14 de fevereiro de 2024, que tem o prazo de dois anos para elaborar a proposta e propor o modelo de governança para a implementação dessa política.

Saiba mais:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira amazônica abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. No entanto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. Deve-se considerar que a Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

A infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais. Para além do transporte rodoviário, os modais fluvial e aéreo assumem função central na conectividade da região, viabilizando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias em áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias e baixa densidade, além de garantirem maior agilidade no acesso a serviços essenciais e na integração com centros urbanos mais dinâmicos.

No que se refere à infraestrutura energética, apesar dos avanços na Região Norte, ainda persistem assimetrias territoriais, especialmente em áreas remotas, onde predominam sistemas isolados e soluções de menor escala. As infraestruturas de comunicação também enfrentam limitações, sobretudo quanto à cobertura e à qualidade dos serviços em regiões rurais e de difícil acesso, o que restringe a conectividade e o acesso a oportunidades.

No campo do saneamento, os desafios são ainda mais estruturais, com déficits significativos na oferta de água tratada, esgotamento sanitário e a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos. Esse cenário evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, planejamento integrado e investimentos direcionados, considerando, sobretudo, a natureza transfronteiriça de parte desses problemas, que demandam soluções coordenadas entre estados e países vizinhos.

Rotas de Integração Sul-Americana

As Rotas são um projeto do Governo Federal, desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para conectar o Brasil aos vizinhos, reduzir custos logísticos e facilitar o acesso à Ásia pelo Pacífico. Aprovadas no Consenso de Brasília (2023), visam integrar a infraestrutura física e digital, impulsionando o comércio e desenvolvimento regional. São elas:

- **Rota 1 - Ilha das Guianas:** compõe-se de rodovias e hidrovias. Inclui os estados de Roraima e Amapá, no total, além de parte dos estados Amazonas e Pará. Abarca Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.
- **Rota 2 - Amazônica:** Integra o estado do Amazonas ao Peru, Colômbia e Equador, utilizando rodovias e hidrovias (Rios Amazonas e Solimões).
- **Rota 3 - Quadrante Rondon:** Liga Acre, Rondônia e parte dos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul à Bolívia, Peru e norte do Chile.
- **Rota 4 - Bioceânica Centro-Oeste:** Conecta Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, via Paraguai e Argentina, ao Chile, facilitando o acesso ao Pacífico.
- **Rota 5 - Bioceânica do Sul:** Conecta Rio Grande do Sul e alguns trechos do sudeste de Santa Catarina ao Uruguai, Argentina e Chile.

Saiba mais:

Programa Norte Conectado

O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender à população e às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário. A implantação é baseada em uma infraestrutura de telecomunicações que interligará diversos municípios e localidades na Região Norte do país. Com isso, o Programa propõe ampliar o acesso à internet na região, com possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônia.

Saiba mais:

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Pode-se considerar ainda o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e o etnoturismo.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Assim, o fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

O PNDBio é o principal mecanismo de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que visa coordenar políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos, promovendo sustentabilidade, descarbonização e valorização da biodiversidade. A bioeconomia, conforme definida no decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, que utiliza recursos naturais de forma sustentável, regenerativa e conservacionista, integrando conhecimentos científicos e tradicionais. O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa.

Saiba mais:

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Entre esses povos estão indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e outros, totalizando 28 segmentos.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e em Rondônia, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações extrativistas desempenham papel fundamental na preservação da sociobiodiversidade amazônica e na manutenção dos modos de vida tradicionais. A região abriga mais de 100 Terras Indígenas, onde vivem mais de 50 etnias, além de territórios quilombolas reconhecidos e comunidades extrativistas distribuídas em dezenas de unidades de conservação. O uso sustentável dos recursos naturais, por meio do extrativismo, da pesca artesanal e de práticas tradicionais, contribui para a geração de renda, o fortalecimento das economias locais e a permanência dessas populações em seus territórios.

A garantia dos direitos desses povos, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, essas populações vêm enfrentando ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e a presença do narcotráfico em suas terras, intensificando os conflitos e a violência na região. Apesar dessas garantias legais, as comunidades também enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos. A proteção de seus modos de vida, práticas culturais e saberes tradicionais é, portanto, fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, visa proteger, recuperar e conservar os ecossistemas, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Ela fortalece a autonomia indígena, integra povos tradicionais e o Estado, e é essencial para o combate às mudanças climáticas. São sete eixos que estruturam os objetivos específicos da política: I – proteção territorial e dos recursos naturais; II- governança e participação indígena; III- áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV-prevenção e recuperação de danos ambientais; V- uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI- propriedade intelectual e patrimônio genético e VII- capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Saiba mais:

Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços, ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

A análise dos fluxos migratórios revela dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. Na última década, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras. Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de

imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região amazônica.

Há ainda desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Já os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. A violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

O PPIF foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016, para promover o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. É coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que articula as ações conjuntas entre os órgãos do PPIF, promove o compartilhamento de informações, incentiva a implementação de projetos estruturantes e a cooperação internacional com países vizinhos, colaborando para o aprimoramento da governança das políticas públicas e as ações entre os entes da Federação, além de aprimorar a presença do Estado nas fronteiras.

O mesmo decreto que instituiu o PPIF também ressaltou a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de trabalho integrado visando à proteção de nossas fronteiras. Nesse contexto, ficou estabelecido que a participação dos Estados nas ações relacionadas ao PPIF deve ser baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) instituídos pelos Estados, que representam a vanguarda do PPIF na região de fronteira, atuando como representantes legítimos do Estado brasileiro para a governança local da prevenção, controle, monitoramento e repressão de crimes transfronteiriços.

Saiba mais:

PANORAMA RORAIMA


Foto: Ederson Brito/MTUR

Apresentação

No Estado de Roraima, todos os 15 municípios integram a Faixa de Fronteira, sendo limítrofes com a Venezuela e a Guiana. O Estado possui quatro municípios com sede na linha de fronteira, sendo duas cidades-gêmeas: Pacaraima e Bonfim. A primeira detém localização estratégica na fronteira com a Venezuela, o que confere ao município um papel central nos fluxos migratórios. Bonfim, por outro lado, mantém interações importantes com Lethem, na Guiana. Os outros dois municípios com sede na linha de fronteira são Uiramutã e Normandia.

A Faixa de Fronteira de Roraima é fortemente marcada pela predominância das Terras Indígenas, que ocupam 59,5% da área total do Estado. Entre elas, destaca-se a TI Yanomami, a maior do Brasil, que se estende por parte dos territórios de Roraima e Amazonas, desempenhando um papel crucial na preservação da biodiversidade e na proteção das populações indígenas. Esses territórios refletem o protagonismo dos povos indígenas na configuração fundiária de Roraima, além de desempenharem função essencial na proteção socioambiental.

Roraima abrange três sub-regiões fronteiriças[14]: Oiapoque-Tumucumaque; Campos de Rio Branco e Parima-Alto Rio Negro. A Sub-região do Oiapoque-Tumucumaque é composta por uma vasta extensão de floresta equatorial amazônica, além de áreas de campos e savanas, que se estendem desde a foz do Rio Oiapoque até o sul de Roraima e o noroeste do Estado do Amazonas.

A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado"[15], a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Parima-Alto Rio Negro destaca-se pela presença expressiva das populações indígenas. Essa região abrange a Faixa de Fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste de Roraima, até os vales dos Rios Negro e Japurá, na região conhecida como "Cabeça do Cachorro" no Amazonas. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, é uma das áreas mais isoladas do Brasil.

14. Conforme os estudos à época do Ministério de Integração Nacional (2005), os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo sub-regiões, utilizando critérios como localização geográfica, características populacionais e base produtiva. Isso porque as dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais não se restringem aos limites administrativos dos estados.
15. É a savana amazônica composta por campos abertos forrados de gramíneas, arbustos e áreas alagadas sazonais, com presença marcante de buritizais nas veredas e habitat dos cavalos-lavradeiros.

Caracterização Sociodemográfica

A população dos municípios de Roraima totaliza 636.707 habitantes. No entanto, quando se consideram apenas os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, conforme o Censo IBGE de 2022, esse contingente é reduzido para 618.207 habitantes. Dentre as capitais que se encontram na faixa, Boa Vista cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país.

Chama atenção o aumento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o acréscimo seja da ordem de 10 mil indivíduos. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o município passou de 10.433 habitantes em 2010 para 19.305 em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual de todo o Arco Norte. Dentre os demais municípios do Estado de Roraima, Caracaraí, Iracema e Mucajaí foram os únicos a apresentar taxas de crescimento anual abaixo de 2%, entre 2010 e 2022.

Com relação ao grau de urbanização, Boa Vista é a capital fronteiriça que apresenta a maior população urbana em termos percentuais (97,3%). Das cidades-gêmeas, Pacaraima e Bonfim possuem considerável parcela da população no meio rural.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, o Estado de Roraima possui taxa de alfabetização de 93,08%. Na cidade-gêmea de Bonfim, 91,31% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Municípios do Estado de Roraima

Município	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa Crescimento Anual 2010-2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)	Taxa de Alfabetização 2022 (%)
Alto Alegre	21.096	4.763	16.333	2,10%	22,58%	68,17%
Amajari	13.927	2.213	11.714	3,40%	15,89%	63,19%
Boa Vista	413.486	402.169	11.317	3,17%	97,26%	96,43%
Bonfim	13.923	5.067	8.856	2,03%	36,39%	91,31%
Cantá	18.682	4.628	14.054	2,49%	24,77%	90,81%
Caracaraí	20.957	11.113	9.844	1,09%	53,03%	87,01%
Caroebe	10.656	4.945	5.711	2,30%	46,41%	91,69%
Iracema	10.023	4.265	5.758	1,19%	42,55%	79,97%
Mucajaí	18.095	10.121	7.974	1,69%	55,93%	87,67%

Município	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa Crescimento Anual 2010-2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)	Taxa de Alfabetização 2022 (%)
Normandia	13.986	3.234	10.752	3,80%	23,12%	91,82%
Pacaraima	19.305	9.251	10.054	5,26%	47,92%	94,09%
Rorainópolis	32.647	24.295	8.352	2,50%	74,42%	90,5%
São João da Baliza	8.858	6.287	2.571	2,27%	70,98%	90,37%
São Luiz	7.315	4.363	2.952	0,67%	59,64%	90%
Uiramutã	13.751	1.056	12.695	4,22%	7,68%	87,53%

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Censo, 2022.

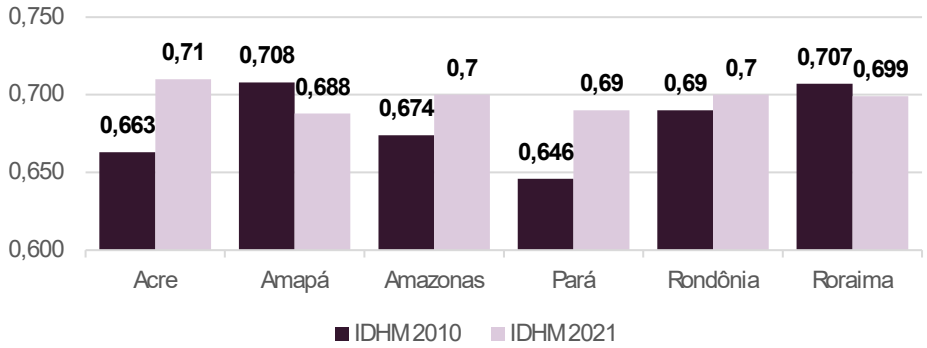
Indicadores Socioeconômicos

Os índices de desenvolvimento socioeconômico constituem instrumentos fundamentais para a compreensão das condições de vida da população e das desigualdades territoriais, permitindo analisar não apenas o nível de desenvolvimento alcançado, mas também a forma como renda, oportunidades e bem-estar estão distribuídos no território. Entre os principais indicadores utilizados destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e o salário médio dos trabalhadores formais, que, de maneira complementar, oferecem uma leitura multidimensional da realidade socioeconômica.

Indicadores Socioeconômicos

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDH entre o Censo de 2010 e a PNAD 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que metade apresentou crescimento do índice no período. O Estado de Roraima está no conjunto daqueles que decresceram, com IDH 2021/ índice 0,699, classificado como médio. Segundo o PNUD, tal perda é explicada em razão dos impactos da crise sanitária, ocupando a 20° posição no ranking nacional.

Gráfico 2 - Evolução do IDH nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

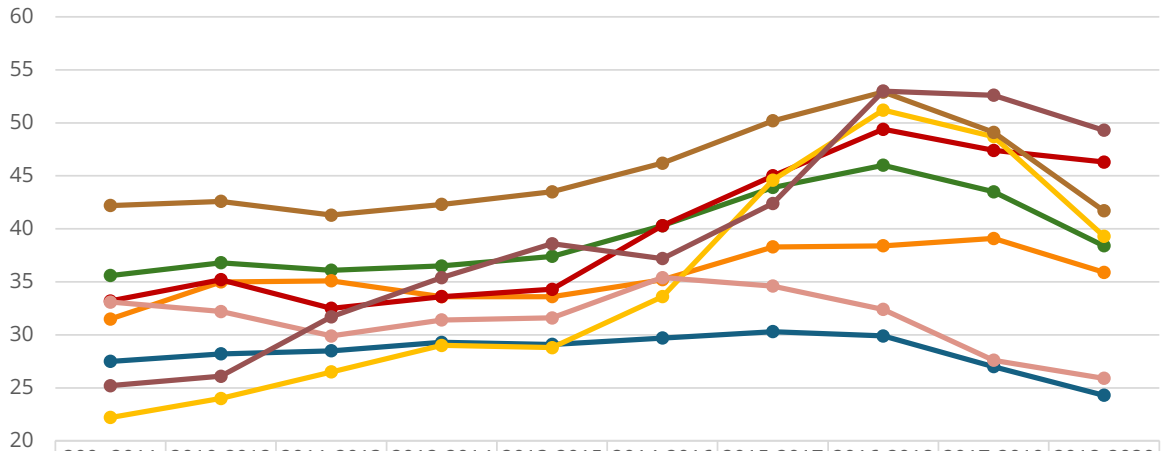
No que se refere ao IDH de Renda, Roraima apresenta o maior índice da região (0,680), em Educação (0,673) e, em Longevidade, ainda que sofresse queda no índice em relação ao ano de 2010, seguiu classificado como alto (0,745).

Índice de Gini

Em geral, houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais[16]. Roraima é o Estado da fronteira do Arco Norte que possui maior número de municípios com alta desigualdade.

16. Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023 (IBGE), a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais nos índices, baseando-se na PNAD 2022.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

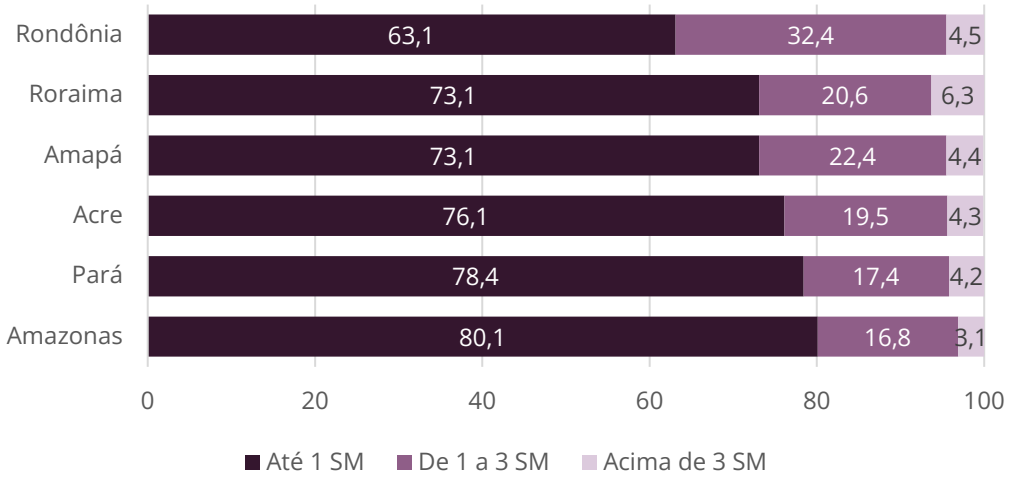
Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Rendimento Domiciliar

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023/IBGE), o rendimento domiciliar[17] *per capita* médio no Brasil, em 2022, foi de R$ 1.586,00 mensais. Na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar *per capita* médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do país. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. Roraima apresenta o segundo menor percentual populacional na faixa até 1 SM, com 73,1%, juntamente com o Amapá.

17. Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para se averiguar os rendimentos das famílias nos municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, foram utilizados dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022/PNAD. Em que pesem as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios na região estudada.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

Cadastro Único

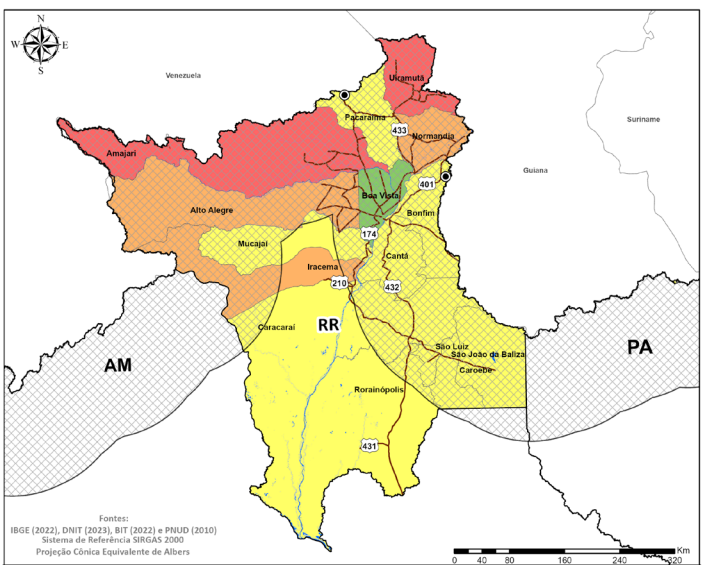
A análise do Cadastro Único[18] também é instrumento de análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social. O Estado de Roraima apresenta uma parcela significativa de sua população inscrita no Cadastro Único, refletindo os desafios socioeconômicos e territoriais enfrentados pelo estado, especialmente em razão de sua posição estratégica na fronteira norte do país.

18. A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando três grandes categorias, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família; Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R$ 0 a R$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R$ 218,01 a 1/2 salário mínimo); e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda per capita superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo. Nesta análise foram utilizados somente os dados referentes à quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda).

Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia[19]

Estados	População Censo IBGE (2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: Pobreza + Baixa renda (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo (dez/2025)
Acre	830.018	46.172	468.362	95.300
Amapá	733.759	333.913	430.704	85.566
Amazonas	3.941.613	1.753.040	2.261.311	420.487
Pará	8.120.131	3.399.762	4.499.130	1.003.496
Rondônia	1.581.196	310.331	559.813	295.148
Roraima	636.707	216.256	327.978	74.564

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.



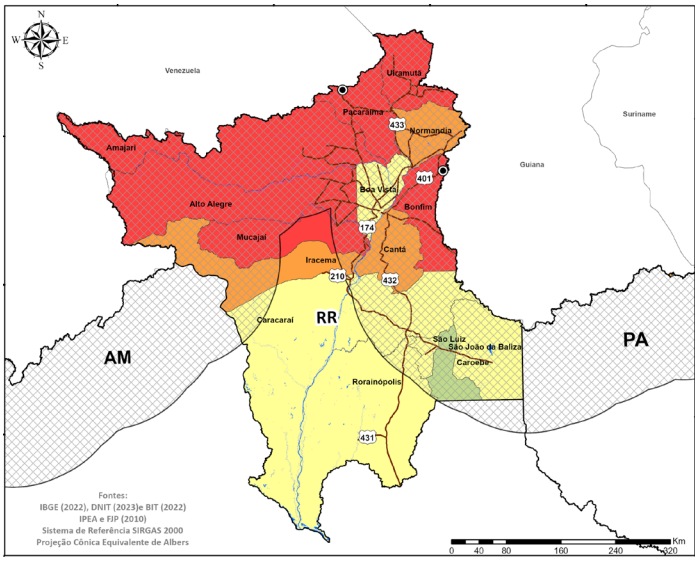
IDHM Municípios

Em Roraima, a capital Boa Vista é a única cidade com IDHM alto. Amajari e Uiramutã apresentam índices classificados como muito baixos, Alto Alegre, Normandia e Iracema estão classificados como baixo e os demais municípios estão na classificação média. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDHM mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE.

Legenda:

- 0 a 0,499 (Muito Baixo)
- 0,500 - 0,599 (Baixo)
- 0,600 - 0,699 (Médio)
- 0,700 - 0,799 (Alto)
- 0,800 - 1,00 (Muito Alto)

19. Devido à sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada dois anos), o Programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal, sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilidade social.

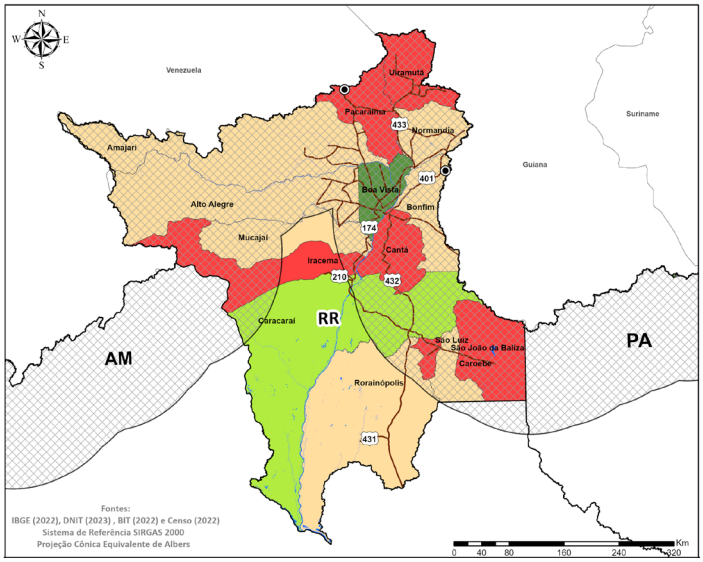


Legenda:

até 0,48	0,54 a 0,60	0,71 a 0,80
0,49 a 0,53	0,61 a 0,70	

Índice de Gini

Dos 15 municípios, seis possuem índice de Gini variando entre 0,71 a 0,80.

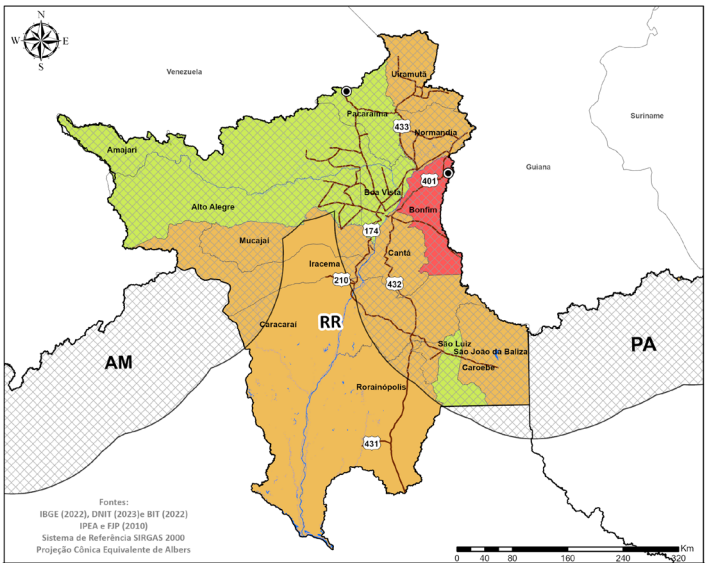


Legenda:

até 1,7	2,01 - 2,50
1,8 - 2,00	2,51 - 3,30

Rendimento Domiciliar

Observa-se que os municípios da Faixa de Fronteira de Roraima não ultrapassam 2,0 SM, com exceção de Caracaraí, que alcança 2,1 SM. A Capital Boa Vista tem o melhor índice, com média de 2,9 SM.



Legenda:

- até 30,00
- 30,01 - 50,00
- 50,01 - 80,00
- 80,01 - 90,41

Cadastro Único

Em Roraima, diversos municípios têm mais de 50% de sua população inscrita no Cadastro Único, destacando-se Bonfim em que 81,3% da população é vinculada ao sistema. De outro lado, nos municípios de Boa Vista, Pacaraima, Alto Alegre e Amajari, a população cadastrada em programas sociais é inferior a 50%. Em Boa Vista, a população inscrita representa 35% da população e, em Pacaraima 48,8%

Foto: Ederson Brito/MTUR

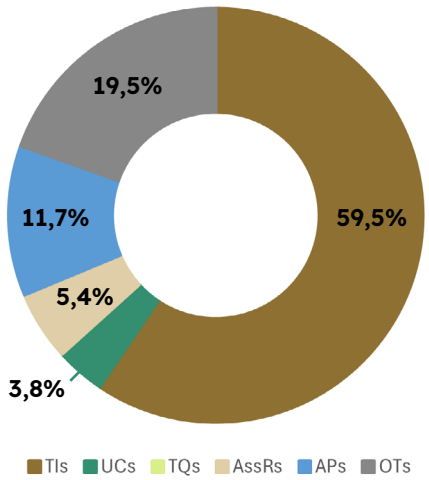
Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Configuração Fundiária

A configuração territorial da Faixa de Fronteira roraimense é marcada pela predominância das TIs, que ocupam mais da metade do território estadual, enquanto as demais categorias possuem representatividade menor. Embora as UCs e os assentamentos rurais desempenhem papéis fundamentais, a expressiva extensão de áreas classificadas como "Outras Terras" evidencia lacunas na regularização fundiária, reforçando a necessidade de políticas públicas que conciliem conservação ambiental, fortalecimento das atividades produtivas e inclusão de comunidades tradicionais na gestão territorial.

Os municípios de Alto Alegre (20,9%), Amajari (18,7%) e Iracema (10,0%) concentram as maiores áreas de TIs, posicionando-se como polos de conservação ambiental e valorização da identidade cultural indígena. Nos municípios de Uiramutã, Normandia, Pacaraima e Iracema, mais de 90% do território é destinado às TIs, evidenciando sua relevância não apenas para a preservação dos modos de vida dos povos originários, mas também para a manutenção de ecossistemas frágeis e práticas tradicionais que sustentam o equilíbrio territorial.

Gráfico 5 - Distribuição percentual das Áreas Legalmente Atribuídas no Estado de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

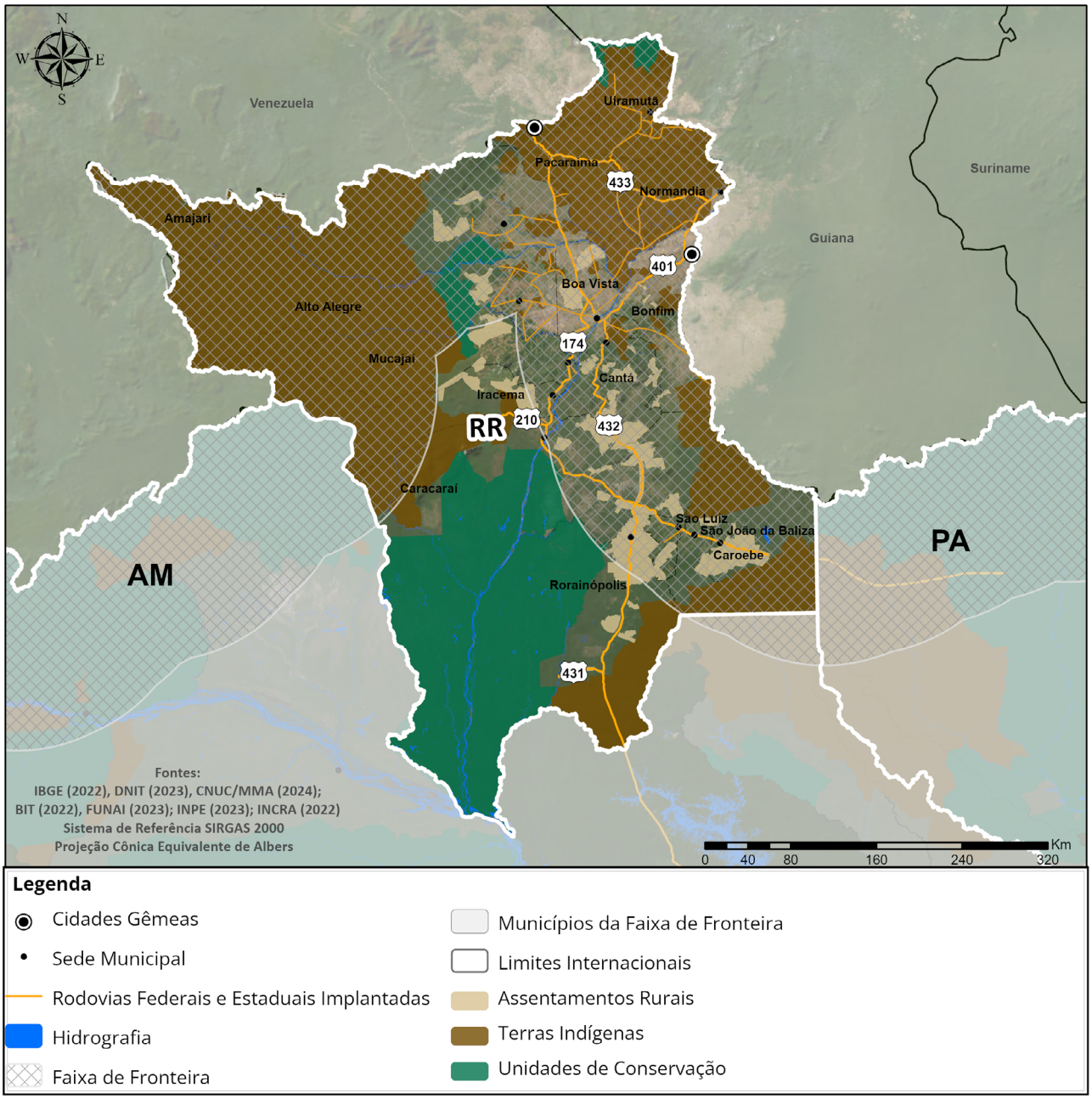
As Unidades de Conservação (UCs), embora correspondam a uma parcela menor da Faixa de Fronteira (3,8%), têm importância estratégica. Concentradas, principalmente, nos municípios de Amajari (40,3%) e Alto Alegre (28,4%), formando pequenos mosaicos de áreas que contribuem para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Os Assentamentos Rurais, que abrangem 8.335,456 km² (5,4%), são fundamentais para o fortalecimento das atividades produtivas de pequenos agricultores e para a promoção da segurança alimentar na faixa. Caracaraí (22,6%), Cantá (21,6%) e Caroebe (18,1%) concentram mais de 62% da área total destinada a essa categoria, refletindo seu papel no ordenamento fundiário e na inclusão social.

As Áreas Privadas (11,8%) são majoritariamente destinadas à produção agropecuária, uma das principais bases econômicas do Estado. Concentram-se principalmente nos municípios de Bonfim (20,6%), Amajari (17,7%) e Alto Alegre (14,9%), que juntos representam mais da metade dessa categoria.

A categoria Outras Terras, abrangendo 19,5% do território, corresponde a áreas ainda não regularizadas ou classificadas sem destinação fundiária definida. Essa parcela significativa evidencia desafios no ordenamento territorial em Roraima, indicando a necessidade de maior precisão nos cadastros e esforços para consolidar a governança fundiária.

Mapa 1 - Áreas legalmente atribuídas do Estado de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Gestão Ambiental

O **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** na Faixa de Fronteira do Estado de Roraima abrange 67.572,687 km², o que representa 43,9% da área total da faixa (154.072,719 km²). Embora a cobertura demonstre avanços na regularização ambiental, os dados evidenciam disparidades significativas entre os municípios e desafios estruturais no alcance do sistema como instrumento de monitoramento ambiental.

O **CAR** é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

Entre os municípios com maior participação no CAR, destacam-se: Caracaraí, com o equivalente a 19,5% do total registrado na área fronteiriça e 81,7% da área municipal.; em seguida, Amajari, com18,1%, e Caroebe, com 12,1%, refletindo o dinamismo de territórios produtivos que têm buscado maior regularização ambiental.

Cantá e Bonfim também apresentam contribuições expressivas com 9,5% e 9,2% respectivamente, ambos se destacando como polos agropecuários, localizados em regiões com menor incidência de TIs e UCs, o que facilita a expansão de atividades econômicas e estimula a adesão ao CAR.

Municípios como Normandia, com 0,3% e Pacaraima, com 0,04%, possuem registros extremamente baixos, enquanto Uiramutã, mesmo sendo um território indígena de alta relevância, não apresenta qualquer registro no sistema, nem mesmo da TI Raposa Serra do Sol. Tal ausência não reflete a inexistência de ocupação, mas uma limitação anterior do CAR[20].

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) em Roraima é regido pela legislação federal e por normas estaduais específicas que regulamentam a sua aplicação, tendo sido estabelecida rotina de apoio para o cadastramento, que envolve órgãos do Governo estadual e organizações de apoio técnico.

20. Como apontam Souza Filho, Sonda e Lemos (2016), o CAR foi desenhado para o monitoramento de propriedades rurais individuais, desconsiderando as formas coletivas de organização e manejo do território adotadas por esses povos. A aplicação uniforme desse sistema pode resultar em conflitos fundiários e sobreposições, além de ameaçar os direitos territoriais dessas comunidades ao não reconhecer suas dinâmicas próprias de ocupação e uso da terra.

Foram observadas ainda, inconsistências nos registros de municípios como Rorainópolis, onde a área cadastrada supera a extensão municipal (226,5%), e São Luiz (116,3%), indicando sobreposições e falhas administrativas no sistema. Tais discrepâncias comprometem a credibilidade do CAR como ferramenta de ordenamento territorial e evidenciam lacunas na regularização ambiental.

Foram observadas ainda, inconsistências nos registros de municípios como Rorainópolis, onde a área cadastrada supera a extensão municipal (226,5%), e São Luiz (116,3%), indicando sobreposições e falhas administrativas no sistema. Tais discrepâncias comprometem a credibilidade do CAR como ferramenta de ordenamento territorial e evidenciam lacunas na regularização ambiental.

A análise do CAR em Roraima revela que, apesar dos avanços no cadastramento, a baixa taxa de validação dos registros compromete sua efetividade. Menos de 1% das inscrições passou por análise oficial (LOPES *et al*., 2024), o que significa que a maioria permanece na fase inicial do processo, sem verificação da veracidade das informações declaradas. Esse cenário reforça a necessidade de revisões rigorosas para garantir que o CAR cumpra seu papel como instrumento ambiental.

Conflitos Fundiários e Desmatamento na Faixa de Fronteira

O desmatamento acumulado no Estado de Roraima entre 2015 e 2023, apresenta índices considerados baixos (variando entre 2,98 e 7,37 km²). Contudo, há áreas críticas com maior concentração de desmatamento em regiões próximas às fronteiras com o Amazonas e a Venezuela. Essa dinâmica ocorre especialmente em uma zona de vazio de instrumentos de ordenamento territorial, onde a ausência de proteção legal torna os territórios mais suscetíveis à ocupação irregular e à degradação ambiental. A expansão agropecuária e o garimpo ilegal intensificam esse cenário, ameaçando tanto os ecossistemas quanto as comunidades locais.

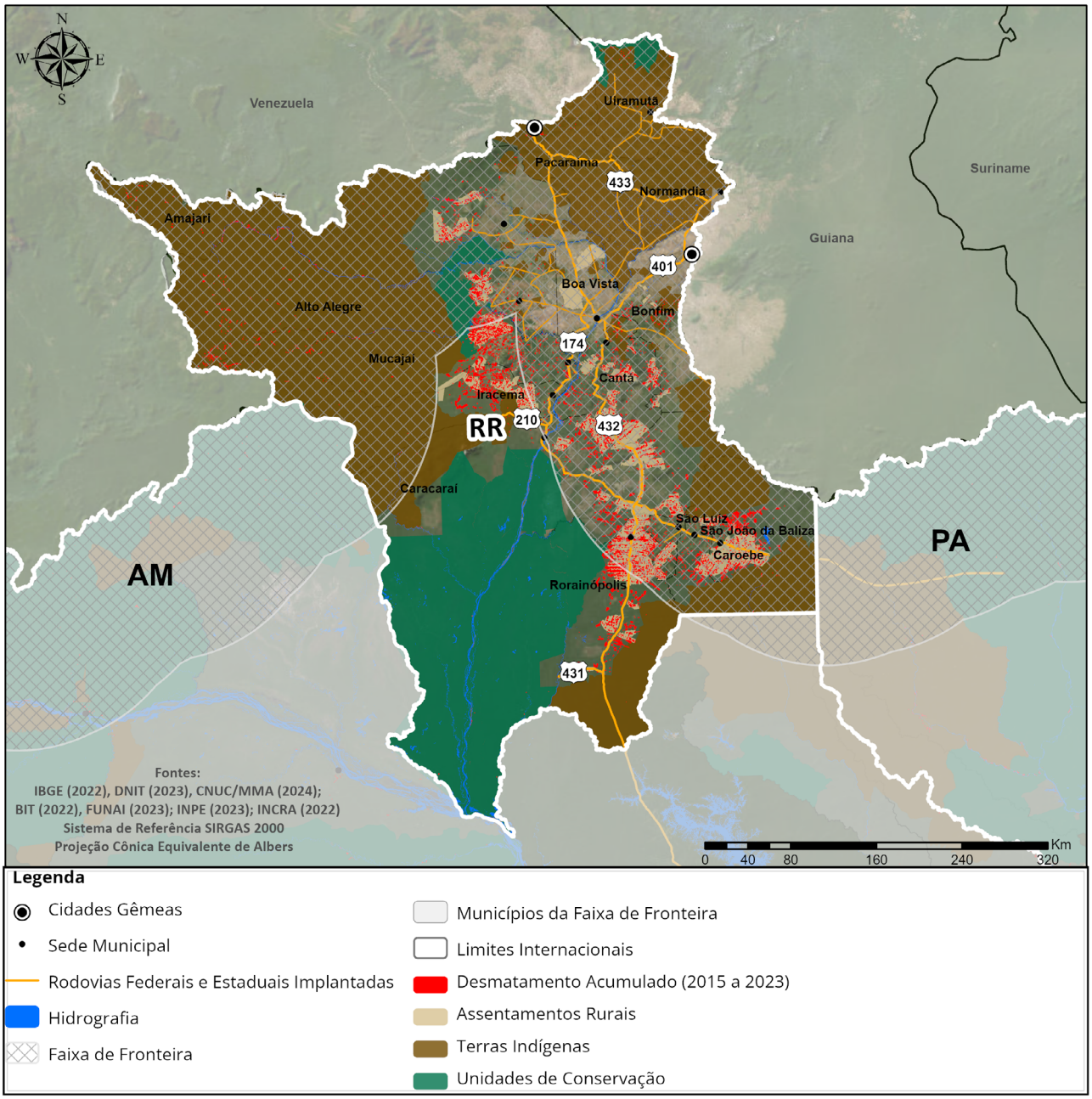
CONSIDERE

A efetividade dos espaços territoriais especialmente protegidos depende não apenas de sua criação, mas também da implementação de planos de manejo e planos de gestão territorial e ambiental, do fortalecimento da fiscalização, do reforço institucional dos órgãos ambientais e da integração de políticas que enfrentem o avanço ilegal sobre áreas protegidas, garantindo a conciliação entre conservação, uso sustentável e proteção dos modos de vida das populações indígenas e locais.

Municípios como Mucajaí e Rorainópolis, apontados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2024) como prioritários no combate ao desmatamento, exemplificam essa dinâmica. Apesar da alta adesão ao CAR nessas áreas, o desmatamento persiste, indicando que o registro administrativo, por si só, não tem sido capaz de conter as atividades ilegais ou

promover a regularização ambiental efetiva. Essa estagnação reflete um desafio crítico: transformar os registros no CAR em ações concretas de fiscalização e recuperação ambiental.

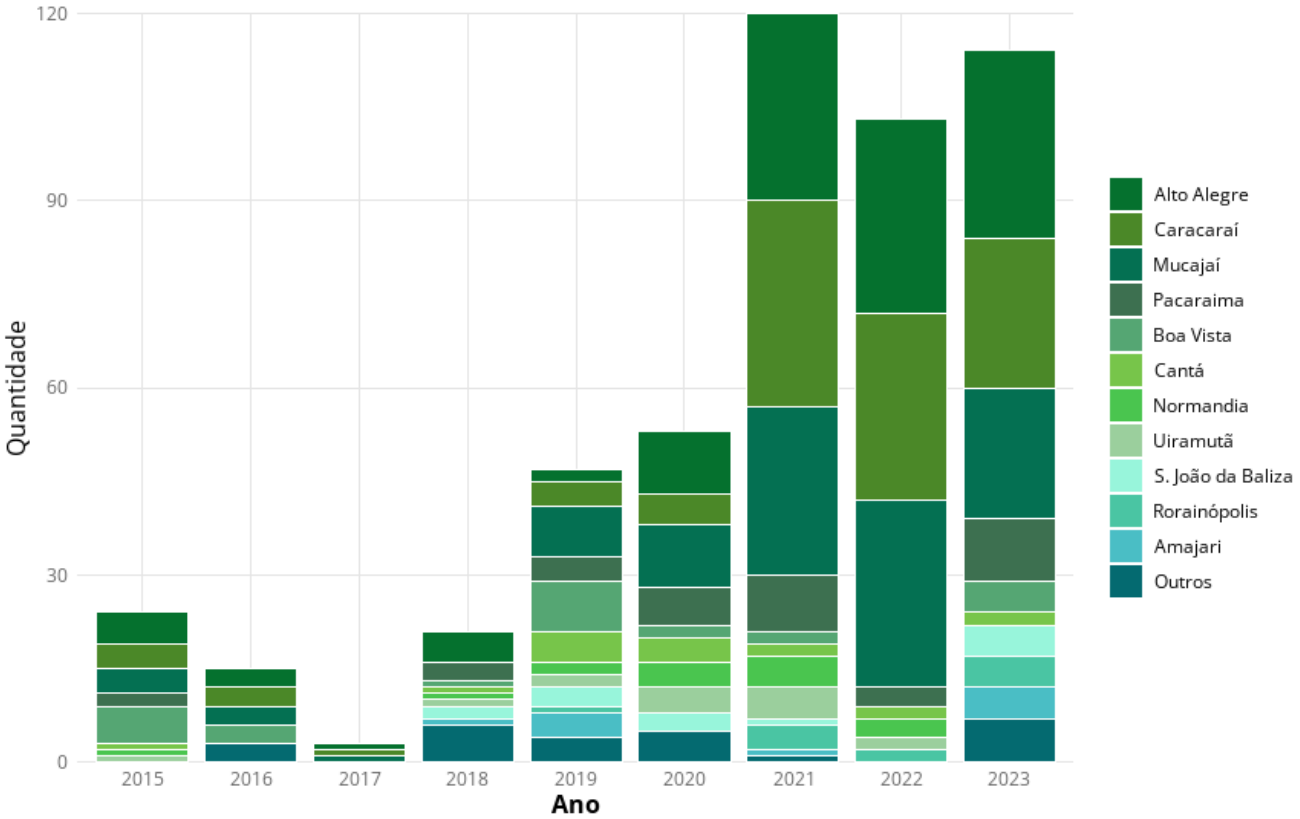
Mapa 2 - Desmatamento acumulado no Estado de Roraima, 2015-2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Os dados ressaltam a necessidade de ações integradas e articuladas, que combinem o fortalecimento da fiscalização, o combate à mineração ilegal e a promoção de políticas públicas voltadas à proteção de territórios coletivos e ao uso sustentável dos recursos naturais. Apenas por meio de uma abordagem coordenada será possível enfrentar os desafios impostos pela pressão econômica e pela degradação ambiental em Roraima.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira de Roraima, 2015-2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A análise dos dados de conflitos em Roraima entre 2015 e 2023 revela uma tendência de crescimento expressivo, especialmente a partir de 2020. Municípios como Alto Alegre, Caracaraí e Mucajaí destacam-se como as principais áreas em disputa, apresentando picos significativos em 2021 e 2022.

Esses territórios possuem características que favorecem a intensificação das tensões, como maior proximidade de áreas de expansão agropecuária e sobreposição com TIs e UCs. Pacaraima, localizado na fronteira com a Venezuela, também registrou um aumento relevante de conflitos nos últimos anos, indicando pressões fundiárias agravadas pelo contexto socioeconômico e pela vulnerabilidade territorial.

Alguns municípios, como Iracema e Caroebe, apresentaram poucos registros de conflitos ao longo do período analisado. Essa baixa representatividade pode estar relacionada a uma menor pressão fundiária nessas áreas ou à subnotificação, reflexo da ausência de monitoramento sistemático ou da invisibilização de disputas. Essa disparidade reforça os desafios na gestão e no monitoramento dos conflitos fundiários em Roraima, que dependem de abordagens mais abrangentes frente à complexidade das dinâmicas territoriais no Estado.

O aumento dos conflitos nos anos mais recentes, especialmente em 2021 e 2022, pode ser atribuído a um contexto político mais permissivo em relação ao uso de áreas protegidas, marcado por políticas que flexibilizaram a fiscalização ambiental. Adicionalmente, os impactos socioeconômicos e territoriais decorrentes da pandemia pelo COVID-19 intensificaram as tensões em regiões já vulneráveis. Um fator relevante nesse cenário foi a promulgação da Lei no. 1.453/2021, conhecida como Lei do Garimpo, de autoria do Governo de Roraima, que buscava incentivar a atividade garimpeira na região. Embora declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), essa tentativa institucional de legitimar o garimpo acirrou ainda mais os ânimos no Estado, desencadeando mobilizações, resistência e enfrentamento por parte dos movimentos indígenas (Santos; Mattioni; Falcão; 2021).

O avanço do garimpo ilegal na TI Raposa Serra do Sol, denunciado por lideranças regionais ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), exemplifica como essas iniciativas podem alimentar a degradação ambiental e as disputas territoriais, afetando diretamente os povos indígenas, que dependem dessas terras para sua subsistência e manutenção de seus modos de vida. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas públicas integradas, que articulem a regularização fundiária e o fortalecimento da fiscalização. Tais ações são essenciais para mitigar os impactos dos conflitos, proteger os povos indígenas e comunidades tradicionais, além da promoção de um ordenamento territorial mais eficiente e inclusivo.

Gestão Climática

As mudanças do clima têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña[21] contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais,

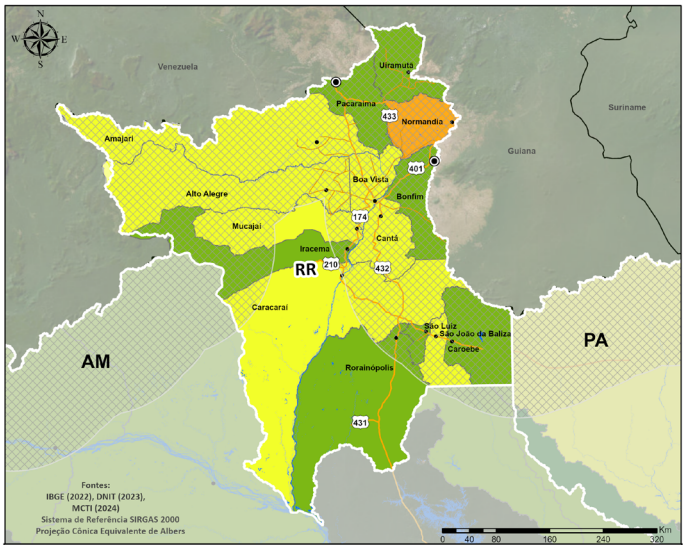
21. O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: http://enos.cptec.inpe.br/. Acesso em: 20 de dez. 2024.

na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivados de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas. Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares -, devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada.

CONSIDERE

Os impactos das mudanças climáticas observados sobre o território reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra - tanto urbana, quanto rural -, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais como clima, padrão de chuvas, relevo e tipos de solo.

A capacidade político-institucional dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira para a gestão, a promoção de medidas de mitigação e adaptação, prevenção e monitoramento de riscos ou existência de aparato legal específico é, em geral, ainda baixa ou muito baixa na Amazônia. Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2022 apontam que os alagamentos, as inundações e enxurradas, o incêndio florestal, a estiagem e a seca são desastres naturais comuns a todos os Estados dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira.



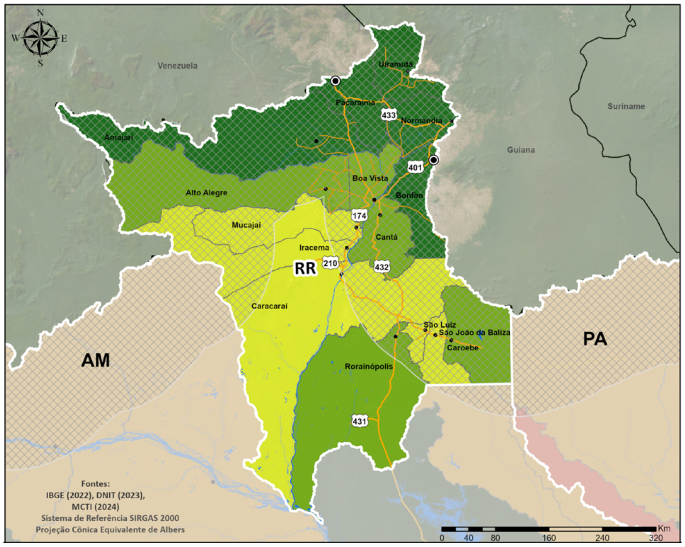
Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79

Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca (*)

Em Roraima, apenas o município de Normandia apresenta risco alto para a seca. Municípios como Rorainópolis, Iracema, Pacaraima, Uiramutã, Caroebe e Bonfim apresentam índice baixo, sendo que os demais apresentam indíce médio.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024



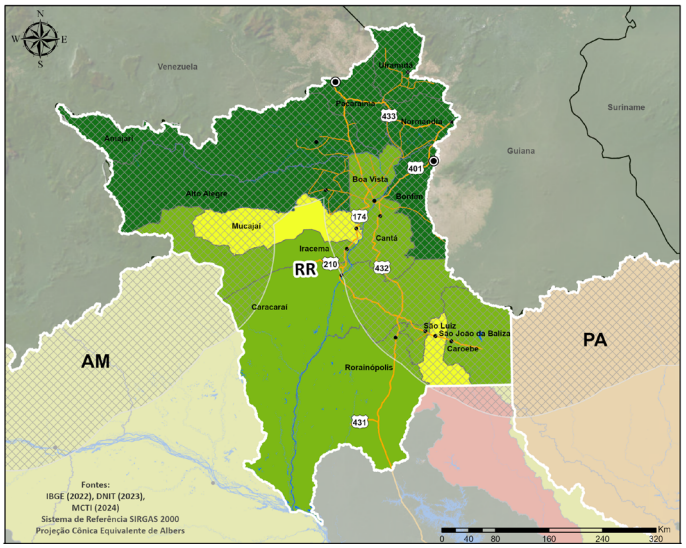
Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos (*)

O Estado de Roraima apresenta índices muito baixo em Amajari, Bonfim, Normandia, Pacaraima e Uiramutã e médio em Caracaraí, Iracema, Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00



Índice de risco de impacto para deslizamento (*)

Considerando a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, apenas Mucajaí e São João da Baliza estão classificados como de médio risco.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

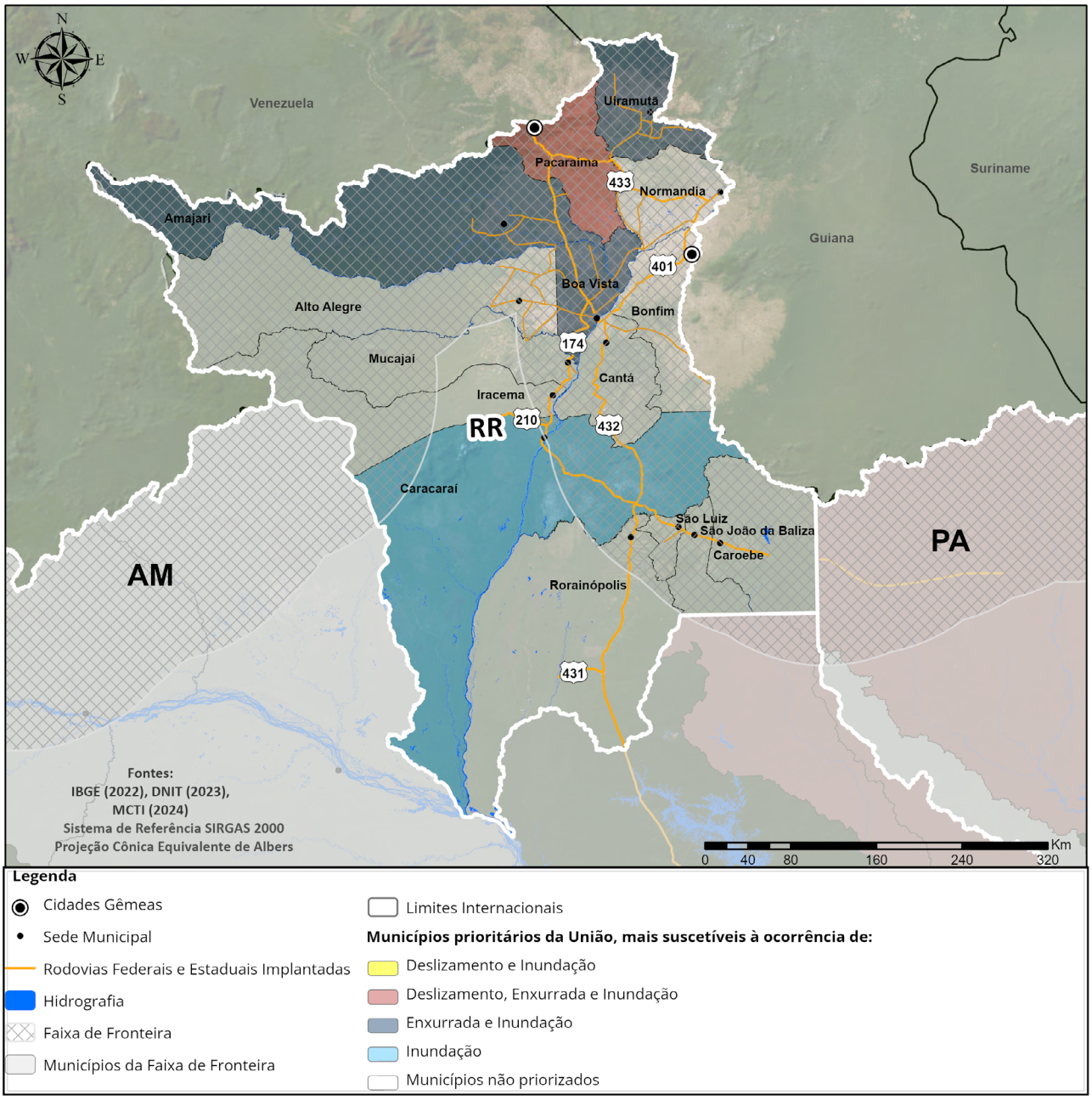
Com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações[22]. Em Roraima, a maioria dos municípios fronteiriços são identificados como não prioritários. Já as ocorrências identificadas por tipo de risco correspondem a: (i) deslizamentos, enxurradas e inundações - Pacaraima; (ii) enxurrada e inundação - Amajari, Boa Vista e Uiramutã; e (iii) inundação - Caracaraí.

Com base na iniciativa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)[23], com o objetivo de retratar a capacidade do municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. Em Roraima, somente Boa Vista foi classificado como Perfil de Risco "Prioritário". Os Municípios de Bonfim, Cantá, Caroebe e Rorainópolis foram identificados como "Não Prioritário".

22. Em 2023, foram selecionados 1.942 municípios mais suscetíveis a desastres climáticos em todo o país, a partir da análise de dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico. Em 2025, uma nova revisão foi feita, totalizando 2.086 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas e inundações (base de dados até 2024).

23. O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuidas em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GRD) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm

Mapa 3 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações

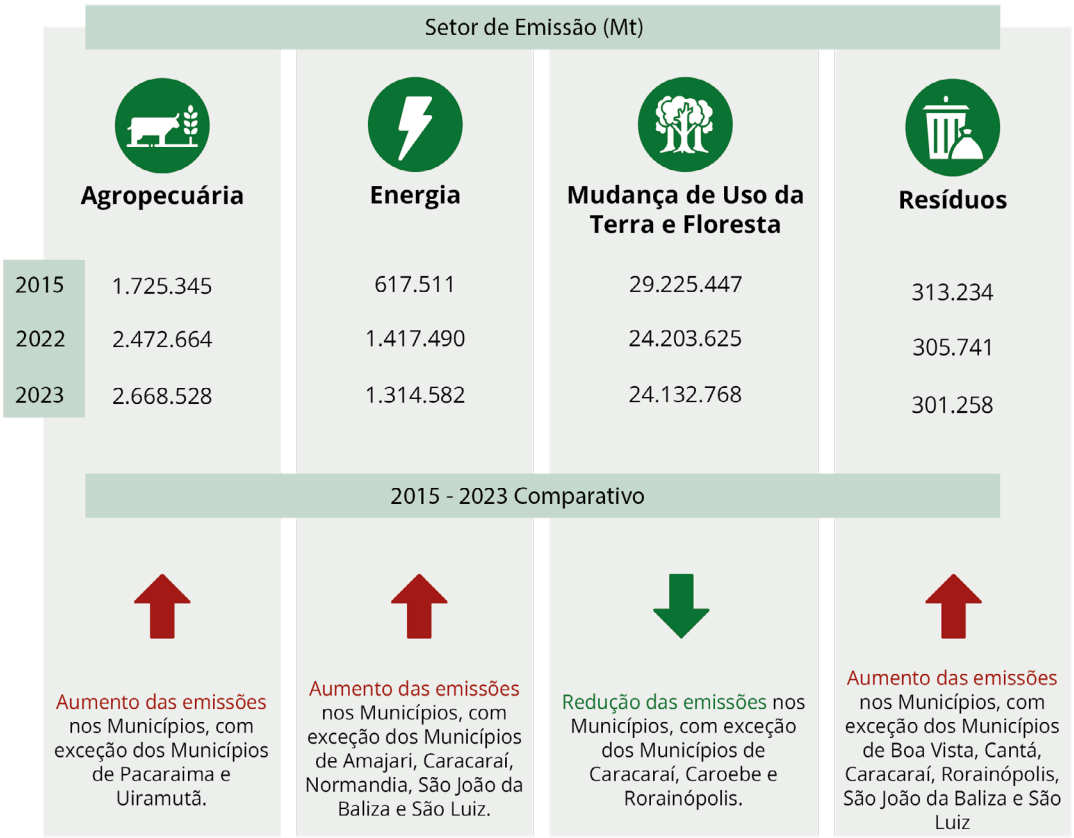


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos municípios de fronteira amazônica, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[24], desenvolvido pelo Observatório do Clima[25], utilizou os dados coletados em 2015, 2022 e 2023[26]. Com base nessas informações, o setor mudança de uso da terra e floresta registrou a maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa, seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos.

O Estado de Roraima compreende os seguintes cenários, quanto às emissões de GEE (gases de efeito estufa):



24. O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industrias e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.
25. O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).
26. Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).



Foto: Prefeitura de Boa Vista

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transportes e Logística

O acesso à Faixa de Fronteira da Amazônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho), a BR-319 (Manaus/Porto Velho), a BR-174 (Manaus/Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

A BR-174 atravessa os municípios fronteiriços de Roraima. Fazendo a conexão entre Manaus e a fronteira com a Venezuela, a Rodovia liga Boa Vista a Pacaraima. Em sentido longitudinal ela cruza a Terra Indígena Waimiri-Atroari em um trecho de 123 km, antes de atingir os Municípios de Rorainópolis, Caracaraí, Iracema e Mucajaí. Em Boa Vista, há conexões com a BR-401, que leva à Guiana. Apesar de sua função estratégica para a integração regional, alguns trechos ainda não são pavimentados, o que compromete sua plena utilização.

Ainda que o transporte fluvial desempenhe papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e serviços, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas da Faixa de Fronteira Amazônica, em Roraima a navegação fluvial é limitada ao Rio Branco, com baixa eficiência. Em Roraima, há apenas um porto público em operação e outro planejado.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional também possui importância essencial na conectividade entre cidades e localidades remotas. Em função do modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a atender às demandas militares e governamentais. Ao longo das décadas, a infraestrutura aeroportuária foi ampliada para atender ao transporte de pessoas, mercadorias e serviços públicos, acompanhando o crescimento das demandas civis nas regiões isoladas. O Estado de Roraima possui apenas um aeroporto concedido, o de Boa Vista, sendo os acessos às cidades-gêmeas dependente do transporte rodoviário.

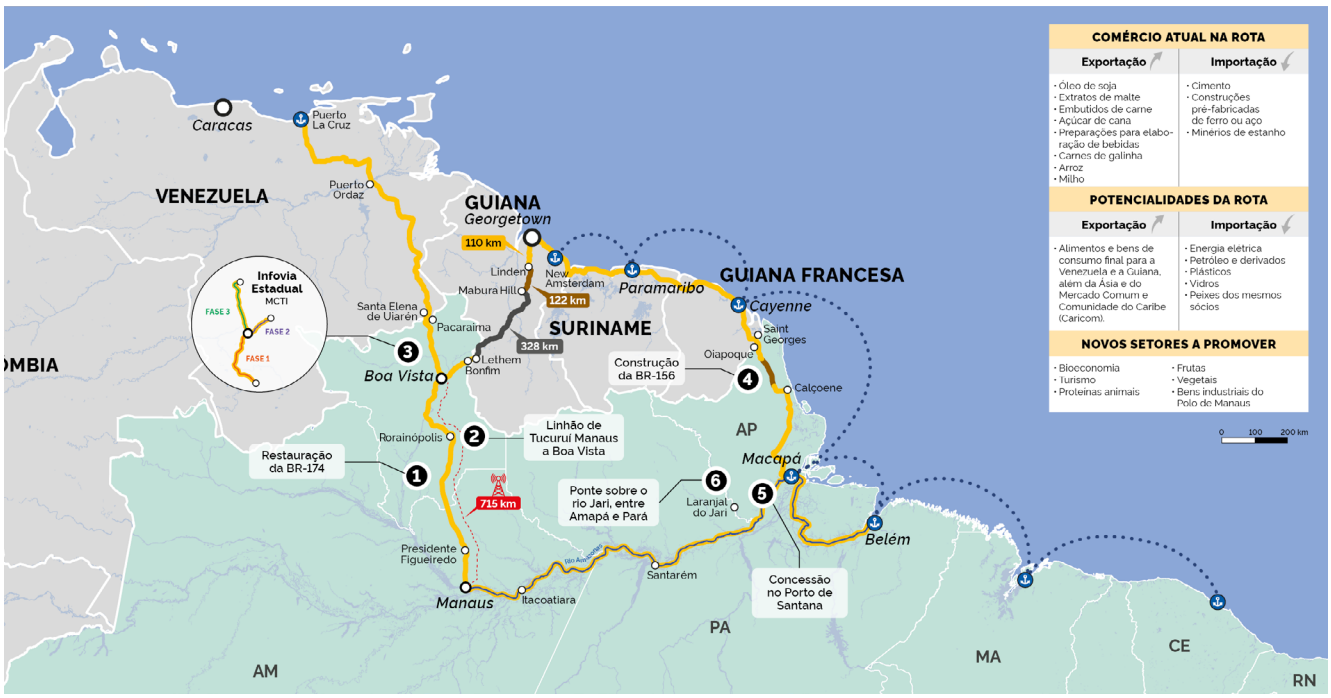
Mapa 4 - Infraestruturas de Transportes que interligam a Fronteira de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

No âmbito das infraestruturas de transporte e logística, vale destacar o *Programa Rotas de Integração Sul-Americana*. Criado, em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, uma atravessa o Estado de Roraima: a **Rota 1m da Ilha das Guianas**. A Rota 1 é uma rota multimodal, composta por rodovias e hidrovias. No Brasil, inclui integralmente os Estados de Roraima e Amapá, além da calha norte dos Estados do Pará e do Amazonas - neste último, em trechos ainda com baixa infraestrutura instalada. (MPO, 2024).

Figura 2 - Infraestrutura de integração transfronteiriça/Estado de Roraima



Fonte: MPO, 2024.

Infraestrutura Energética e de Comunicações

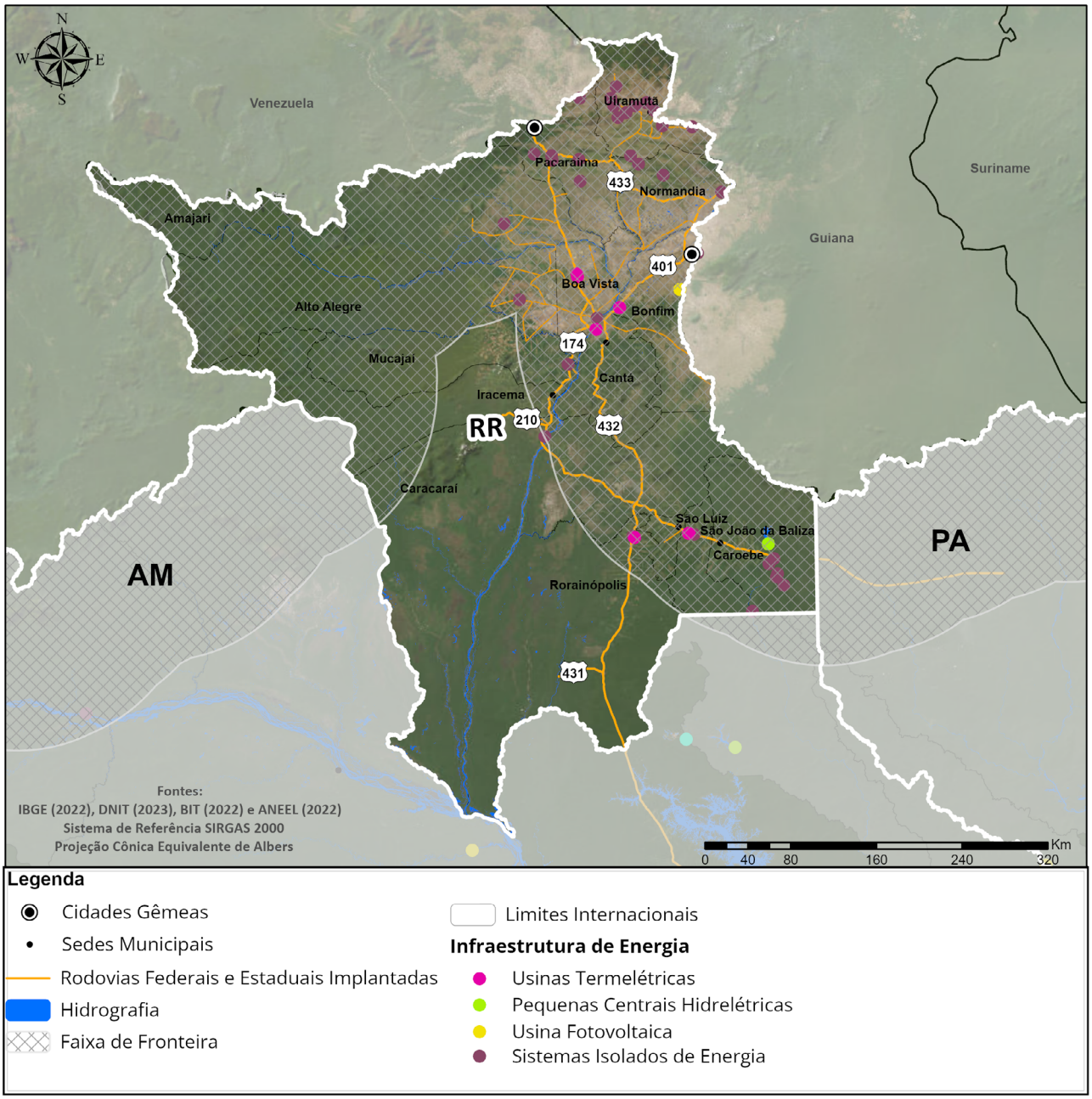
As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Amazônia são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia[27] de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil. Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e da solar (0,4%).

No contexto do Arco Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%) representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%) e Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte[28].

A entrada de Roraima no Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da energização do Linhão Manaus–Boa Vista, representa um marco histórico para o desenvolvimento regional e para a integração energética da Amazônia. A integração elétrica de Roraima se concretizou a partir de financiamentos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Essa conexão garante maior estabilidade no fornecimento de energia, reduz a dependência de usinas termelétricas movidas a óleo diesel e cria condições para atração de novos investimentos em setores estratégicos.

27. Capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.
28. O Governo Federal instituiu em 2020 o *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA)*, com o propósito de fornecer energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. Em Roraima, a iniciativa contemplou algumas comunidades remotas e indígenas como, por exemplo, o Centro de Referência de Saúde Indígena Surucucu em Alto Alegre. Com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao *Programa Luz Para Todos (PLPT)*.

Mapa 5 - Geração de energia elétrica (Infraestrutura de energia e Sistemas Isolados) do Estado de Roraima[29]



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

29. O MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados (SISOL). Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica da Amazônia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI - disponível em: <https://pasi.epe.gov.br/>), com o propósito de agregar informações atuais ao SISOL e dar maior transparência aos dados.

A cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade são limitadas, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso às redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico.

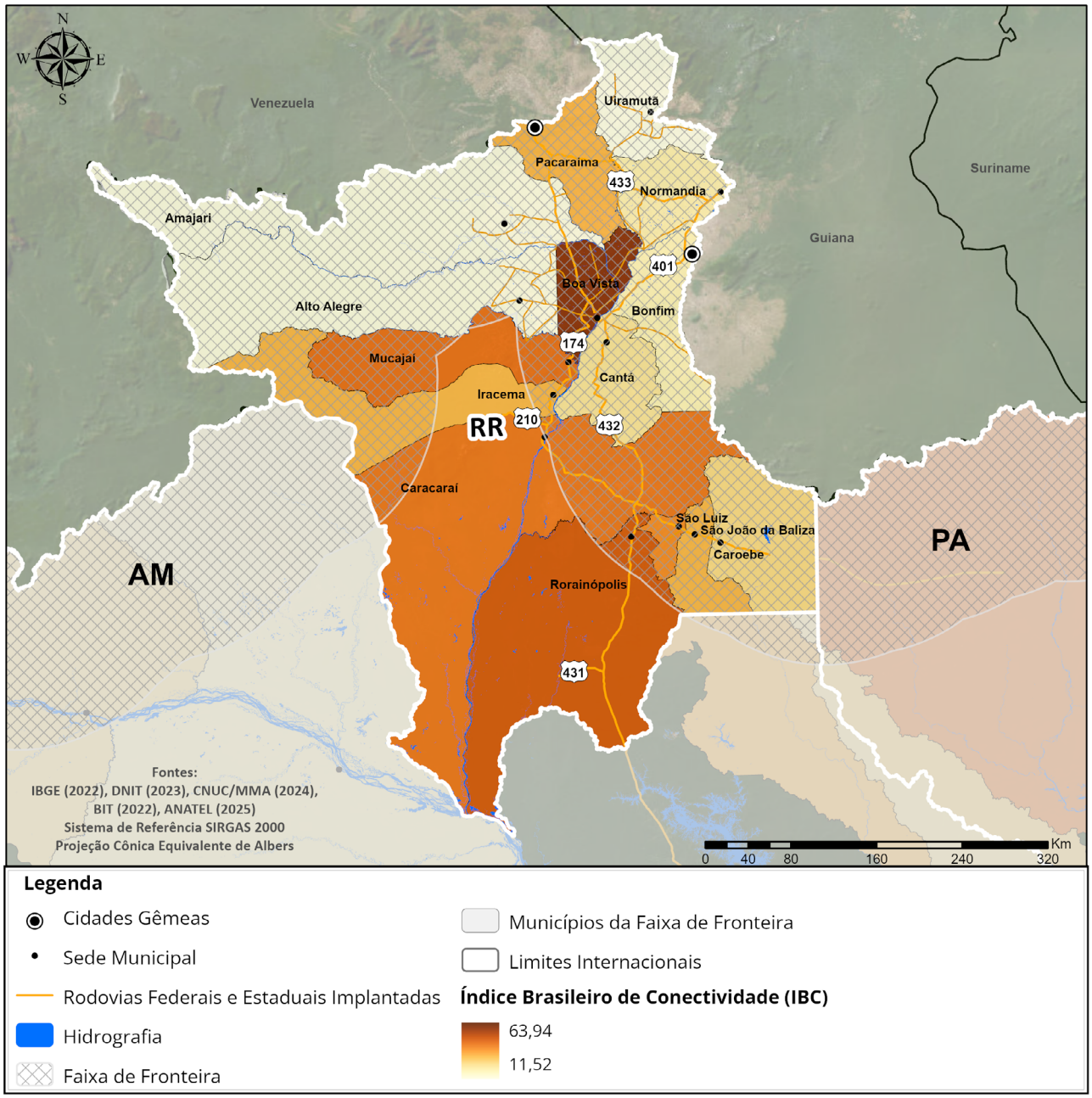
A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente nos municípios da Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas como o *Programa Norte Conectado*, que desde 2020 vem implantando redes de fibra óptica subfluvial para melhorar a conectividade regional. Na Faixa de Fronteira de Roraima, os Municípios de Caracaraí, Iracema e Mucajaí estão contemplados no Programa[30]. Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica[31].

Nesse contexto, ganham relevância soluções complementares baseadas em conectividade via satélite de baixa órbita, que oferecem maior cobertura geográfica, menor latência em comparação aos satélites tradicionais e maior rapidez de implantação. Essas alternativas têm sido particularmente importantes para atender escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e localidades ribeirinhas, onde a chegada da fibra pode ser lenta ou inviável no curto prazo. De todo modo, a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes são fundamentais para a inclusão digital nos municípios da Faixa de Fronteira.

O Índice Brasileiro de Conectividade Digital (IBC) é uma ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para classificar estados e municípios brasileiros de acordo com seus estágios de conectividade. Ao analisar os valores de IBC obtidos por Roraima no intervalo de 2021 a 2025, é possível perceber um comportamento não linear na conectividade do estado, que apresentou queda no valor de IBC entre 2021 e 2023, ano em que atingiu 27,92 pontos, e evolução até o ano de 2025, com 46,53 pontos. Entre os estados pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte, Roraima ocupa a última posição no comparativo de índices de conectividade em 2025, atrás de Rondônia, Amapá, Pará, Acre e Amazonas, que apresentam valores de IBC superiores, respectivamente. Dos municípios localizados na faixa de fronteira de Roraima, Boa Vista possui o maior valor de IBC (59,60 em 2025), enquanto Uiramutã registra o menor (11,52 em 2025), uma diferença de aproximadamente 48 pontos. As cidades-gêmeas Pacaraima e Bonfim possuem índice de 33,11 e 19,18, respectivamente.

30. O *Programa Norte Conectado* é composto de oito infovias, que segundo dados do Ministério das Comunicações, beneficiarão 10 milhões de pessoas. Conforme informações divulgadas pela Entidade Administradora de Faixa (EAF), responsável por seis Infovias, implantou-se no período de 2020 a 2025, as Infovias 02 e 03. Em fevereiro de 2025, foi anunciada a finalização do cabo subaquático da Infovia 04 e a efetivação da infraestrutura terrestre. As Infovias 05, 06 e 08 compõem a segunda etapa da implantação do Programa. As Infovias 00 e 01 foram realizadas entre os anos de 2021 a 2023, pelo Consórcio Aberto do Operador Neutro (ON) e Seja Digital, respectivamente.
31. Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Mapa 6 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Saneamento Básico

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactar a saúde pública e gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de abastecimento de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados adiante, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, Municípios lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia enfrentam um déficit significativo nesse serviço, com localidades apresentando cobertura extremamente baixa. Nenhum dos municípios lindeiros com sede na Faixa de Fronteira de Roraima atinge 50% da população abastecida pela rede de água. Destaque à Uiramutã onde apenas 4,1% da população têm acesso a rede de abastecimento de água potável.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, os municípios lindeiros à Faixa de Fronteira não apresentam dados, evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço. Apenas Bonfim apresenta o dado, chegando a 51,4% da população com rede de esgotamento sanitário.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observa-se a predominância de lixões como forma de disposição final, comprometendo a qualidade ambiental e a saúde da população. Os municípios que abrangem fronteiras secas podem enfrentar a circulação irregular de resíduos entre os países vizinhos, ou que exijam maior articulação entre as pessoas envolvidas na gestão desses serviços. Dos municípios lindeiros de Roraima, apenas Bonfim apresenta o dado da taxa de cobertura da coleta acima de 90%. No entanto, vale destacar que em outros municípios lindeiros, como Uiramutã e Normandia, grande parte de seus territórios são Terras Indígenas, não cabendo a análise de modelos convencionais de coleta de resíduos.

Com relação à drenagem urbana, considerando a diversidade de indicadores, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. Nos municípios lindeiros à Faixa de Fronteira, observa-se que mais de 80% dos domicílios não estão sujeitos ao risco.

Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira de Roraima	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Alto Alegre	39,07	NI	78,21	NI
Amajari	26,13	NI	15,95	98
Boa Vista	96,45	92,8	96,45	100
Bonfim	48,7	51,37	91,22	100
Cantá	43,87	NI	46,17	100
Caracaraí	76,61	54,76	81,18	77,8
Caroebe	47,65	NI	51,61	81,9
Iracema	61,62	51,46	51,46	100
Mucajaí	66,02	54,09	23,79	79,2
Normandia	32,48	NI	42,9	NI
Pacaraima	43,29	NI	42,99	86,8
Rorainópolis	49,13	NI	33,69	NI
São João da Baliza	65,16	NI	67,74	NI
São Luiz	72,96	NI	27,11	97,5
Uiramutã	4,13	NI	13,6	96,8
Estado de Roraima	**79,4**	**65,5**	**79,5**	**97,6**
Brasil	**84,9**	**56**	**90,4**	**95,7**

(*) Fronteira seca. NI = Não Informado.

Fonte: SINISA, 2022.



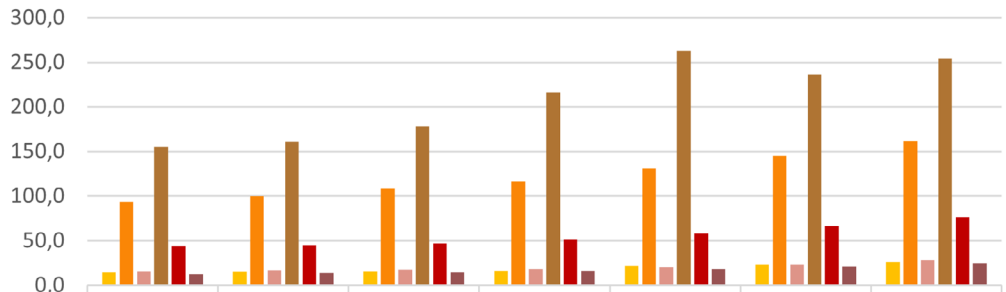
Foto: Antonio Carlos de Freitas

Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Estrutura Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território[32]. Apesar de não revelar fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades. O Estado de Roraima é o de menor economia dentre os demais da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia. No gráfico a seguir, observa-se o valor do PIB para a última série de cinco anos no conjunto de estados em análise.

Gráfico 7 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais, 2017 a 2023



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4	23,7	26,3
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5	145,1	161,8
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1	23,6	28,0
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9	236,1	254,5
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2	66,8	76,4
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2	21,1	25,1

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE.

32. Foram adotadas as séries anuais recentes, sendo para a evolução do PIB de 2017 a 2023 e, para as condições atuais em geral, o foco no último ano disponível para o dado em pauta.

Na análise da participação do valor adicionado dos Setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública[33] no valor adicionado bruto total[34], observa-se que o Setor de Serviços tem uma contribuição relevante em Roraima (79,5%), especialmente os serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, com valor mais expressivo dentre os estados da fronteira amazônica.

Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado PIB dos Estados da Fronteira da Amazônia em 2023 (em %)

Setores	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	**17,1%**	**18,9%**	**5,4%**	**8,9%**	**12,9%**	**1,2%**
Indústria	**8,0%**	**19,0%**	**40,1%**	**11,7%**	**28,5%**	**10,4%**
Indústria extrativa	0,0%	0,2%	2,1%	0,1%	13,5%	0,1%
Indústria de transformação	3,3%	7,7%	32,6%	1,3%	5,6%	1,6%
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,2%	8,2%	2,1%	5,4%	4,8%	5,2%
Construção	3,5%	2,9%	3,2%	4,9%	4,7%	3,6%
Serviços	**74,9%**	**62,1%**	**54,5%**	**79,5%**	**58,6%**	**88,3%**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,5%	10,8%	10,2%	12,2%	10,8%	12,1%
Transporte, armazenagem e correio	1,0%	1,4%	3,4%	1,9%	2,5%	1,4%
Informação e comunicação	0,9%	0,7%	1,3%	1,0%	0,9%	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1%	3,9%	2,3%	2,8%	2,9%	2,5%
Atividades imobiliárias	9,5%	8,6%	6,4%	7,7%	7,2%	10,8%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	38,5%	27,6%	20,2%	46,2%	23,6%	48,3%
Outros serviços	10,3%	9,1%	10,6%	7,6%	10,7%	12,0%

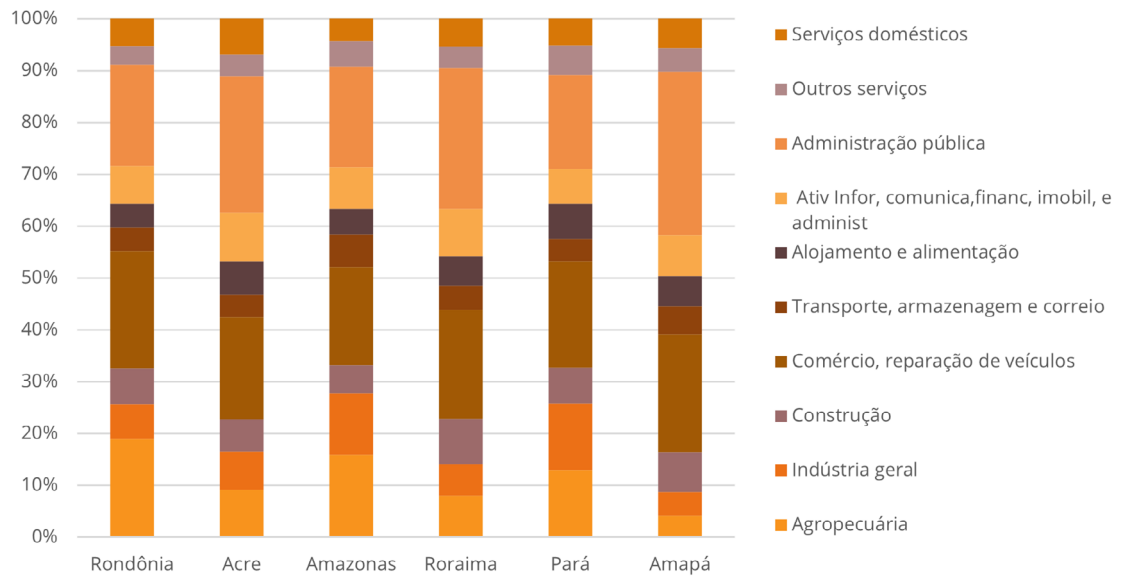
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

33. O setor de Agropecuária corresponde a: agricultura, pecuária e produção florestal; pesca e aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil.

34. A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023) mostram que o Setor de Serviços aparece como principal empregador na economia da região, bem como em Roraima. Apesar de a indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados, cujos percentuais foram próximos a 12%. A agropecuária nestes estados chega a ultrapassar o total de ocupados na indústria, ressaltando a importância das atividades rurais.

Gráfico 8 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos Estados da Fronteira da Amazônia, 2023

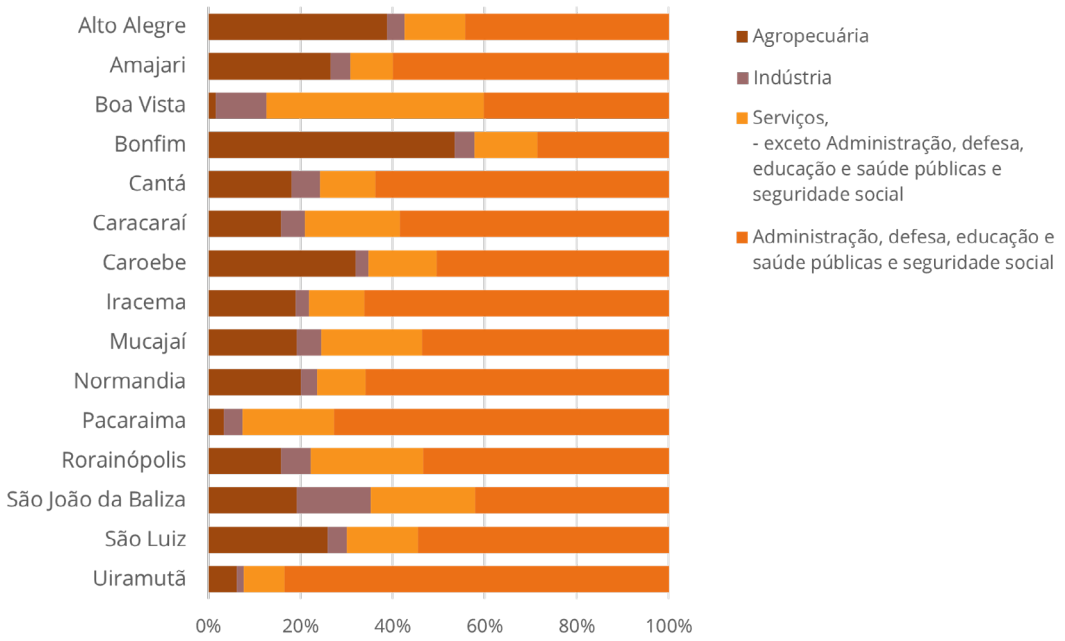


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Na análise por municípios fronteiriços[35], observa-se que a capital Boa Vista tem a maior participação no PIB estadual, onde os Setores de Serviços e Administração Pública respondem por grande parte do valor adicionado. A cidade-gêmea de Bonfim registra a maior contribuição do Setor Agropecuário, chegando a ultrapassar 50% do valor adicionado total. A cidade-gêmea de Pacaraima tem quase a totalidade do seu valor adicionado gerados nos Setores de Serviços e Administração Pública, assim como a capital. O Setor da Indústria quase não tem participação, alcançando sua contribuição máxima em Boa Vista, com 11%.

35. Conforme nota técnica 02/2024 do Sistema de Contas Nacionais, o dado mais recente do IBGE para o PIB dos Municípios com a abertura das atividades econômicas é de 2021.

Gráfico 9 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Atividades Produtivas

Uma vez que o trabalho envolve foco na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados dados econômicos vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, para demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios[36].

O mapeamento dessas atividades envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

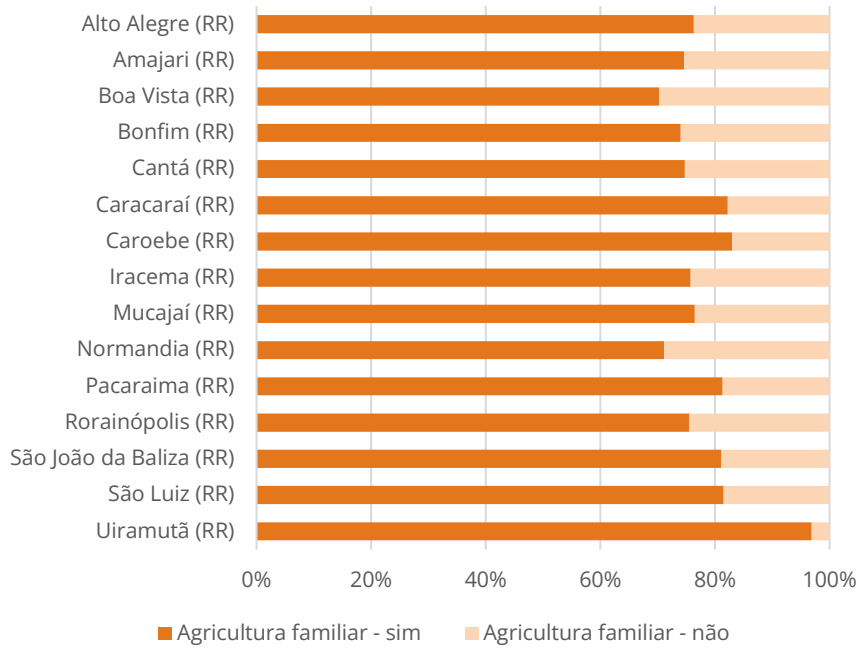
No contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça à manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem que há muitos

36. Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

De modo geral, se observa uma alta participação em termos de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Faixa de Fronteira e capitais. Em geral, representam mais de 80% sob essa condição. Em Roraima, com exceção de Boa Vista, as cidades-gêmeas e os municípios de fronteira confirmam que mais de 80% está sob a condição de agricultura familiar.

Gráfico 10 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor em Roraima[37]



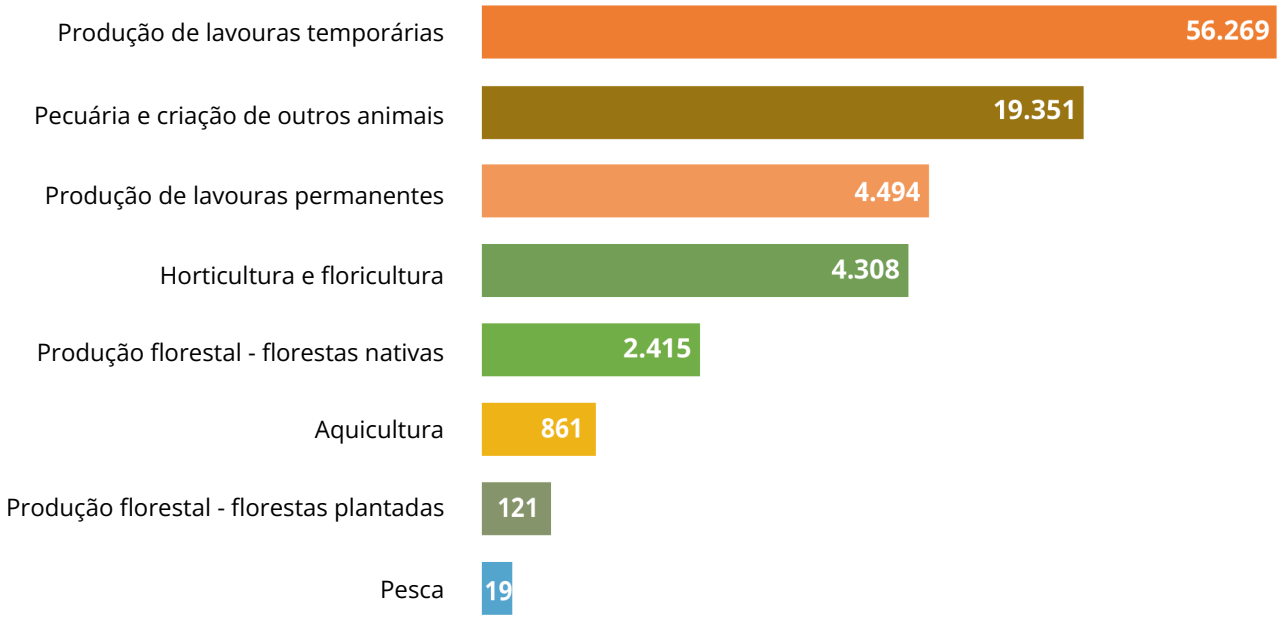
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Observa-se um padrão na composição do valor da produção agropecuária, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar, seguidas pela pecuária, com exceção de Rondônia. No Pará, o valor gerado por essas lavouras destaca-se significativamente, o que acaba por distorcer a visualização dos valores quando comparados aos do Amazonas. A produção florestal aparece como terceira atividade relevante, sobretudo no Pará, no Amazonas e no Amapá.

37. As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais, pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

Observa-se um padrão na composição do valor da produção agropecuária, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar, seguidas pela pecuária, com exceção de Rondônia. No Pará, o valor gerado por essas lavouras destaca-se significativamente, o que acaba por distorcer a visualização dos valores quando comparados aos do Amazonas. A produção florestal aparece como terceira atividade relevante, sobretudo no Pará, no Amazonas e no Amapá.

Gráfico 11 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levou-se em conta a quantidade e valor da produção total dos produtos.

Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023*

1° 

MADEIRA EM TORA

Valor da produção: 46.662 mil reais
Quantidade: 366.800 m³

2° 

CASTANHA DO BRASIL

Valor da produção: 11.616 mil reais
Quantidade: 1.910 toneladas

3° 

LENHA

Valor da produção: 4.001 mil reais
Quantidade: 150.100 m³

4° 

AÇAÍ

Valor da produção: 258 mil reais
Quantidade: 49 toneladas

5° 

CARVÃO VEGETAL

Valor da produção: 106 mil reais
Quantidade: 96 toneladas

6° 

CASTANHA DE CAJU

Valor da produção: 83 mil reais
Quantidade: 13 toneladas

* No bioma Amazônico, marcado pela predominância de florestas nativas, a exploração de produtos florestais, como madeira e lenha, deve observar os princípios do manejo florestal sustentável, prática regulamentada no Brasil desde a Lei Federal nº 4.771/1965 e atualmente disciplinada pela legislação ambiental vigente. Ressalta-se que os dados da PEVS/IBGE expressam os volumes e valores da produção extrativista, sem distinguir as formas de manejo ou a origem sustentável dos produtos comercializados.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PVES 2023

Potencial Turístico

O turismo transfronteiriço é potencial para explorar as oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além do fortalecimento do ecoturismo, do etnoturismo, do turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo[38] (2025), são 16 Polos e Regiões Turísticas e 33 municípios fronteiriços distribuídos ao longo do Arco Norte e Rondônia. Na Faixa de Fronteira do Estado de Roraima são oito municípios incluídos em três Regiões Turísticas:

• **Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador:** turismo imersivo na floresta de observação da fauna e flora; de pesca esportiva e de esportes e lazer aquático;

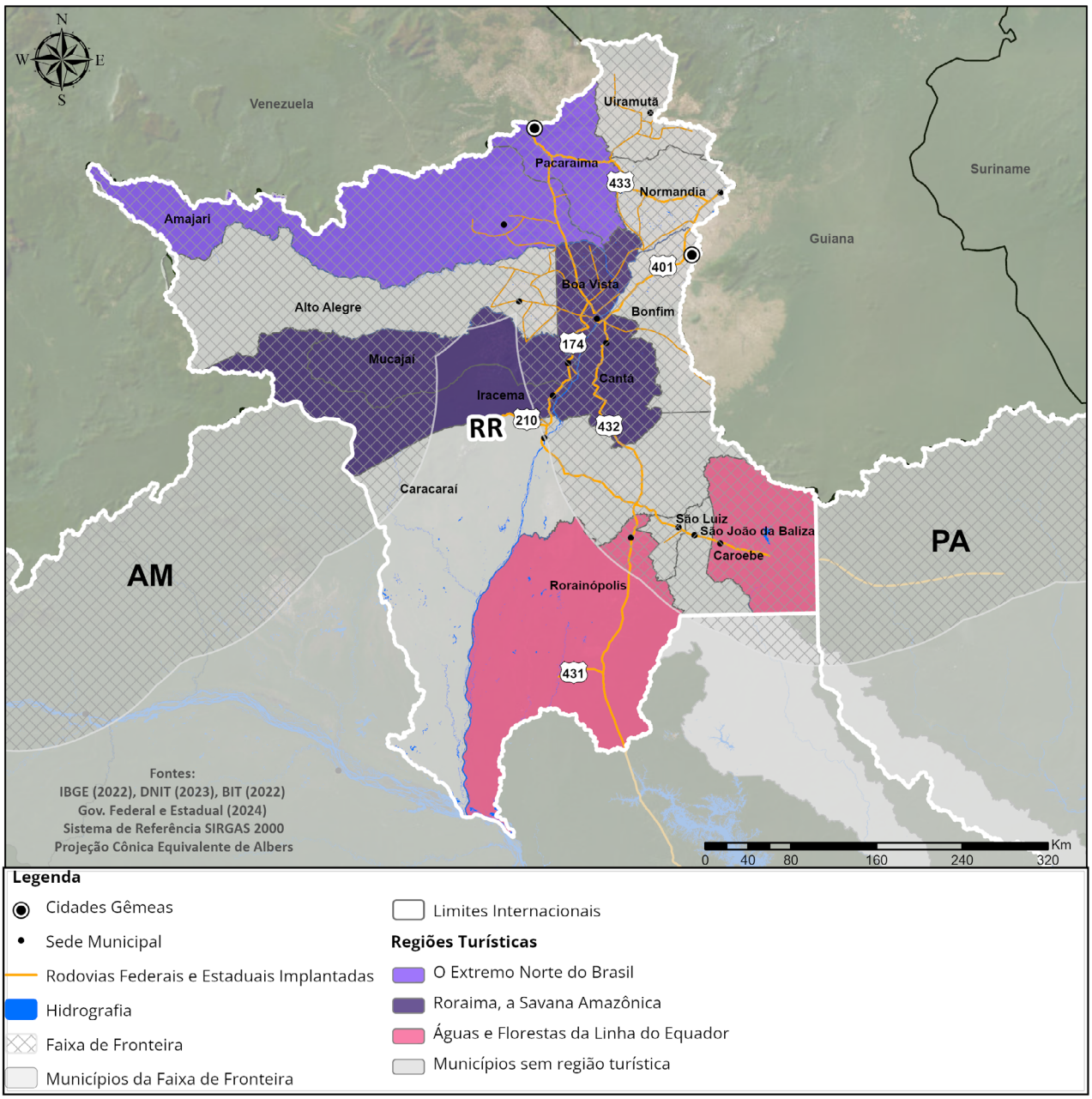
• **Região Turística O Extremo Norte do Brasil:** ecoturismo, etnoturismo, turismo de aventura e trekking, turismo de integração cultural transfronteiriço;

• **Região Turística Roraima, a Savana Amazônica:** turismo de observação da paisagem notável (savana e cavalos selvagens), ecoturismo e de aventura (corredeiras e trilhas), etnoturismo (TI Raposa do Sol).

Os municípios turísticos da Faixa de Fronteira de Roraima são, em sua maioria, classificados na categoria III - Município de Apoio ao Turismo, que agregam valor aos destinos principais, sendo a Capital Boa Vista a única classificada na categoria I - Município Turístico, apresentando infraestrutura mais completa e detendo os maiores indicadores em arrecadação de impostos.

38. A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar aqueles inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país. Segundo a Portaria/MTur no 1 de 30/01/2026, as categorias são:
(I) Município turístico - aquele que dá identidade à região, concentra o maior fluxo de turistas e detém os principais atrativos e serviços turísticos em relação aos Municípios circunvizinhos;
(II) Município com oferta turística complementar - aquele que possui atrativos e serviços turísticos que complementam a oferta e o fluxo de turistas dos Municípios turísticos da região;
(III) Município de apoio ao turismo - aquele em que não há fluxo de turistas ou que possui fluxo de turistas pouco expressivo, mas que se beneficia da atividade turística, fornecendo mão de obra, serviços e produtos associados ao turismo aos Municípios turísticos e/ou aos Municípios com oferta turística complementar.

Mapa 7 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Foto: Mario Vilela/Acervo FUNAI

Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

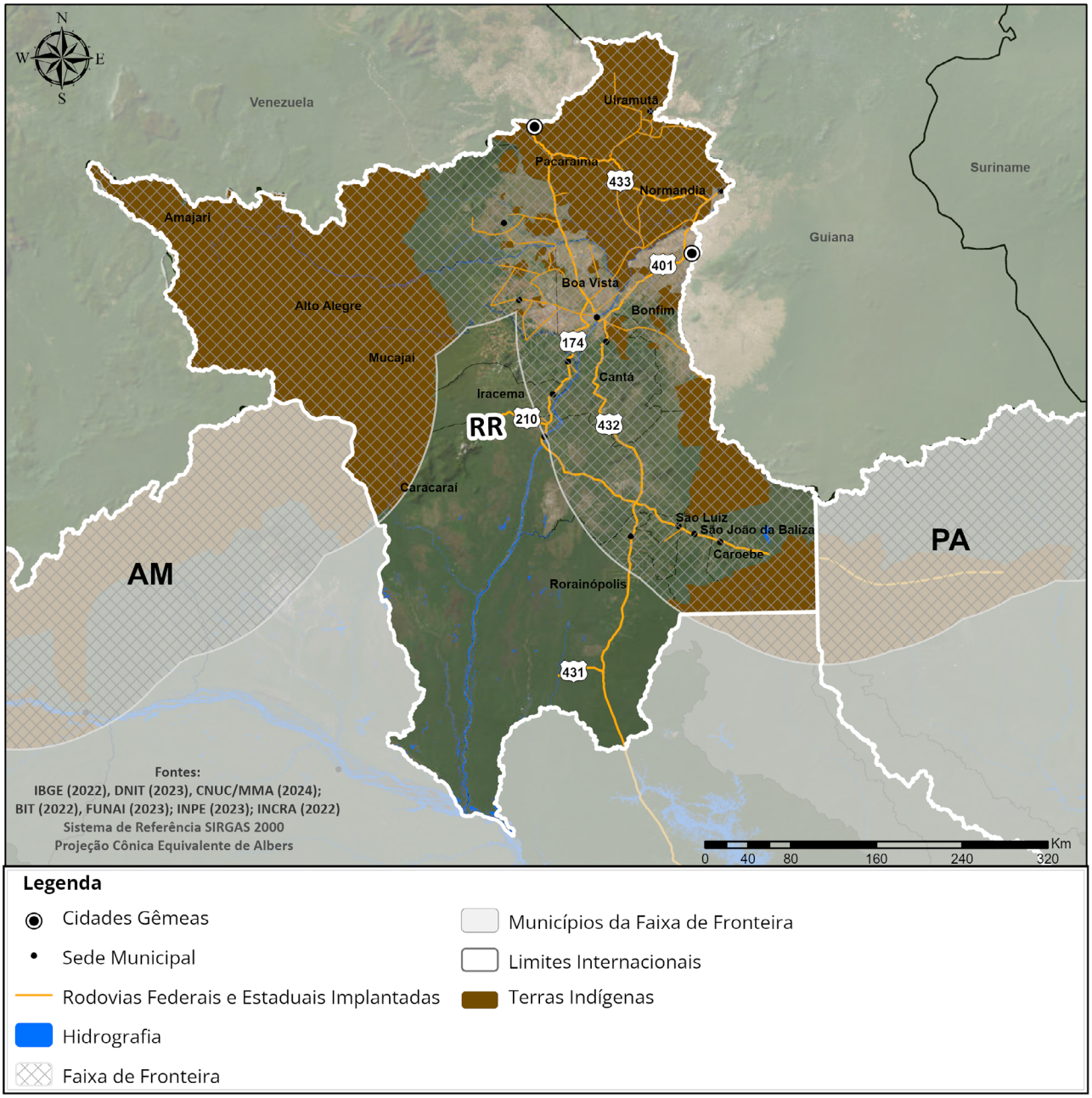
Povos Indígenas

A maior parte das terras indígenas da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia está localizada nos Estados do Amazonas e de Roraima, ainda que se tenha grandes áreas demarcadas em todos os demais.

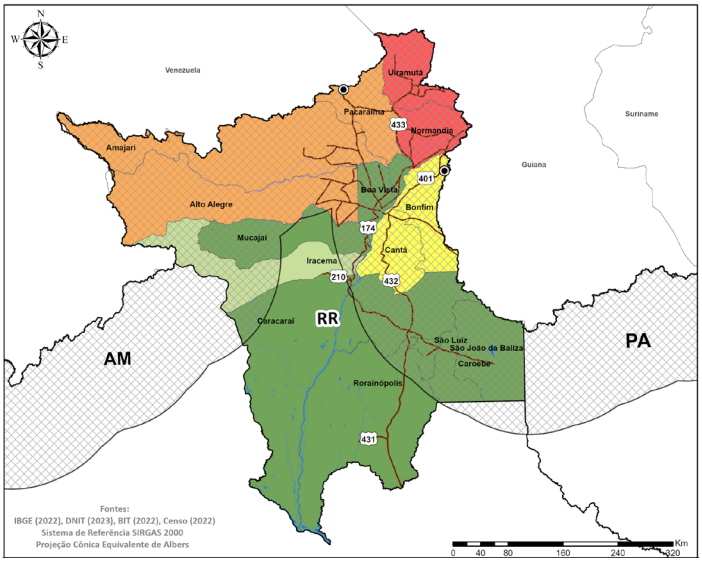


Foto: Lohana Chaves/FUNAI

Mapa 8 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 50%
- 50,01 - 80%
- maior que 80%

Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Estado do Roraima

O Estado de Roraima detém o maior território Yanomami totalizando mais de nove milhões de hectares de área. Além disso, cerca de 15% da população do Estado é de origem indígena. Dos 15 municípios pertencentes à Faixa de Fronteira, cinco têm população indígena maior que 50% do total, a saber: Pacaraima, Normandia, Uiramutã, Amajari e Alto Alegre, sendo Uiramatã o município com maior participação indígena, em termos percentuais, passando de 96% da população (13.283 indivíduos). Em termos absolutos, no entanto, Boa Vista é o município que concentra o maior contingente indígena, totalizando 20.410 habitantes.

Para além da promoção da justiça social, a proteção dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais configura também uma estratégia de sustentabilidade ambiental, especialmente na Faixa de Fronteira do bioma amazônico. Entretanto, é amplamente reconhecido que os povos indígenas da região estudada enfrentam múltiplas ameaças, sendo a presença de facções criminosas em TIs, aliada à exploração madeireira e minerária, um fator agravante dos conflitos.

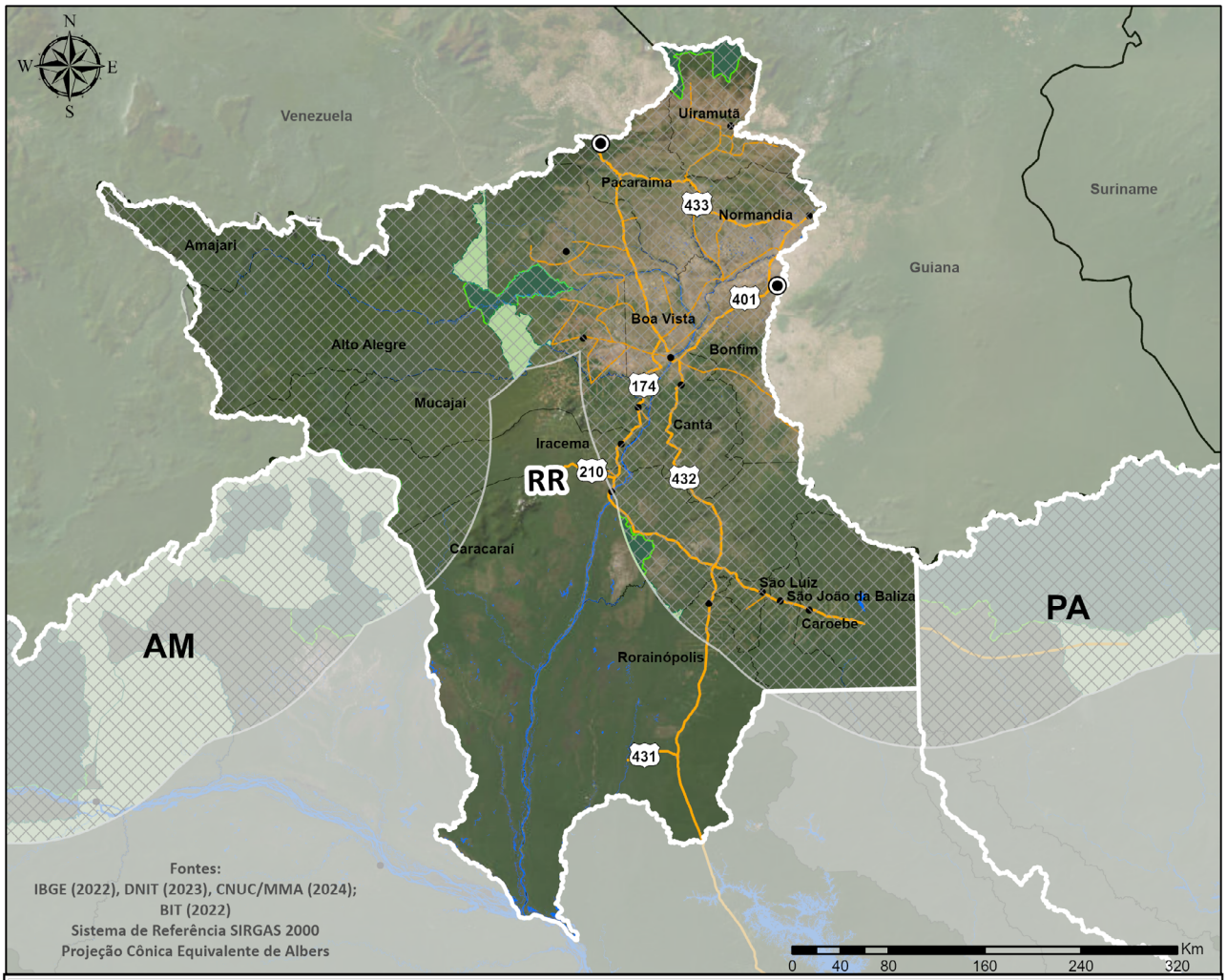
Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação, em especial da categoria Reserva Extrativista e Floresta, são indicativas da presença de comunidades extrativistas no território. Na Faixa de Fronteira de Roraima, há seis Unidades de Conservação instituídas, todas de nível federal.

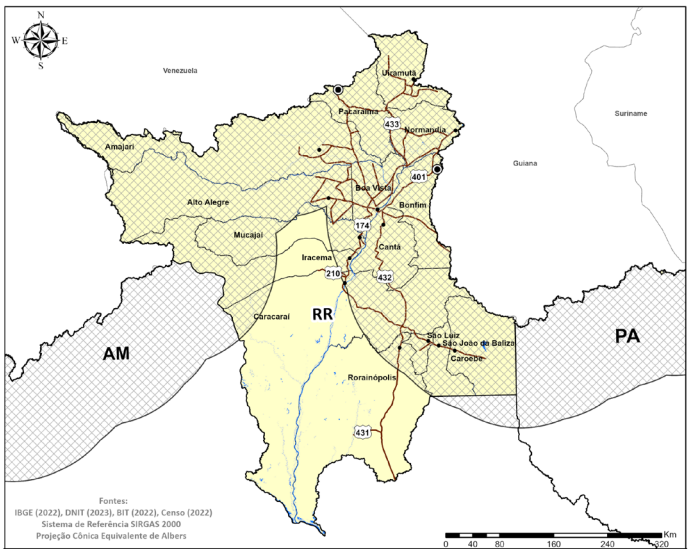
Tabela 6 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado de Roraima

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Parque Nacional do Monte Roraima	Uiramutã (RR)	116.749	Federal	Proteção Integral	Parque
Parque Nacional Viruá	Caracaraí (RR), Rorainópolis (RR)	280.982	Federal	Proteção Integral	Parque
Floresta Nacional de Roraima	Alto alegre (RR), Mucajaí (RR)	169.626	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Estação Ecológica de Maracá	Alto alegre (RR), Amajari (RR)	154.221	Federal	Proteção Integral	Estação Ecológica
Floresta Nacional de Anauá	Caracaraí (RR), Rorainópolis (RR)	259.399	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Floresta Nacional do Parima	Amajari (RR)	109.484	Federal	Uso Sustentável	Floresta

Mapa 9 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 40%
- 40,01 - 50%
- 50,01 - 84,5%

Percentual de população residente nas unidades de conservação na Faixa de Fronteira do Estado de Roraima

Conforme dados do Censo IBGE 2022, observa-se que 0,5% da população fronteiriça reside em Unidades de Conservação. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Caracaraí, onde cerca de 1.340 pessoas residem em Unidades de Conservação. No entanto, grande parte do município não integra a faixa de 150km da fronteira. O mesmo ocorre com Rorainópolis, onde há mais de 1.100 pessoas vivem em UCs, porém não integram a população fronteiriça.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Migrações

Entre os anos de 2020 e 2024, os estados do Arco Norte e Rondônia se destacaram como pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas, tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

Tabela 7 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, 2024

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AC	53.241	51,20%	50.828	48,80%	104.069	**12,20%**
AM	89.974	48,30%	96.215	51,70%	186.189	**21,80%**
AP	67.203	65,60%	35.260	34,40%	102.463	**12,00%**
PA	115.699	45,20%	140.309	54,80%	256.008	**29,90%**
RO	7.903	50,20%	7.827	49,80%	15.730	**1,80%**
RR	152.693	79,90%	38.415	20,10%	191.108	**22,30%**
Total	**486.713**	**100%**	**368.854**	**100%**	**855.567**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024[39]

Neste período, Roraima destacou-se como o principal ponto de entrada de migrantes na região Norte, refletindo a contínua chegada de venezuelanos em busca de melhores condições de vida. Esse fluxo intensificou-se ao longo dos anos, consolidando Roraima como a principal porta de entrada para refugiados e imigrantes temporários.

Observa-se, assim, que Roraima é o Estado com maior volume de entradas migratórias, consolidando-se como o principal ponto de chegada de refugiados venezuelanos. O volume de entradas e saídas manteve-

39. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti. Acesso em: 12 fev. 2025.

se constante ao longo dos últimos anos. De acordo com os dados obtidos, houve um aumento na presença feminina nos últimos anos, indicando a migração de famílias inteiras. Municípios como Pacaraima e Boa Vista, principais cidades de entrada de imigrantes no país, enfrentam uma sobrecarga nos serviços públicos, amplificando a vulnerabilidade dos migrantes.

Violência e Criminalidade

A região norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes, superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes[40].

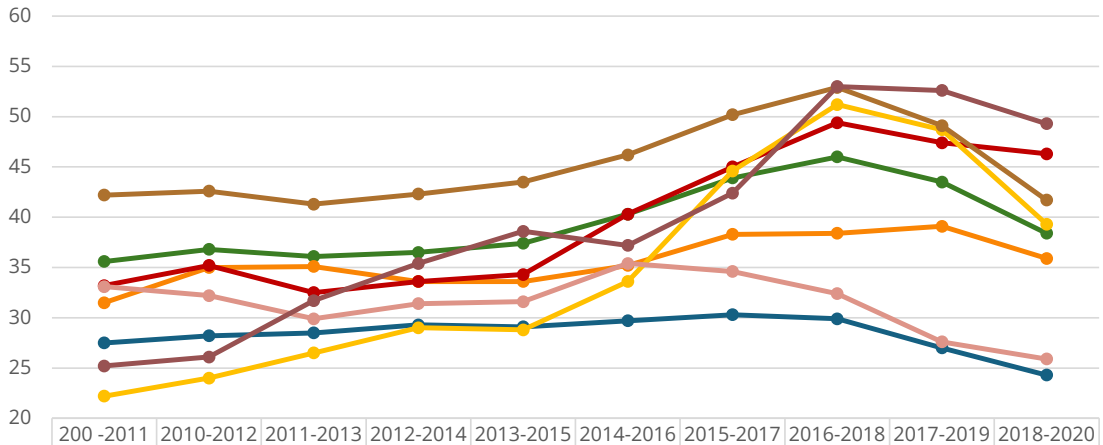
A compreensão das dinâmicas da violência na região Norte requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024[41]).

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

40. A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) adotada neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros.
41. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Gráfico 22 - Evolução das taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia por triênios (2009 a 2020)



	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

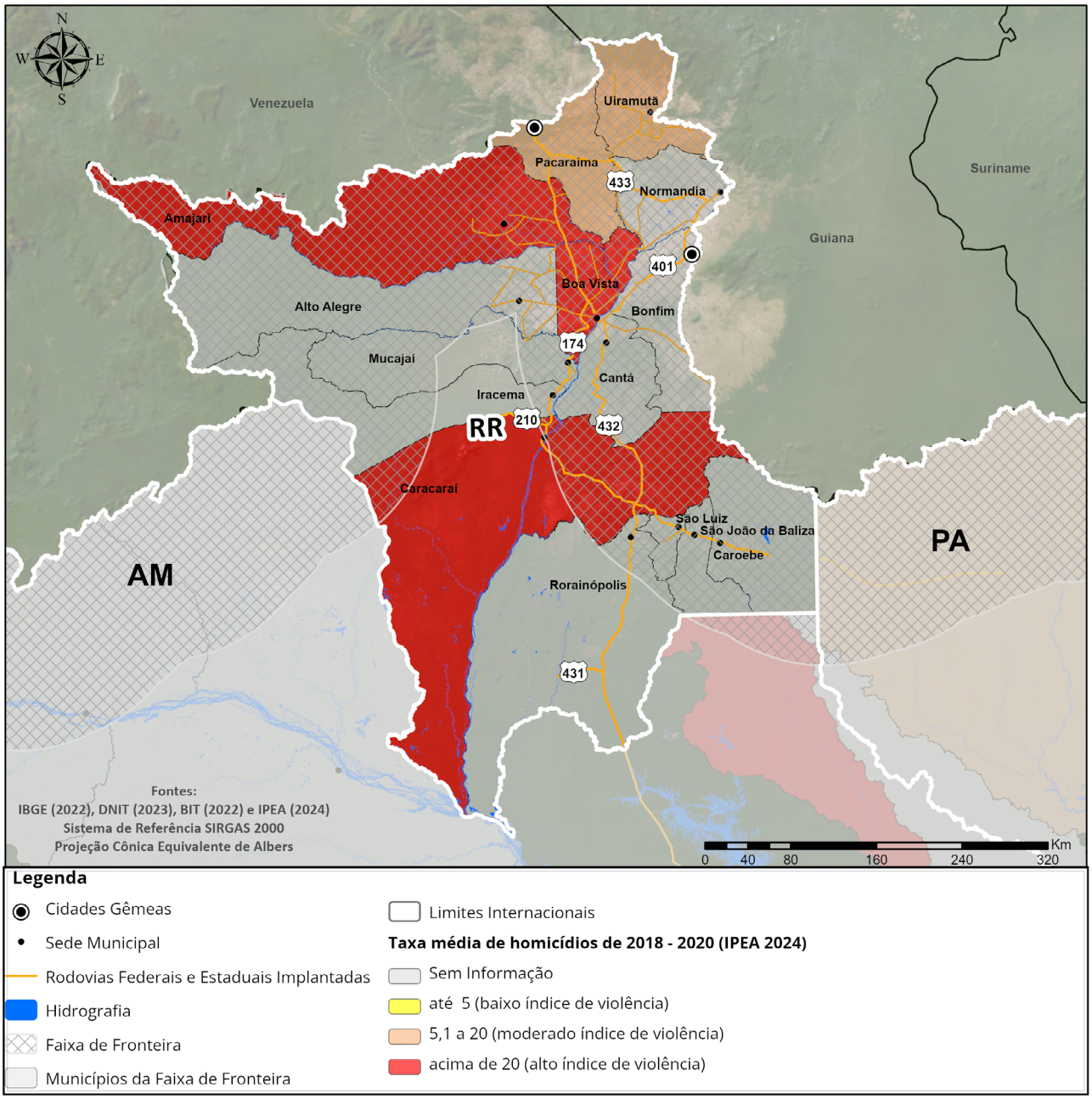
Em Roraima, municípios fronteiriços enfrentam um agravamento da violência devido à infiltração de grupos criminosos transnacionais e à exploração descontrolada de terras indígenas. A dinâmica da violência e da criminalidade no Estado apresenta características específicas influenciadas por fatores como desigualdade social, fluxos migratórios e localização geográfica estratégica.

Entre os principais tipos de violência registrados estão os homicídios, cuja taxa média foi de 41,8 por 100 mil habitantes em 2022 (Cerqueira; Bueno, 2024[42]), figurando na segunda posição no ranking dos estados analisados, juntamente com o Amapá. Além disso, conflitos agrários e ambientais têm papel relevante, marcados pela grilagem de terras, desmatamento, exploração ilegal de madeira e garimpo associado ao narcotráfico, resultando em tensões com comunidades indígenas (Santos, 2024, p. 180).

A violência contra populações indígenas é outro problema destacado, já que 11,02% da população de Roraima se autodeclara indígena, e essas comunidades enfrentam invasões territoriais e exploração ilegal de recursos naturais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 95).

42. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). Atlas da violência 2024 a. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf

Mapa 10 - Taxa média de homicídios nos municípios do Estado de Roraima



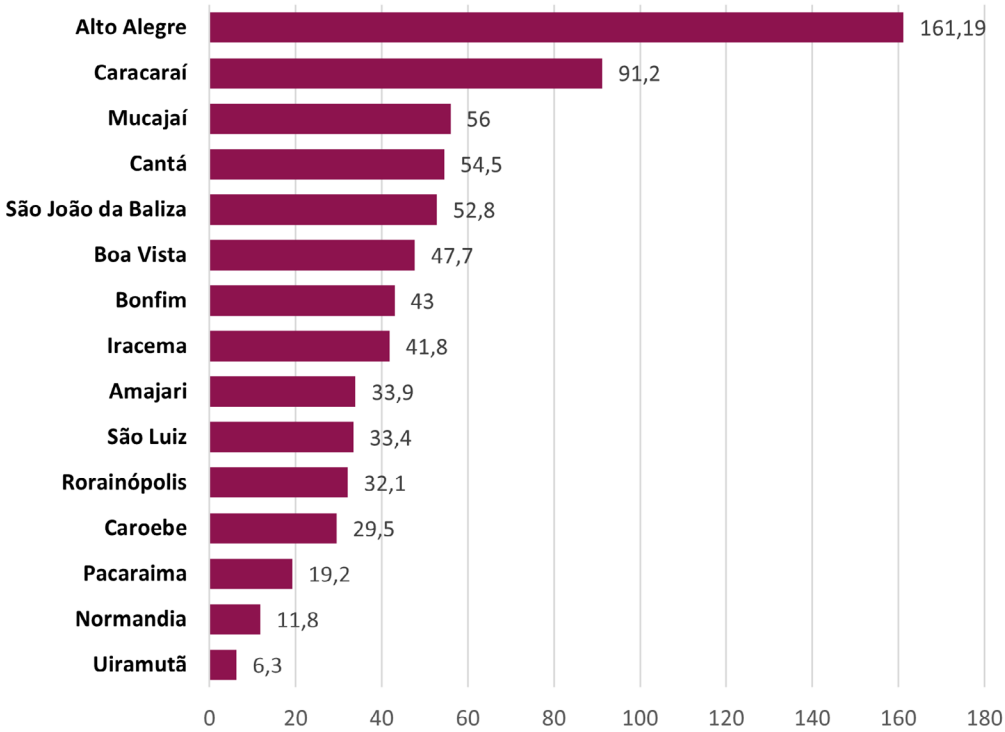
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os determinantes sociais da violência em Roraima incluem fatores como a desigualdade social, que apresenta o maior índice de Gini do país, e a pobreza, que atinge 46,16% da população, quase o dobro da média nacional (Santos, 2024, p. 137). Outro aspecto relevante é a crise migratória venezuelana, que desde 2015 resultou em um aumento populacional de 44,9% no estado até 2021, sobrecarregando os serviços públicos e gerando tensões sociais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 250).

Em Pacaraima, o aumento do fluxo de refugiados tem gerado tensões sociais e sobrecarregado as redes de assistência. Cerqueira e Bueno (2024, p. 80) observam que a militarização das fronteiras não tem sido eficaz para mitigar os impactos. Em Boa Vista, a concentração de migrantes em situação de vulnerabilidade agrava os problemas sociais (Santos, 2024, p. 147). Em áreas indígenas como Uiramutã e Normandia, a exploração ilegal de minérios gera conflitos com populações tradicionais e intensifica a degradação ambiental.

Boa Vista, que abriga 66,9% da população do Estado, concentra os maiores índices de violência urbana. Por outro lado, municípios na Faixa de Fronteira, como Pacaraima, enfrentam desafios decorrentes de sua localização estratégica, marcada por atividades ilícitas transnacionais, como o tráfico de drogas e pessoas (Santos, 2024, p. 201). Com 1.922 km de fronteiras com a Venezuela e a Guiana, Roraima apresenta elevada porosidade nessas áreas, o que facilita o tráfico, o contrabando e outras atividades ilegais, enquanto a ausência de controle estatal efetivo aumenta a vulnerabilidade das comunidades locais.

Gráfico 12 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Roraima

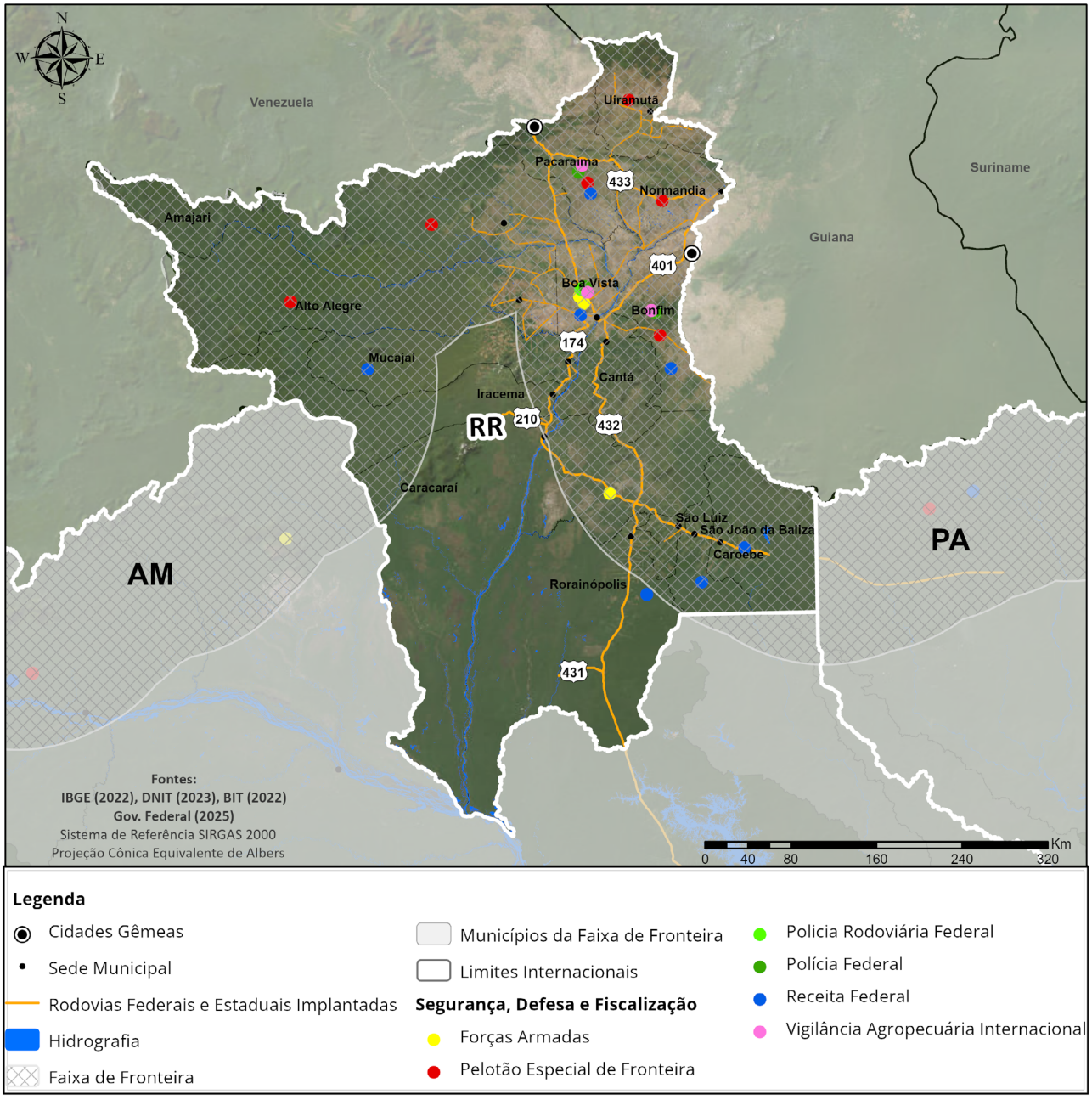


Fonte: Elaborado pelo Ibam com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

Na segurança pública na faixa de fronteira de Roraima atuam de forma integrada a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército Brasileiro, a Força Nacional, além das forças estaduais vinculadas à Secretaria de Segurança Pública de Roraima (Sesp-RR). A região enfrenta desafios relacionados ao tráfico de drogas, contrabando, garimpo ilegal, crimes ambientais e à gestão humanitária dos fluxos migratórios provenientes da Venezuela.

Destaca-se a atuação das instituições de segurança no município de Pacaraima, principal porta de entrada terrestre entre Brasil e Venezuela. A cidade concentra estruturas de controle migratório, fiscalização aduaneira e operações integradas de segurança, desempenhando papel central no monitoramento da fronteira norte do país. Além disso, a presença das Forças Armadas em áreas estratégicas do estado, incluindo regiões próximas à Terra Indígena Yanomami, reforça as ações de combate ao garimpo ilegal e aos crimes transnacionais, ampliando a capacidade de vigilância e proteção territorial em Roraima.

Mapa 11 - Instituições federais de segurança e fiscalização presentes na Faixa de Fronteira de Roraima



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Foto: Ederson Brito/MTUR

Oficinas de Planejamento Territorial

Pacaraima



Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Bonfim

Foto: Michel Sales/Secom-Roraima



Boa Vista

Foto: Michel Sales/Secom-Roraima



A fim de promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para elaboração das bases para os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, o MIDR, contando com a assessoria técnica do IBAM, realizou Oficinas de Planejamento Territorial nos seis estados que compõem o projeto Fronteiras da Amazônia.

Entre os meses de março e abril de 2025, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas aos estados que integram o trabalho e participou de diversas reuniões com atores locais (tanto dos órgãos públicos estaduais e municipais, como órgãos públicos federais com representação local, terceiro setor e movimentos sociais). A partir dessas conversas, foi possível aprofundar entendimentos sobre os contextos locais e criar espaços de colaboração para a etapa seguinte, de realização das oficinas. Também foi possível discutir alguns programas e projetos em andamento em cada estado, que compõe o mapeamento em elaboração.

Em Roraima, a missão técnica preliminar foi realizada no período 31 de março a 04 de abril de 2025. As visitas ocorreram nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Bonfim, com apoio da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI) do Governo do Estado de Roraima, ao qual está vinculado a coordenação de negócios internacionais.

As oficinas, realizadas no segundo momento, foram conduzidas com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização do conhecimento dos atores sociais e estruturadas a partir dos cinco eixos temáticos do trabalho. Os resultados alcançados foram utilizados para a construção de diretrizes e carteira de projetos, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Em Roraima, as oficinas de Planejamento Territorial foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Pacaraima

09 de setembro de 2025

Centro Educacional de Cultura e Desporto de Pacaraima-RR
Rua Júlia Moreira de Albuquerque, n 24 - Vila Velha

33 participantes

Bonfim

10 de setembro de 2025

Prefeitura de Bonfim
Rua João Lopes de Magalhães, 185, Centro

44 participantes

Boa Vista

12 de setembro de 2025

Instituto Euvaldo Lodi - IEL/RR
Av. Cap. Júlio Bezerra, nº 363 - Centro

70 participantes

Pacaraima



Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Os participantes realizaram propostas voltadas aos temas do ordenamento territorial, infraestrutura e desenvolvimento sustentável. No campo ambiental e fundiário, destacaram-se a criação de núcleos ambientais indígenas para monitoramento em terras indígenas, instalação de grupos de trabalho para mediação de conflitos e atualização de instrumentos de ordenamento em Pacaraima e Uiramutã.

Na infraestrutura, foram propostas melhorias na BR-174 e acessos em Uiramutã, criação de centro de atendimento a migrantes, implantação de hospital com maternidade e escolas interculturais de fronteira, além de soluções de videomonitoramento e instalação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras -GGIF.

No campo produtivo, enfatizou-se o mapeamento de potenciais econômicos, pagamento por serviços ambientais (PSA) e fortalecimento da bioeconomia, com destaque para Buriti, Açaí e Cupuaçu, além de qualificação técnica e incentivo ao turismo no Alto São Marcos.

Para povos indígenas e comunidades tradicionais, priorizou-se a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ampliação do acesso a crédito e atualização dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGSA) das Terras indígenas de São Marcos e Raposa Serra do Sol.

Por fim, reforçou-se a necessidade de fortalecer a governança com articulação entre governos e participação social, integração de dados e coordenação de recursos para garantir políticas públicas mais eficazes na região de fronteira.


Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Bonfim



Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Os participantes relataram que o fortalecimento do ordenamento territorial, com base técnica e jurídica, é fundamental para destravar políticas públicas, destacando o avanço do georreferenciamento urbano, soluções para resíduos sólidos e o apoio ao licenciamento, especialmente para pequenos produtores, com capacitação municipal para licenças de baixo porte.

Em relação à infraestrutura, enfatizaram a importância da conectividade física e digital para integrar cadeias produtivas, com propostas como a manutenção da Ponte Brasil–Guiana, asfaltamento do acesso ao Posto Integrado de Fiscalização, recuperação de vicinais e estudos de viabilidade para copnstrução de um centro de logística regional (Bonfim–Normandia) e para implementação de a ferrovia ligando Manaus–Roraima–Georgetown. Também destacaram a necessidade de interiorização do 5G, melhorias no saneamento em Normandia e Pacaraima, e manutenção das BR-433 e BR-401.

No campo das atividades produtivas, apontaram a necessidade de fortalecer capacidades locais, com oferta de cursos técnicos e superiores, capacitação de mulheres e jovens da agricultura familiar, ampliação da ATER e fortalecimento de associações e cooperativas voltadas à agroindústria (farinha e polpas), além de iniciativas como a Indicação Geográfica para cadeias da bioeconomia.


Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Quanto aos povos indígenas e comunidades tradicionais, enfatizaram a centralidade da saúde e da gestão territorial com enfoque de direitos, incluindo o fortalecimento da saúde indígena, a valorização de conhecimentos tradicionais e a capacitação de indígenas para acompanhamento de processos de licenciamento.

Por fim, destacaram a necessidade de ações integradas em educação, migrações e segurança, incluindo cooperação Brasil–Guiana, ampliação do ensino de idiomas, regularização migratória, fortalecimento da comunicação local e medidas de proteção às mulheres, além do reforço da atuação da Polícia Federal.

Boa Vista


Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Os participantes relataram que, em relação ao ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática, há necessidade de articular ações de comando e controle com adaptação climática, incluindo apoio ao Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, aprovação de planos de manejo (como da FLONA Parima) e atualização dos instrumentos municipais em consonância com o ZEE.

Em relação à infraestrutura para o desenvolvimento, destacaram a importância da conectividade logística e integração modal, com propostas como garantir o trânsito permanente na BR-174, ampliar e recuperar a BR-432, melhorar a malha aérea e a acessibilidade ao aeroporto, além de fortalecer capacidades locais.

Em relação ao fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social, apontaram a necessidade de ações estruturadas de inclusão produtiva, com base no diagnóstico das famílias agricultoras, ampliação da ATER, acesso a políticas públicas, apoio a assentamentos, incentivo à bioeconomia (incluindo iniciativas lideradas por mulheres), adequação regulatória (SIF/Anvisa/Inmetro), apoio a artesãos, realização de feiras, consultas públicas sobre cadeias produtivas e mapeamento hídrico.

Em relação aos povos indígenas e comunidades tradicionais, destacaram a importância da segurança jurídica, salvaguarda cultural e inclusão produtiva, com propostas como revisão normativa para efetivação de reservas, fortalecimento de cadeias sustentáveis (farinha e pescado), mapeamento cultural, protocolos territoriais indígenas, apoio às organizações da sociedade civil, incentivo ao etnoturismo, artesanato indígena e interiorização de Institutos Federais com valorização de saberes tradicionais.

Por fim, destacaram a necessidade de organizar o acolhimento e a gestão migratória, com protocolos de fronteira, capacitação de atores, reforço da fiscalização, ampliação de efetivos e integração de sistemas e dados.


Foto: Michel Sales/Secom-Roraima

Eixo temático 1
Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

• **Expansão do desmatamento associado à grilagem de terras, exploração de madeira e do garimpo ilegais:** conflitos e invasões territoriais, em áreas protegidas, em especial Terras Indígenas, agravando os riscos à segurança dos povos originários, aos modos de vida e à integridade dos territórios.

• **Ausência de instrumentos de planejamento e de regularização urbana** em especial nas cidades-gêmeas, Pacaraima e Bonfim.

• **Intensificação dos eventos climáticos:** Os municípios de Roraima apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e secas. Municípios como Iracema, Normandia e Pacaraima se destacam por apresentarem risco alto para seca.

• **Emissões de gases de efeito estufa:** O setor "mudança de uso da terra e florestas" é o principal responsável pelas emissões GEE. Somente o Município de Boa Vista apresenta a maior emissão de GEE no setor “energia”, em comparação aos demais setores (2022-2023).

Principais potencialidades

• **Terras Indígenas e Unidades de Conservação somam quase 60% da faixa de fronteira de Roraima:** o que constitui base para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental que pode promover a conservação ambiental e segurança alimentar.

• **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de Roraima:** instrumento atualizado e detalhado que apoia o planejamento territorial e ambiental do estado.

Eixo temático 2
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Principais desafios

• **Infraestrutura logística e produtiva deficitária:** incluindo transporte rodoviário de cargas e de passageiros e saneamento básico, o que limita o desenvolvimento econômico e social do estado.

• **Precariedade da BR-174:** Apesar de sua função estratégica para a integração de Roraima, alguns trechos ainda não são pavimentados, o que compromete sua plena utilização.

• **Roraima é o único estado fora do Sistema Interligado Nacional (SIN):** grande parte da infraestrutura elétrica é alimentada por usinas termelétricas operadas a óleo diesel, o que resulta em altos custos operacionais e elevados impactos ambientais.

Principais potencialidades

• **Localização geográfica de Roraima na fronteira norte** oferece potencial para o desenvolvimento de uma infraestrutura logística internacionalmente conectada e orientada por critérios de sustentabilidade.

• **Projetos de integração regional, como a inclusão de Roraima na Rota 1 do Programa Rotas de Integração Sul-Americana:** tais projetos podem abrir oportunidades logísticas e de cooperação internacional, com reflexos sobre o planejamento territorial da região.

• **Aprovação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) no projeto de interesse da empresa Transnorte Energia S.A. (TNE),** que visa interligar a energia de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com previsão de realização das obras até 2026.

• **Presença de instituições de ensino superior federais, como Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Instituto Federal de Roraima (IFRR),** que promovem ensino, pesquisa e extensão voltados às especificidades da região. Destaque para campus Murupu, em Boa Vista, que tem foco no ensino agrotécnico.

Eixo temático 3
Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Principais desafios

• **Dificuldades de escoamento da produção agrícola,** decorrentes de limitações logísticas, infraestrutura precária e baixa integração dos modais de transporte.

• **Falta de políticas públicas estruturadas para escoamento, comercialização e agregação de valor** limita a geração de renda e fragiliza as cadeias produtivas sustentáveis.

• **Economia marcada pela informalidade,** reflexo da baixa articulação entre políticas de fomento produtivo e inclusão social.

• **Acesso restrito a crédito, assistência técnica e capacitação:** comprometendo o fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis, especialmente para pequenos produtores, povos indígenas, comunidades tradicionais e extrativistas.

• **Vulnerabilidade das economias indígenas, tradicionais e de base comunitária,** que enfrentam dificuldades para acessar mercados, fortalecer cadeias produtivas e gerar renda de forma sustentável.

Principais potencialidades

• **Dinamismo econômico nas cidades-gêmeas de fronteira,** impulsionado por um comércio ativo e pela ampliação do empreendedorismo local, o que pode ser fortalecido com políticas públicas integradas e incentivos à economia sustentável.

• **Presença de assentamentos rurais em municípios estratégicos,** com potencial para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, promover inclusão produtiva, gerar segurança alimentar e diversificar a economia local.

Eixo temático 4
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Principais desafios

• Conciliação entre o desenvolvimento da faixa de fronteira com a preservação e valorização das TIs, de forma a fortalecer o ordenamento socioambiental, promover inclusão e reduzir conflitos territoriais e culturais.

• Pressões externas sobre os territórios indígenas, como garimpo, tráfico e exploração ilegal de recursos naturais, agravando os riscos à segurança dos povos originários, aos modos de vida e à integridade dos territórios.

• Políticas públicas fragmentadas, descontínuas e pouco adaptadas às realidades locais, que dificultam a efetividade das ações e o fortalecimento dos territórios tradicionais.

• Dificuldades no acesso à saúde, educação, infraestrutura básica e documentação civil, o que compromete os direitos e o bem-estar dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Principais potencialidades

• Terra indígena Yanomami: a maior TI do Brasil, que se estende por parte do território de Roraima e Amazonas, desempenha papel crucial na preservação da biodiversidade e na proteção das populações indígenas.

• Presença de organizações indígenas com forte capacidade de articulação, governança comunitária e representação social, o que fortalece processos de defesa territorial, de gestão dos bens comuns e de participação em políticas públicas.

• Sociobioeconomia: conhecimentos tradicionais sobre manejo sustentável da biodiversidade, práticas agrícolas adaptadas ao bioma, uso de recursos florestais e proteção dos ecossistemas, oferecem base para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.

Eixo temático 5
Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

• **Principal ponto de migração:** entrada ainda expressiva de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas idosas sem familiares, crianças ou adolescentes desacompanhados e mães solo com filhos menores.

• **Ausência de políticas públicas binacionais integradas, tanto no campo da gestão migratória quanto na articulação para segurança, desenvolvimento social e econômico,** dificultando o enfrentamento dos desafios comuns na faixa de fronteira.

• **Déficit de controle migratório eficiente,** o que aumenta a circulação irregular de pessoas e dificulta a gestão ordenada dos fluxos migratórios.

• **Crescimento dos problemas de segurança:** tanto em áreas urbanas quanto em territórios indígenas, associados às vulnerabilidades sociais e à atuação de redes criminosas transfronteiriças.

Principais potencialidades

• **Operação Acolhida:** política pública estruturada nas ações de ordenamento da fronteira com a Venezuela, acolhimento e interiorização de imigrantes e conta com o apoio de organismos internacionais atuando na resposta migratória.

• **Histórico de relações comerciais, culturais e sociais com Venezuela e Guiana,** o que pode possibilitar novos acordos no âmbito da integração regional.



Foto: Governo do Estado de Roraima

Diretrizes e Carteira de Projetos

As oficinas de planejamento realizadas no estado — que reuniram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo — possibilitaram a identificação e a sistematização de demandas e oportunidades dos territórios de fronteira. Assim, as propostas aqui apresentadas resultam desse processo de escuta qualificada e diálogo entre diferentes atores, traduzindo prioridades locais em propostas estruturadas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Posteriormente, com o objetivo de ampliar a participação social e qualificar o conteúdo final, as propostas foram publicadas no portal do MIDR, de modo a permitir que os interessados enviassem sugestões e comentários, avaliassem seu grau de importância e também apresentassem novas iniciativas.

Cabe destacar que nem todas as contribuições se configuram como projetos passíveis de implementação direta. Parte delas corresponde a diretrizes estruturantes, que orientam a atuação do poder público e indicam caminhos estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Dessa forma, este capítulo apresenta dois conjuntos complementares de resultados: 1) um conjunto de diretrizes, que sintetizam orientações de caráter mais amplo e transversal. 2) a carteira de projetos, organizada conforme os cinco eixos temáticos do trabalho. Os projetos são apresentados em quadros padronizados, contendo os seguintes elementos:

Coluna	Descrição
Projeto (o que fazer?)	Síntese da proposta a ser implementada.
Justificativa (por que fazer?)	Problema, demanda ou oportunidade que fundamenta a proposta.
Território (onde fazer?)	Área de abrangência da iniciativa, podendo incluir municípios ou regiões de fronteira específicas.
Atores envolvidos (quem deve estar envolvido na estruturação do projeto?)	Instituições públicas, privadas e/ou organizações da sociedade civil com potencial de participação na implementação.
Meios de implementação (como?)	Estratégias ou condições necessárias para viabilizar a proposta tais como articulações institucionais e programas.

Diretrizes e Carteiras de Projetos

São diretrizes para a desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira de Roraima:

I. Apoiar a elaboração, revisão e implementação de instrumentos de ordenamento territorial e urbano, com especial atenção a municípios que abrangem Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), em consonância com o ZEE.

II. Implementar soluções adequadas para a destinação e o tratamento de resíduos sólidos em áreas urbanas e comunidades indígenas.

III. Apoiar tecnicamente os municípios para a realização de licenciamento ambiental de atividades de baixo porte e baixo impacto.

IV. Aperfeiçoar a infraestrutura logística e urbana como vetor de integração fronteiriça, com foco em rodovias estratégicas e equipamentos públicos essenciais.

V. Garantir o trânsito livre, seguro e permanente na BR-174.

VI. Ampliar e modernizar a infraestrutura da malha aérea, fortalecendo a conectividade, a oferta de voos e a acessibilidade ao aeroporto.

VII. Garantir conectividade digital entre Brasil e Guiana.

VIII. Ofertar saneamento básico e soluções de tratamento de resíduos sólidos em regiões prioritárias, como Normandia e Pacaraima.

IX. Fomentar atividades produtivas sustentáveis baseadas na bioeconomia, no turismo e na inclusão socioprodutiva.

X. Ampliar a qualificação técnica e tecnológica orientada aos potenciais econômicos da região.

XI. Capacitar mulheres e jovens da agricultura familiar, promovendo inclusão produtiva e geração de renda.

XII. Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua, com equipes multidisciplinares adaptadas às realidades territoriais.

XIII. Estruturar e fortalecer cadeias produtivas da bioeconomia.

XIV. Adequar marcos legais e normativos para viabilizar a comercialização de produtos da bioeconomia.

XV. Instituir feiras estaduais e regionais permanentes para produtos da agricultura familiar, da bioeconomia e do artesanato.

XVI. Mapear a disponibilidade hídrica como subsídio ao enfrentamento das mudanças climáticas e ao planejamento produtivo.

XVII. Garantir o respeito aos protocolos de consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas, especialmente das Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol.

XVIII. Promover o fortalecimento institucional, organizacional e produtivo das comunidades indígenas.

XIX. Fortalecer programas de saúde indígena em aldeias e em contextos urbanos, integrando saberes tradicionais à formação dos profissionais de saúde.

XX. Fomentar políticas públicas voltadas às atividades produtivas indígenas, respeitando modos de vida e conhecimentos tradicionais.
XXI. Fomentar o etnoturismo, o turismo de base comunitária e o artesanato indígena.
XXII. Criar cadastro institucional de produtores indígenas para participação em eventos e divulgação de produtos.
XXIII. Promover a integração regional, a proteção de migrantes e o fortalecimento das ações de segurança na fronteira.
XXIV. Fortalecer o intercâmbio educativo entre Brasil e Guiana.
XXV. Ampliar capacidades linguísticas (inglês, espanhol e idiomas indígenas) para atores públicos e comunidades locais.
XXVI. Criar mecanismos binacionais para circulação e acesso a serviços de saúde.
XXVII. Organizar e integrar informações sobre acolhimento e oportunidades de trabalho, articulando serviços públicos.
XXVIII. Instituir protocolos para unificação e funcionamento contínuo (24h/7 dias) dos serviços de trânsito em cidades-gêmeas.
XXIX. Realizar capacitação especializada para agentes públicos e atores estratégicos da fronteira.

Foto: Ederson Brito/MTUR

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração/atualização de instrumentos municipais de ordenamento territorial (planos diretores, zoneamento, gestão ambiental) e gestão de resíduos sólidos	A ausência ou fragilidade dos instrumentos de ordenamento territorial, sobretudo nas cidades-gêmeas de Pacaraima e Bonfim, representa entrave estrutural à regularização fundiária, à prestação de serviços públicos e à proteção ambiental. A elaboração dos instrumentos municipais de ordenamento territorial, de forma articulada com o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima, é importante para orientar a coordenação de ações das diferentes esferas de governo nos territórios.	Toda a Faixa de Fronteira, em especial os municípios de Pacaraima e Bonfim	MCid, MMA, MIDR, SEADI/RR, Prefeituras Municipais, Associação dos Municípios de Roraima, Organizações da sociedade civil	Produção de diagnóstico dos territórios, com georreferenciamento e planejamento participativo para elaboração de Plano Diretores e legislação urbanística complementar, conforme Estatuto da Cidade; Avaliação de instituição de consórcios intermunicipais para gestão de resíduos.
Implementação de programa de capacitação e apoio ao pequeno produtor para licenciamento ambiental urbano e rural para atividades de baixo impacto	A complexidade do licenciamento e a baixa capacidade técnica local restringem a regularização produtiva dos agricultores, aprofundando a informalidade econômica e limitando o acesso a crédito e políticas públicas.	Toda a Faixa de Fronteira, com foco em áreas rurais, assentamentos e comunidades indígenas	Mcid, MMA, MIDR, Prefeituras; SEADI/RR, IATER-RR; Secretarias municipais de Meio Ambiente; Conselhos ambientais; Associações e Cooperativas; Universidades	Mapeamento de produtores e atividades elegíveis; Articulação com Secretarias de Meio Ambiente; Realização de atividades de capacitação e atendimentos itinerantes.
Estruturação de procedimentos padronizados de licenciamento ambiental urbano e rural para atividades de baixo impacto	A ausência de critérios padronizados gera insegurança jurídica, morosidade administrativa e desigualdade entre municípios, dificultando o desenvolvimento econômico sustentável.	Municípios da Faixa de Fronteira	MMA, MIDR, SEADI/RR, Secretarias municipais de Meio Ambiente; Ministério Público; Conselhos ambientais	Definição das exigências documentais, critérios e soluções técnicas conforme porte, escala e risco ambiental.
Elaboração dos Planos de Manejo da Floresta Nacional do Parima e das Unidades de Conservação estaduais	A inexistência ou desatualização dos planos de manejo limita a gestão territorial, a fiscalização e o uso sustentável dos recursos naturais, ampliando conflitos socioambientais.	Floresta Nacional do Parima e Unidades de Conservação estaduais	MMA, ICMBio, FUNAI, Órgãos e conselhos ambientais; Organizações de comunidades tradicionais e indígenas	Produção de diagnóstico dos territórios com identificação de cadeias de valor.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de estudos e implantação de soluções alternativas ou complementares às cacimbas no combate às queimadas	A intensificação de secas, em especial em verões de El Niño, evidencia a insuficiência das cacimbas dentre as medidas preventivas necessárias ao combate de incêndios florestais. Faz-se necessário adoção de soluções como poços semiartesianos ou outras que se mostrem adequadas.	Pacaraima e Normandia, prioritariamente	MMA, IBAMA, ICMBio, PrevFogo; Defesa Civil; CBMRR, Órgãos e conselhos ambientais; Universidades	Ampliação do uso de tecnologias para detecção de focos de calor e risco de incêndios (satélite e bases locais); Instituição de parcerias com universidades e centros de pesquisa no tema.
Elaboração de Plano de Manejo Integrado do Fogo (MIF) na faixa de fronteira de Roraima, promovendo a prevenção de incêndios florestais, o uso controlado do fogo e a proteção dos ecossistemas com políticas interfronteiras	A faixa de fronteira de Roraima apresenta elevada vulnerabilidade a incêndios florestais e queimadas descontroladas, especialmente em áreas de lavrado e mosaicos de floresta e savana. O uso do fogo ainda é uma prática tradicional na agricultura e pecuária, porém a ausência de planejamento e assistência técnica pode resultar em incêndios de grande escala, perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa e impactos socioeconômicos para comunidades locais. A implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF) permitirá conciliar o uso tradicional do fogo com estratégias de prevenção, monitoramento e controle, fortalecendo a governança territorial na faixa de fronteira, principalmente em comunidades tradicionais.	Toda a Faixa de Fronteira	MMA, Ibama, ICMBio, Secretarias de Meio ambiente Estadual e municípios, PrevFogo, Defesa Civil	Mapeamento áreas críticas, identificação de práticas tradicionais, treinamento, inclusão do tema na prestação de serviço da ATER.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Promoção do ordenamento territorial e a regularização fundiária sustentável na faixa de fronteira de Roraima, garantindo segurança jurídica, acesso a políticas públicas e fortalecimento da governança territorial	A faixa de fronteira de Roraima apresenta elevada complexidade fundiária, caracterizada por sobreposição de terras públicas federais, áreas de assentamento, territórios indígenas, unidades de conservação e ocupações rurais ainda não documentadas	Toda a Faixa de Fronteira	MDA, INCRA, SPU, FUNAI, IATER/RR, Prefeituras	Atualização do levantamento das bases fundiárias existentes; Integração e padronização de dados entre sistemas federais e estaduais; Utilização de georreferenciamento e tecnologias de mapeamento.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Restauração da BR-174, em especial no trecho entre Boa Vista e Pacaraima, e recuperação dos ramais das comunidades indígenas que dão acesso a BR 174	A BR-174 é eixo estratégico para integração regional, escoamento da produção, mobilidade populacional e acesso a serviços públicos, porém apresenta diversos trechos em situação precária. A requalificação visa assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança viária e eficiência logística na faixa de fronteira de Roraima.	Trecho entre Boa Vista e Pacaraima	DNIT; Ministério dos Transportes; MIDR; MMA, MPI, SEINF/RR; Prefeituras	Elaboração/atualização de projetos executivos; Licenciamento ambiental junto ao IBAMA; Realização de consulta livre, prévia e informada com comunidades indígenas em articulação com a FUNAI.
Melhoria de acessos ao município de Uiramutã, em especial qualificação da BR-433	Apesar da existência da BR-433, Uiramutã caracteriza-se ainda por certo isolamento logístico que compromete o acesso a políticas públicas, a serviços essenciais, bem como representa restrições a estratégias de desenvolvimento local. No entanto, a solução de qualificação da rodovia deve considerar as especificidades do território, a proteção de Terras Indígenas e de ativos ambientais.	Município de Uiramutã	MPI, MMA, DNIT; MT; FUNAI, Comunidades indígenas; SEINF/RR; Prefeitura de Uiramutã	Elaboração/atualização de projetos executivos; Licenciamento ambiental junto ao IBAMA; Realização de consulta livre, prévia e informada com comunidades indígenas em articulação com a FUNAI.
Adequação do trecho de conversão de pistas junto à Ponte Brasil–Guiana	A ponte Brasil-Guiana é infraestrutura essencial para integração logística e institucional transfronteiriça, mas o trecho de conversão de pistas, em razão da diferença de sistemas de circulação de tráfego de cada país, é muito estreito e precisar ser ampliado para dar viabilidade ao tráfego de veículos maiores.	Fronteira Brasil–Guiana (Bonfim)	DNIT; Ministério de Transportes; SEINF/RR; Prefeitura de Bonfim	Articulação institucional com órgãos brasileiros e da Guiana; Elaboração de projetos de engenharia e sinalização.
Interiorização da internet 5G	A conectividade é condição transversal para educação, saúde, segurança, inclusão produtiva e gestão de fronteiras.	Municípios e comunidades da Faixa de Fronteira	MCom, Anatel, Operadoras, SEINF/RR	Articulação com Anatel e operadoras de telecomunicações; Parcerias com estado, municípios e setor privado.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Recuperação de rodovias estaduais e estradas vicinais existentes	A falta de manutenção de estradas e rodovias dificulta o acesso das comunidades a serviços básicos, eleva os custos de transporte de pessoas e mercadorias, comprometendo a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico do território.	Diversas, tais como: 168/Vilena, PA's, Tucano, Mandá, Pa Caju) / BR-433 e BR-401/BR 432	MPI, MMA, DNIT, MT, SEINF/RR, Prefeituras	Mapeamento e priorização de trechos críticos; Elaboração de projetos e planos de recuperação; Estudos de viabilidade técnica e ambiental.
Elaboração de estudos para possível implantação de Ferrovia conectando Manaus–Roraima–Georgetown	Avaliar a viabilidade de conexão ferroviária como alternativa para a integração com o Caribe, interligando com a ferrovia em estudo pelo governo da Guiana para interligação entre Lethem e Georgetown.	Âmbito interestadual e internacional	MPO, MIDR, MRE, MMA, MPI, MT, DNIT, MAPA	Elaboração de diagnóstico logístico e estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental; articulação institucional entre Brasil e Guiana.
Ampliação da oferta de voos e conexões do Aeroporto de Boa Vista	O aeroporto passou por melhorias recentes, porém deve ser entendido como infraestrutura logística e estratégica para atendimento ao estado de Roraima na conectividade da região com o restante do país, especialmente diante das grandes distâncias a serem percorridas e da dependência do transporte aéreo para serviços essenciais.	Boa Vista	MPor, ANAC, INFRAERO ou concessionária aeroportuária, Governo do Estado de Roraima, Prefeitura de Boa Vista, Companhias aéreas	Articulação com companhias aéreas e operadores aeroportuários; Negociação de novas rotas e frequências.
Fortalecimento de meios de comunicação locais/comunitários	O fomento à comunicação local é instrumento estratégico para informação pública, prevenção de riscos e fortalecimento comunitário.	Municípios da Faixa de Fronteira, em especial comunidades indígenas e rurais	MCom, Prefeituras, Associações Comunitárias, rádios e TVs locais, Organizações Sociais	Ampliação do acesso à internet e conectividade; Formação em mídias sociais e comunicação digital; articulação com escolas, associações e lideranças comunitárias.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Aparelhamento de hospital de média complexidade em Bonfim, com salas de parto	A precariedade da infraestrutura de saúde e a concentração dos equipamentos de saúde de maior complexidade na capital Boa Vista são entraves à garantia de direitos, especialmente para populações indígenas e migrantes. As reformas que estão em andamento para o funcionamento do hospital são importantes, porém deve ser viabilizado também o adequado aparelhamento da unidade de saúde.	Município de Bonfim, com cobertura assistencial para populações indígenas, rurais e migrantes da fronteira Brasil–Guiana	MS, Governo do Estado, Prefeitura de Bonfim, SUS, organismos internacionais de apoio humanitário	Articulação com Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde de Roraima; Captação de recursos e estruturação de financiamento.
Implantação da Hidrovia do Rio Branco, com a construção de infraestrutura portuária, eclusas e sistemas de controle e fiscalização, visando ampliar a navegabilidade, a eficiência logística e a integração territorial em Roraima	A ação possibilita o barateamento dos produtos pelo uso do modal hidroviário no atendimento a matérias primas/produtos de grande volume e escoamento de produtos com característica semelhantes oriundos das faixas de fronteira.	Toda faixa de fronteira de Roraima	MT, MMA, MIDR	Construção de estrutura portuária em Boa Vista/Caracaraí; Eclusas para contorno de corredeiras na época da seca. Construção de Estruturas de Controle e Fiscalização.
Implantação de terminal de cargas no porto de Caracaraí, visando fortalecer a infraestrutura logística, ampliar a capacidade de movimentação de mercadorias e promover o desenvolvimento regional na faixa de fronteira de Roraima.	Reduzir a dependência do modal rodoviário na logística entre Roraima e o restante da região, bem como reduzir custos no transporte e mitigar a pegada e carbono através do modal aquaviário que propicia maiores volumes de cargas a custos menores. O modal se adapta as características dos produtos da agricultura roraimense e propiciariam a retirada de milhares de caminhões da BR-174, diminuindo o custo com manutenção e reduzindo a emissão de poluentes.	Caracaraí	MT, MPor, DNIT, MDIR, ANTAQ, Marinha do Brasil, Governo do estado e Prefeitura de Caracaraí	Realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental; levantamento hidroviário e análise das condições de navegabilidade; articulação com Ministério de Portos e Aeroportos, órgãos ambientais e autoridades hidroviárias.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de mapeamento produtivo da Faixa de Fronteira, abrangendo áreas urbanas e Terras Indígenas	A ausência de diagnóstico produtivo integrado limita a formulação de políticas públicas eficazes.	Áreas urbanas, Assentamentos rurais e Terras Indígenas	MIDR, MMA, MPI, Governo do Estado de Roraima, Prefeituras; Universidades	Mapeamento produtivo; Apoio na Organização produtiva e fortalecimento institucional; Implantação de unidades de processamento e beneficiamento; Realização de parcerias entre associações e cooperativas e organizações públicas e privadas especializadas no tema.
Desenvolvimento integral das cadeias produtivas da bioeconomia, como buriti, açaí e cupuaçu	A bioeconomia é solução sustentável ao modelo extrativista predatório, com potencial de geração de renda para as comunidades locais.	Municípios da Faixa de Fronteira	MIDR, SEADI/RR, MMA, MPI, ICMBio, EMBRAPA, Associações e cooperativas	Identificação de áreas produtoras, organizações comunitárias e potencialidades territoriais; fortalecimento de associações, cooperativas e empreendimentos locais; assistência técnica e extensão rural/extrativista; capacitação em manejo sustentável, beneficiamento, gestão e comercialização.
Ampliação de cursos técnicos/ tecnológicos e de nível superior na região.	Necessidade de fortalecer a formação de mão de obra local e reduzir as desigualdades no acesso à educação profissional e superior, especialmente em territórios mais distantes da capital Boa Vista	Municípios da Faixa de Fronteira	MEC, Institutos Federais, Governo do Estado, Prefeituras, Comunidades indígenas	Articulação com Ministério da Educação, universidades, institutos federais e redes estaduais de ensino; planejamento da expansão e interiorização de cursos e polos educacionais; adequação e ampliação da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial.
Estruturação de estratégias de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) às comunidades tradicionais	Estimular e compensar os atores locais na proteção ambiental, com desenvolvimento das cadeias produtivas que contribuam para a preservação do bioma.	Terras Indígenas, unidades de conservação e áreas de uso tradicional em toda a Faixa de Fronteira de Roraima	FUNAI, MIDR, MMA, órgãos ambientais estaduais, fundos climáticos, comunidades indígenas e tradicionais, organizações internacionais	Mapeamento de áreas estratégicas para conservação, manejo sustentável e recuperação ambiental; levantamento de iniciativas existentes e marcos legais aplicáveis ao Pagamento por Serviços Ambientais; articulação com órgãos ambientais, organizações comunitárias e instituições de pesquisa.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento do turismo indígena em contexto urbano em Roraima, promovendo a valorização das tradições, culturas e crenças, e contribuindo para a inclusão produtiva e a superação de situações de vulnerabilidade social das famílias indígenas	O aumento da população indígena em áreas urbanas de Roraima, marcado por deslocamentos territoriais e vulnerabilidades sociais, tem exigido respostas públicas mais adequadas e culturalmente sensíveis. Nesse contexto, o turismo de base comunitária indígena surge como alternativa para geração de renda, valorização cultural e fortalecimento identitário. No entanto, as iniciativas ainda enfrentam limitações estruturais e institucionais. O projeto propõe fortalecer esse modelo de turismo como estratégia integrada de desenvolvimento socioeconômico, alinhada à PNDR e às políticas de promoção dos direitos indígenas e inclusão produtiva.	Toda a faixa de fronteira	MIDR, MTur, Governo do Estado, Prefeituras, SEBRAE, ICMBio, FUNAI, Comunidades indígenas, associações comunitárias	Mapeamento Territorial, Diagnóstico Participativo e Mobilização Comunitária; Articulação Institucional, Captação de Recursos e Redes de Apoio; Capacitação Técnica, Qualificação Profissional e Formatação de Produtos.
Formação e capacitação de técnicos para ATER em comunidades indígenas e tradicionais	Garantir o acesso a programas de crédito inicial e de fomento produtivo voltado aos beneficiários de políticas de reforma agrária.	Municípios da Faixa de Fronteira	MIDR, INCRA, MDA, SNPCT, ANATER, MPI, FUNAI, Embrapa, IATER/RR, Governo do Estado de Roraima, Prefeituras	Implementação de ATER Pública Especializada; Realização de parcerias entre associações e cooperativas e organizações públicas e privadas especializadas no tema; Adoção de Metodologias Participativas e Tecnologias Sociais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de agroindústrias de farinha e polpa de frutas, promovendo a inclusão produtiva de organizações indígenas em contextos urbano e rural e fortalecendo cadeias produtivas locais com geração de renda e agregação de valor	A implantação de agroindústrias de pequeno porte, como as casas de farinha motorizadas, à exemplo de outras, pode incrementar a produtividade, a qualidade dos produtos e facilitar sua comercialização, propiciando maior geração de renda para os produtores das comunidades indígenas e tradicionais da região.	Terras Indígenas e comunidades tradicionais	IATER, MDA, SEADI/RR, SEPI/RR, MIDR, Associações e cooperativas	Mapeamento de produtores, associações, cooperativas e territórios prioritários; elaboração de projetos técnicos para implantação das agroindústrias; articulação com instituições de ATER, órgãos de fomento e prefeituras; aquisição de máquinas, equipamentos e infraestrutura de armazenamento e beneficiamento.
Instituição de feiras estaduais e regionais permanentes para produtos da agricultura familiar, da bioeconomia e do artesanato.	A instituição de feiras é estratégica para fortalecer as economias locais, ampliar oportunidades de geração de renda e promover a valorização da sociobiodiversidade e dos saberes tradicionais. Contribui para dinamizar circuitos econômicos regionais, estimular o empreendedorismo local e fortalecer cadeias produtivas sustentáveis vinculadas à agricultura familiar, ao extrativismo e à economia criativa.	Municípios da Faixa de Fronteira, com polos prioritários em Boa Vista, Bonfim, Pacaraima e Normandia.	Prefeituras, Governo do Estado, MDA, SEBRAE, cooperativas, associações indígenas e de agricultores familiares, Sistema S, MIDR	Mapeamento de produtores, artesãos, associações, cooperativas e empreendimentos locais; definição de calendário permanente; articulação com governos estaduais, prefeituras, organizações comunitárias e setor produtivo

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Instalação de fábrica para gerenciamento de produtos da bioeconomia produzidos por mulheres	Necessidade de fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, agregar valor à produção local e ampliar a autonomia econômica feminina. Há iniciativas em curso com o recorte de gênero em que mulheres desempenham papel central na produção, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, mas enfrentam limitações estruturais relacionadas ao acesso a infraestrutura, tecnologia, certificações e mercados.	Municípios da Faixa de Fronteira com maior presença de iniciativas produtivas femininas, especialmente Boa Vista, Bonfim e comunidades indígenas e rurais do entorno	Coletivos de mulheres, Cooperativas, Governo do Estado, MDA, MDIC, SEBRAE, EMBRAPA, Organizações da Sociedade Civil, MIDR	Mapeamento de grupos produtivos, associações, cooperativas e empreendimentos femininos; identificação de produtos prioritários e demandas de beneficiamento e comercialização; Articulação com instituições de fomento, organizações de mulheres e órgãos de desenvolvimento regional.
Estruturação e fortalecimento de associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis em Roraima, promovendo inclusão produtiva, melhoria das condições de trabalho e ampliação da geração de renda	Catadores são essenciais à gestão de resíduos, mas enfrentam precariedade, baixa organização e pouca qualificação. Em Roraima, a falta de investimentos limita renda e eficiência da coleta seletiva. Estruturação, capacitação e bolsas são estratégicos para inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.	Boa Vista, Caracaraí, São João da Baliza, Rorainópolis, Caroebe, São Luiz do Anauá, Amajari	MMA, MIDR, MTE, Associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis do estado de Roraima – Catatudo, Cooperativas locais de catadores e catadoras	Diagnóstico da cadeia da reciclagem e mapeamento dos catadores(as), associações e cooperativas existentes em Roraima; identificação das demandas de infraestrutura, organização produtiva e regularização; apoio à criação, regularização jurídica e fortalecimento institucional das associações e cooperativas.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento do monitoramento territorial, ambiental e climático na faixa de fronteira em articulação com comunidades indígenas	O avanço do desmatamento, grilagem, garimpo ilegal e outras pressões sobre territórios protegidos, associado à grande extensão territorial dessas áreas e, por conseguinte, às dificuldades de manter presença estatal contínua apontam para a necessidade de envolver as comunidades indígenas nas estratégias de monitoramento das áreas protegidas para, de forma coordenada, fortalecer a governança socioambiental.	Terras indígenas da faixa de fronteira de Roraima	Comunidades indígenas, FUNAI, Ministério Público e órgãos ambientais, MPI, MPF, organizações indígenas	Mapeamento das áreas prioritárias, ameaças socioambientais e capacidades locais existentes; articulação com organizações indígenas, órgãos ambientais e instituições de pesquisa; Formação de agentes comunitários, Estruturação de sistemas de vigilância preventiva.
Elaboração, atualização e/ou implementação dos PGTAs com participação das comunidades, nos territórios indígenas de Roraima, fortalecendo a governança territorial e o desenvolvimento sustentável	Justifica-se pela necessidade de reconhecimento formal dos PGTAs como instrumentos válidos de planejamento interinstitucional na faixa de fronteira e necessidade de apoio técnico das comunidades indígenas para sua implementação.	Pacaraima e Uiramutã, em especial nas TIs São Marcos e Raposa Serra do Sol	MPI, FUNAI, SEPI/RR, Comunidades e organizações indígenas	Levantamento e sistematização dos PGTAs existentes; Apoio à elaboração e validação participativa; Captação de recursos e cooperação técnica.
Formação e capacitação de agentes públicos para atendimento aos povos indígenas	Fragilidades no atendimento institucional, decorrentes da baixa compreensão das especificidades culturais, territoriais e linguísticas dos povos indígenas.	Municípios da Faixa de Fronteira	MPI, MDHC, MIR, MS, MEC, FUNAI, SEPI, demais secretarias estaduais setoriais competentes, órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas, organizações representativas dos povos indígenas	Implantação de programa de formação e capacitação de agentes públicos para atendimento aos povos indígenas.
Implementação de programa de capacitação e apoio aos indígenas para acompanhamento de processos de licenciamento ambiental	A ausência de apoio técnico limita a participação indígena nos processos de licenciamento de empreendimentos que impactam seus territórios, fragilizando o direito à consulta e à proteção ambiental.	Terras Indígenas e áreas de influência	Comunidades e organizações indígenas, MPI, FUNAI, MPF, órgãos e conselhos ambientais, universidades	Programas de capacitações continuadas; Realização de parcerias entre entidades responsáveis e organizações públicas e privadas especializadas no tema; Produção de materiais didáticos e orientativos; Implantação de protocolos de atendimento intercultural.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Formação e fortalecimento da autonomia econômica e do empreendedorismo de associações, cooperativas e redes indígenas na faixa de fronteira de Roraima	A fragilidade organizacional limita o acesso a políticas públicas, crédito e mercados, especialmente para atividades produtivas sustentáveis.	Terras Indígenas e áreas urbanas com população indígena	MPI, FUNAI, SEADI, SEBRAE, MIDR, Associações e organizações indígenas, cooperativas	Articulação com organizações indígenas, instituições públicas e entidades de apoio técnico; apoio à criação, regularização jurídica e estruturação administrativa de associações e cooperativas; capacitação em gestão organizacional, governança, contabilidade, elaboração de projetos e captação de recursos.
Ampliação do acesso e garantia da permanência de estudantes na educação profissional, científica e tecnológica por meio da continuidade da interiorização dos Institutos Federais e da concessão de apoio financeiro estudantil em todos os municípios de Roraima	O acesso limitado à educação técnica e superior é fator de exclusão social e econômica, especialmente para jovens indígenas residentes nos territórios remotos.	Municípios da Faixa de Fronteira	MEC, IFs, Governo do Estado, Prefeituras, comunidades indígenas	Elaboração de estudos de viabilidade técnica, pedagógica e orçamentária; implantação, ampliação e adequação de campi, polos e unidades descentralizadas; fortalecimento da infraestrutura física, tecnológica, laboratorial e de conectividade.
Estruturação e fortalecimento as cadeias produtivas da farinha, do pescado e de outras produções locais, promovendo inclusão produtiva, agregação de valor e geração de renda na faixa de fronteira de Roraima	Há potencial para estruturação de cadeias como estratégia de segurança alimentar, geração de renda e valorização cultural, ainda pouco apoiadas por políticas públicas.	Terras Indígenas e comunidades tradicionais	Comunidade, Associações, IATER, MDA, SEADI, MIDR	Identificação de produtores, pescadores, associações, cooperativas e territórios prioritários; articulação com instituições de ATER, órgãos de fomento e organizações comunitárias; Implantação e adequação de estruturas de beneficiamento, armazenamento e comercialização.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Aprimoramento tecnológico, com implantação de um sistema de monitoramento de segurança	O crescimento de ilícitos transfronteiriços e a baixa integração de sistemas foram apontados como desafios centrais para a segurança regional.	Toda a Faixa de Fronteira de Roraima	GSI/PR, Forças Armadas, PF, SESP/RR	Elaboração de projeto integrado de monitoramento e inteligência; Ampliação da conectividade e da infraestrutura tecnológica em áreas remotas.
Criação e instalação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira de Roraima	A criação de um gabinete de gestão integrada de fronteiras, com a participação das secretarias municipais de segurança, em sintonia com os órgãos de segurança estaduais e federais, pode representar um expressivo ganho de eficácia nas ações desenvolvidas em cada município da região.	Toda a Faixa de Fronteira de Roraima	GSI/PR, Forças Armadas, PF, PM, PRF, SESP/RR, MPI, MMA	Articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais de segurança, defesa, fiscalização e gestão territorial; formalização de acordos de cooperação técnica e operacional.
Implantação de um centro de referência e posto avançado de fronteira em Bonfim, voltado ao atendimento, acolhimento, informação e regularização migratória humanizada	O aumento e diversificação dos fluxos migratórios na fronteira com a Guiana demandam estrutura institucional para acolhimento, orientação e garantia de direitos.	Município de Bonfim	MJSP, PF, MRE, MDHC, MDS, MS, MIDR, Casa Civil da Presidência da República, Governo do Estado de Roraima, Prefeitura de Bonfim, DPU, MPF, ACNUR, OIM, UNICEF, organizações da sociedade civil com atuação em direitos humanos e migração	Articulação entre órgãos federais, estaduais, municipais e organismos internacionais; instalação de espaços de triagem, orientação, regularização documental e atendimento psicossocial.
Implantação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e Salas Lilás nos municípios da faixa de fronteira de Roraima, ampliando o acesso à proteção, à justiça e ao atendimento humanizado para mulheres em situação de violência	Índices de violências específicas contra mulheres, inclusive indígenas e migrantes demandam resposta institucional especializada.	Municípios da Faixa de Fronteira	MMulheres, Polícias Civil e Militar, SESP/RR, Órgãos de Assistência Social (estadual e municipais)	Definição de municípios prioritários para implantação das unidades; articulação com Ministério das Mulheres, SESP/RR e rede de proteção social; implantação, reforma e adequação de estruturas físicas para funcionamento; capacitação contínua de policiais, equipes técnicas e profissionais da rede de atendimento.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Capacitação especializada para agentes públicos e atores estratégicos da fronteira	A atuação fragmentada e pouco integrada limita a resposta estatal frente aos desafios da fronteira.	Toda a Faixa de Fronteira	GSI/PR, Forças de segurança e órgãos de fiscalização federais e estaduais, gestores públicos	Articulação entre órgãos de segurança, justiça, migração, direitos humanos, saúde, assistência social e defesa civil; desenvolvimento de programas de capacitação continuada e formação interinstitucional; realização de cursos, oficinas, seminários e exercícios integrados.
Criação de unidade integrada de fiscalização e segurança de fronteira	A fragmentação das ações de controle e fiscalização reduz a eficácia do combate a ilícitos e aos crimes ambientais.	Pontos estratégicos Faixa de Fronteira Brasil-Guiana e Brasil-Venezuela	MJSP, GSI/PR, MD, PF, PRF, RFB, ABIN, Forças Armadas, MAPA, IBAMA, ICMBio, MRE, SESP/RR, PM, Polícia Civil, CBMRR, MPF	Integração de sistemas tecnológicos e bases de dados estratégicas; implementação de protocolos operacionais conjuntos e fluxos de compartilhamento de informações; capacitação contínua de agentes públicos e equipes técnicas.
Implementação de medidas para facilitar a mobilidade transfronteiriça e a integração regional, incluindo a ampliação do horário de funcionamento dos postos de fronteira até as 22h e a adoção de procedimentos simplificados de ingresso no país para cidadãos dos países vizinhos, sem exigência de passaporte	Tais medidas são importantes para comércios e serviços na capital do estado, por facilitar o fluxo de moradores dos países vizinhos. No caso da Venezuela, a dispensa de passaporte poderia ser alcançada com o retorno do país ao Mercosul.	Âmbito internacional, com efeitos diretos na Faixa de Fronteira de Roraima, especialmente Pacaraima na fronteira Brasil - Venezuela e, Bonfim–Lethem na Faixa de Fronteira Brasil–Guiana até o município de Boa Vista.	MRE, MJSP, PF, OTCA, outros organismos regionais de integração	Articulação entre órgãos de segurança, relações exteriores e autoridades dos países vizinhos; reforço das equipes de atendimento, fiscalização e controle migratório; implantação de sistemas integrados de controle migratório e compartilhamento de informações.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições voltadas ao controle e fiscalização de fronteiras	A necessidade de ampliar os efetivos da Polícia Federal e de outros organismos de segurança se relaciona com o pequeno número de agentes face à grande área territorial e a constatação de um grave quadro de cometimento de atos ilícitos na região de fronteira.	Toda a Faixa de Fronteira de Roraima, com prioridade para Pacaraima e Bonfim	GSI/PR, MD, PF, PRF, RF, ABIN, Forças Armadas, Governo do Estado (SESP)	Ações de Fortalecimento da Gestão Pública como realização de novos concursos públicos; Programas de capacitação e qualificação para os quadros técnicos responsáveis; Estruturação de políticas de incentivo para fixação de servidores em regiões de difícil provimento.
Implementação de escolas interculturais de fronteira, alinhadas ao Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), para promoção do bilinguismo	Importância do bilinguismo e da necessidade de integração cultural e da educação intercultural em territórios fronteiriços.	Municípios fronteiriços de Pacaraima, Bonfim e comunidades indígenas da região	MEC, secretarias estaduais e municipais de educação, comunidades indígenas, universidades, organismos internacionais	Articulação com MEC, secretarias estaduais e municipais de educação e instituições dos países vizinhos; alinhamento das ações ao Programa Escolas Interculturais de Fronteira; elaboração de propostas pedagógicas interculturais e bilíngues; ampliação da conectividade e inclusão digital nas unidades de ensino.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições voltadas ao controle e fiscalização de fronteiras	A necessidade de ampliar os efetivos da Polícia Federal e de outros organismos de segurança se relaciona com o pequeno número de agentes face à grande área territorial e a constatação de um grave quadro de cometimento de atos ilícitos na região de fronteira.	Toda a Faixa de Fronteira de Roraima, com prioridade para Pacaraima e Bonfim	GSI/PR, MD, PF, PRF, RFB, ABIN, Forças Armadas, Governo do Estado, SESP	
Implementação de escolas interculturais de fronteira, alinhadas ao Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), para promoção do bilinguismo	Importância do bilinguismo e da necessidade de integração cultural e da educação intercultural em territórios fronteiriços.	Municípios fronteiriços de Pacaraima, Bonfim e comunidades indígenas da região	MEC, Secretarias estaduais e municipais de educação, Comunidades indígenas, Universidades, Organismos internacionais	



Foto: Ederson Brito/MTur

Subsídios do Ipea ao debate



Foto: Reprodução/Prefeitura de Bonfim

RORAIMA E A ILHA DAS GUIANAS: SUBSÍDIOS PARA O DEBATE SOBRE INFRAESTRUTURA, BIOECONOMIA E DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO[1]

Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

As fronteiras amazônicas apresentam condição de hiperperiferia logística e produtiva, com impactos sobre bem-estar, desenvolvimento, segurança e soberania. Essa condição amplia vulnerabilidades (desmatamento, garimpo, trânsitos ilícitos) e limita oportunidades socioeconômicas e de sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a dinâmica econômica recente aproxima o Brasil de vizinhos do Pacífico e do Caribe, abrindo novas oportunidades logísticas e produtivas que exigem planejamento e coordenação regional.

Entre 28 de maio e 5 de junho de 2024, três decretos centrais compuseram um novo arranjo de políticas: a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (Decreto nº 12.034/2024), a Política Nacional de Fronteiras (Decreto nº 12.038/2024) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). Esses marcos criam condições institucionais para articular integração física e digital, desenvolvimento fronteiriço e bioeconomia em chave pan-amazônica, desde que acompanhados de governança com os países vizinhos.

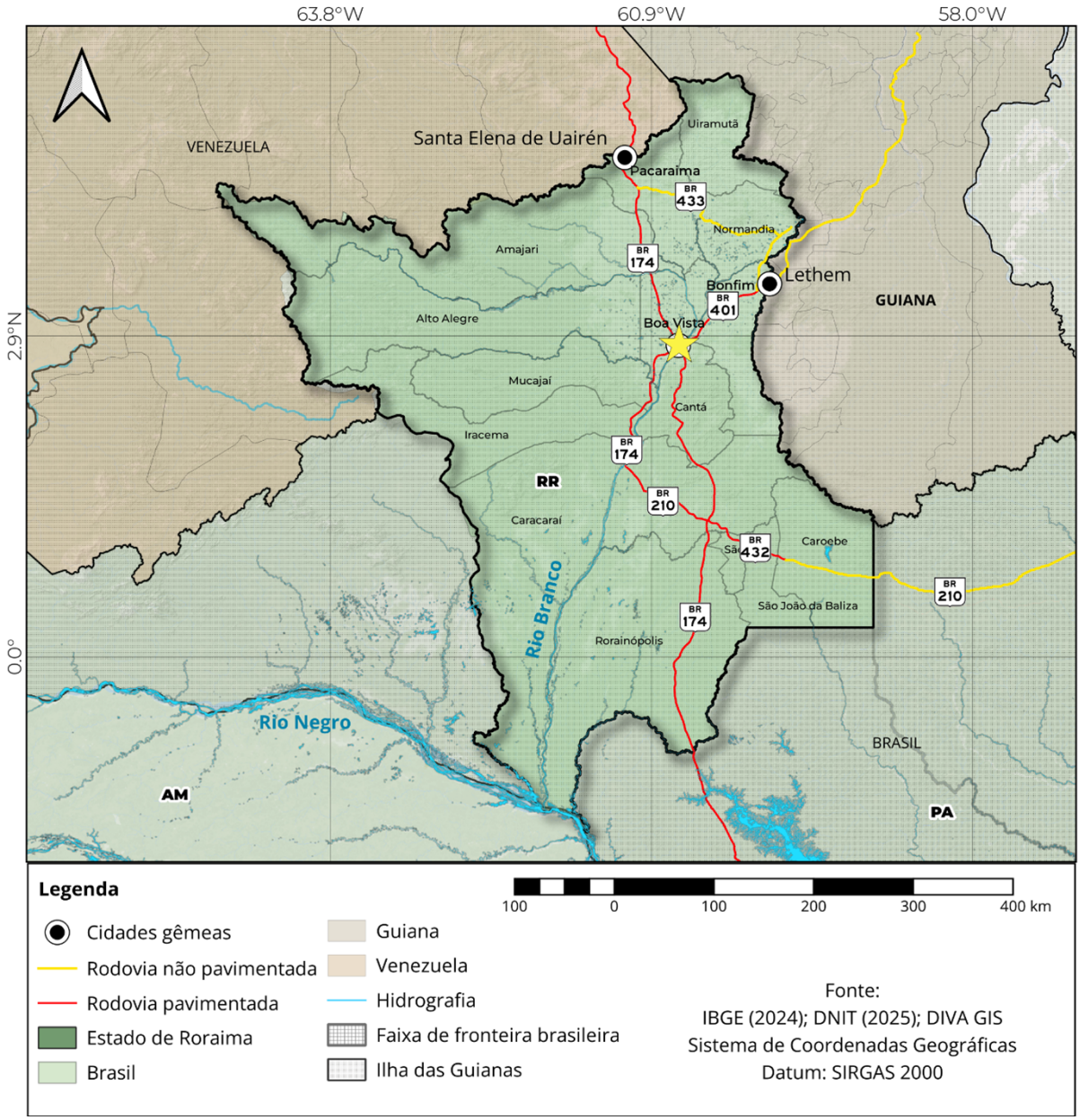
---

1. Esta nota foi preparada no âmbito do Projeto ***"Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"*** da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), pelos pesquisadores: ***Pedro Silva Barros:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Luiz Marcelo Michelon Zardo:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Cláudio Alberto Castelo Branco Puty:*** *Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA);* ***Corival Alves do Carmo:*** *Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS);* ***Helitton Christoffer Carneiro:*** *Assistente de pesquisa do Ipea;* ***Leandro Fontes Corrêa:*** *Assistente de pesquisa do Ipea e* ***Matheus Valadares da Silva:*** *Assistente de pesquisa do Ipea.*

No plano conceitual, adota-se a perspectiva da Pan-Amazônia - pensar a região como bioma e território interdependente - e os binômios interdependência–dissuasão e segurança-desenvolvimento para o fortalecimento da soberania, enfatizando que integração produtiva e infraestrutura devem caminhar com participação de entes subnacionais e privada. Destacam-se, ainda, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal como instâncias-chave de coordenação.

A compreensão do estado de Roraima no atual cenário exige o reconhecimento imediato de sua posição geográfica ímpar: é a peça mais setentrional do tabuleiro brasileiro. Devido a essa localização, Roraima conecta de forma singular e estratégica a Amazônia, o rio Orinoco e o Caribe. Essa mesma geografia, quando somada à baixa densidade demográfica existente no estado e à expressiva abundância de seus recursos naturais, confere a Roraima a função e a vocação de um "estado articulador". Trata-se de um elo vital entre os crescentes fluxos produtivos do Norte do Brasil, os importantes mercados venezuelanos e guianenses e, por extensão e projeção direta, as rotas atlânticas e caribenhas (Mapa 1).

Mapa 1 - Estado de Roraima



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

O mapa apresenta a configuração territorial de Roraima e sua articulação rodoviária com os países vizinhos, destacando a rede rodoviária, os principais municípios e as cidades-gêmeas de fronteira. A representação cartográfica sinaliza a posição estratégica do estado na conexão Brasil-Guiana-Venezuela e permite visualizar, de forma integrada, os corredores de articulação, as áreas pavimentadas e não pavimentadas e os pontos de fronteira que estruturam sua dinâmica regional.

O planejamento, financiamento e execução de projetos disruptivos de infraestrutura adaptados à realidade socioeconômica e ambiental na Amazônia, como hidrelétricas, linhões de transmissão de energia elétrica, cabos de fibra óptica terrestres e submarinos (subfluviais), pavimentação e manutenção de rodovias integradoras poderão facilitar e elevar o fluxo de bens e serviços no espaço da Ilha das Guianas.

A articulação logística de Roraima, porém, deve ser planejada levando em conta o "Anel de Infraestrutura da Ilha das Guianas". O planejamento do setor de transportes poderá - se considerar adequadamente o potencial da multimodalidade - transformar a realidade logística na Ilha das Guianas. Nesse espaço pouco articulado é fundamental promover o uso de embarcações marítimas e fluviais, de modo a complementar os fluxos das poucas estradas existentes. O quadro síntese do transporte rodoviário na Ilha das Guianas, inclusive com identificação dos trechos cuja pavimentação deve ser priorizada, como ocorre entre Lethem e Mabura Hill (324 km), na Guiana, e o trecho norte da BR-156, entre Calçoene-AP e Oiapoque-AP (110 km), estão assinalados, no mapa 1. São igualmente importantes a construção e modernização de dezenas de pontes ao longo da rodovia que conecta Roraima, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Amapá, com destaque para as pontes sobre os rios Essequibo (na Guiana), Courantyne (na divisa da Guiana com o Suriname) e Maroni (limite natural entre o Suriname e a Guiana Francesa). Em alguns trechos da mencionada rodovia, faz-se necessário o uso de balsas (*ferry boat*) para transpor alguns cursos d'água e seguir caminho, como ocorre entre Guiana e Suriname, e entre Suriname e Guiana Francesa, situações que até hoje impactam negativamente a eficiência logística e fluidez do transporte intrarregional. Na Guiana, também há pontes flutuantes, como a *Mabey bridge* sobre o rio Berbice e a *Demerara Harbour bridge*, sobre o rio Demerara, sendo esta uma infraestrutura flutuante e retrátil que precisa ser em parte desmontada - ao menos enquanto a nova infraestrutura de concreto segue em construção quando embarcações de maior porte necessitam seguir trajeto. A tríade das conexões elétricas anteriormente mencionadas - via Manaus, Venezuela e Guiana - será essencial para a conformação de um anel de integração elétrica na Ilha das Guianas. Esse novo hub energético regional, estruturado a partir de fontes complementares, como a interconexão elétrica do Linhão Tucuruí, a integração elétrica desde Guri e a interligação elétrica com a Guiana serão fundamentais tanto para o abastecimento energético das populações do norte do Brasil, como do extremo Norte da América do Sul. Há, ainda, grande potencial de comercialização de energia elétrica na Ilha das Guianas, dada a complementaridade dos regimes pluviométricos regionais. Em síntese, significa dizer que os momentos de baixa produção das hidrelétricas amazônicas brasileiras coincide com

o período de maior produção de hidroeletricidade dos vizinhos Guiana e Suriname. O contrário também é válido, quando as hidrelétricas da Amazônia brasileira estão em capacidade máxima - ou próximas disso - as instalações de Guiana e Suriname estão produzindo menos, o que facilita o intercâmbio complementar de energia elétrica na Ilha das Guianas. Ademais, podem potencializar a projeção brasileira ao Caribe, que é de baixa intensidade e poderia ser dinamizada caso houvesse logística multimodal e compatibilização normativa adequadas. Nesse sentido, a construção do porto de águas profundas em Nova Amsterdã, na Guiana, e a facilitação de seus acessos, são fundamentais para a integração do transporte marítimo-fluvial e o estabelecimento de linhas de cabotagem no conjunto da Ilha das Guianas, reforçando a presença brasileira no Caribe, em especial no setor alimentício e fármacos.

O acesso rodoviário ao porto marítimo de New Amsterdam, na Guiana, pode disponibilizar uma rota menos onerosa para as exportações destinadas a mercados mais distantes, como a bacia do Pacífico e o Oriente Médio. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de um eixo rodoviário permitirá maior mobilidade de mão de obra e de serviços, o que reduz os custos de operação e facilita os investimentos regionais.

A integração pan-amazônica mostra-se indispensável para o desenvolvimento sustentável de Roraima e de toda a região que o cerca. A Amazônia brasileira não pode ser concebida nem planejada de forma isolada, pois sua realidade é continental e amplamente compartilhada com outros oito países amazônicos. Assim, a integração nas esferas econômica, ambiental, energética e logística consolida-se como a condição necessária para superar o isolamento histórico. Essa superação deve se dar na perspectiva da chamada Ilha das Guianas, reafirmando o compromisso com um desenvolvimento com a floresta em pé e devidamente adaptado para a realidade local amazônica.

No que tange ao marco institucional e às dinâmicas territoriais, nota-se que o avanço do dinamismo econômico originado do Centro-Oeste brasileiro em direção ao norte exige que o país consiga reduzir as distâncias logísticas, diversificar seus corredores e garantir a indispensável resiliência às suas rotas. É nesse exato contexto que as fronteiras, incluindo as localidades fronteiriças vinculadas e cidades-gêmeas de Roraima, deixam de ser vistas unicamente como bordas defensivas. Elas passam a atuar decisivamente para se tornarem plataformas de conexão econômica, social e tecnológica. O adensamento dessas interações fica evidente na forte demanda por serviços públicos e privados, como saúde e educação, oriundos do outro lado da fronteira.

A base material que sustenta esse novo marco integrativo regional repousa sobre a governança de um anel de infraestrutura multimodal. A infraestrutura é alicerce dessa transição produtiva de Roraima e, por definição, deve envolver os setores de energia, transporte e comunicação operando sempre em sincronia. Essa infraestrutura precisa ser planejada de forma regional e adaptada às necessidades e condições

amazônicas, evitando o erro histórico de ignorar a lógica pan-amazônica e a continuidade territorial. Sem o provimento de energia estável, por exemplo, as cadeias produtivas simplesmente não se fixam na fronteira, perpetuando quadros de dependência e estagnação.

Além disso, nossos estudos prévios indicam que o modelo de integração para essas fronteiras não deve se restringir à integração de transporte voltada à exportação e estar necessariamente planejada, levando em conta as possibilidades de integração produtiva. O desenho de infraestrutura focado apenas na criação de rotas ou de simples eixos de transporte falha em fixar a riqueza no território. Para alcançar os objetivos de desenvolvimento de Roraima, a integração precisa englobar e fomentar as cadeias produtivas locais e regionais, proporcionando a devida agregação de valor aos produtos amazônicos e impulsionando as potencialidades da bioeconomia. É fundamental evitar que o estado e suas zonas transfronteiriças sejam reduzidos a uma mera área de trânsito de commodities para o exterior.

Por fim, toda essa articulação demanda um sólido arranjo de governança, o qual deve contar ativamente com a participação da iniciativa privada e o envolvimento direto dos diversos atores subnacionais que vivenciam as dinâmicas socioprodutivas no dia a dia. A cooperação institucional, pautada em acordos sobre localidades fronteiriças vinculadas e em uma visão cooperativa, assegura que a projeção do Brasil ao Caribe — realizada através da atuação articuladora de Roraima pelas passagens de Bonfim-Lethem e Pacaraima-Santa Elena de Uairén — consolide-se como um vetor duradouro de soberania e de integração regional profunda e sustentável.

Caracterização do Estado e das Fronteiras de Roraima

A caracterização do estado de Roraima, sob a ótica do desenvolvimento regional fronteiriço, exige o reconhecimento imediato de sua geografia singular: o estado encontra-se como a peça mais setentrional do tabuleiro brasileiro, sendo logisticamente central entre Manaus, Caracas e Georgetown. Por conta de sua posição eminentemente estratégica, Roraima conecta de forma ímpar a bacia da Amazônia, a bacia do rio Orinoco e a região do Caribe. Essa localização privilegiada insere o estado diretamente no contexto formador da chamada Ilha das Guianas — a vasta unidade marítimo-fluvial contornada e delimitada pelos rios Amazonas e Orinoco. Em virtude dessa mesma geografia incontornável, que se soma à sua baixa densidade demográfica estrutural e à sua expressiva abundância de recursos naturais, Roraima assume invariavelmente a função e a vocação de estado articulador. Trata-se, na prática, de um elo fundamental entre os fluxos produtivos originados no Norte do Brasil, os mercados venezuelanos e guianenses e, por ampla extensão territorial, as rotas comerciais atlânticas e caribenhas.

No plano geográfico, institucional e humano, a fronteira roraimense é marcada por intensas e ininterruptas dinâmicas socioprodutivas, as quais são articuladas prioritariamente a partir de suas cidades-gêmeas. A frente de integração binacional composta por Bonfim, no lado brasileiro de Roraima, e Lethem, na República Cooperativista da Guiana, representa um vetor crucial e insubstituível da projeção do Brasil ao Caribe. A caracterização socioespacial desse núcleo e das demais cidades-gêmeas revela um espaço de vivência densamente compartilhado, onde a linha demarcatória oficial é superada diariamente pelas volumosas interações de suas populações. Nota-se, de forma empírica, uma notável e contínua demanda por serviços públicos e privados — tais como serviços de saúde, infraestrutura de educação e abastecimento comercial — que são prestados frequentemente do lado brasileiro para atender às necessidades oriundas do outro lado da fronteira. A estruturação legal, diplomática e administrativa dessas interações cotidianas requer a formulação e a efetiva consolidação de Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV)[2]. Além disso, impõe-se a elaboração de um plano diretor conjunto[3] para essas localidades adjacentes, dotado de rigoroso zoneamento urbano e ambiental, que ofereça diretrizes claras para a gestão de riscos, a proteção sociocultural e o correto ordenamento territorial.

De maneira análoga e complementar, a frente de integração formada pelo município de Pacaraima, em Roraima, e por Santa Elena de Uairén, na Venezuela, configura-se como um nó de conexão terrestre. A caracterização detalhada dessa fronteira gêmea aponta para desafios institucionais e oportunidades ímpares de fomento ao desenvolvimento regional. Assim como observado na dinâmica de Bonfim, a expressiva densidade das trocas transfronteiriças de pessoas e mercadorias em Pacaraima gera uma constante pressão demográfica sobre os já escassos serviços públicos locais, bem como sobre a infraestrutura urbana. Para potencializar o desenvolvimento duradouro dessas localidades e mitigar as profundas assimetrias socioeconômicas existentes, a utilização coordenada de instrumentos de política pública mostra-se de todo indispensável. Destaca-se, nesse particular escopo regulatório, a relevância do usufruto das Áreas de Livre Comércio (ALC) geridas pela Suframa, cujos incentivos tributários e tarifários poderiam consistir em ferramentas para atrair capitais, formalizar o comércio regional e estimular o adensamento produtivo ao longo de toda a extensão da faixa de fronteira roraimense.

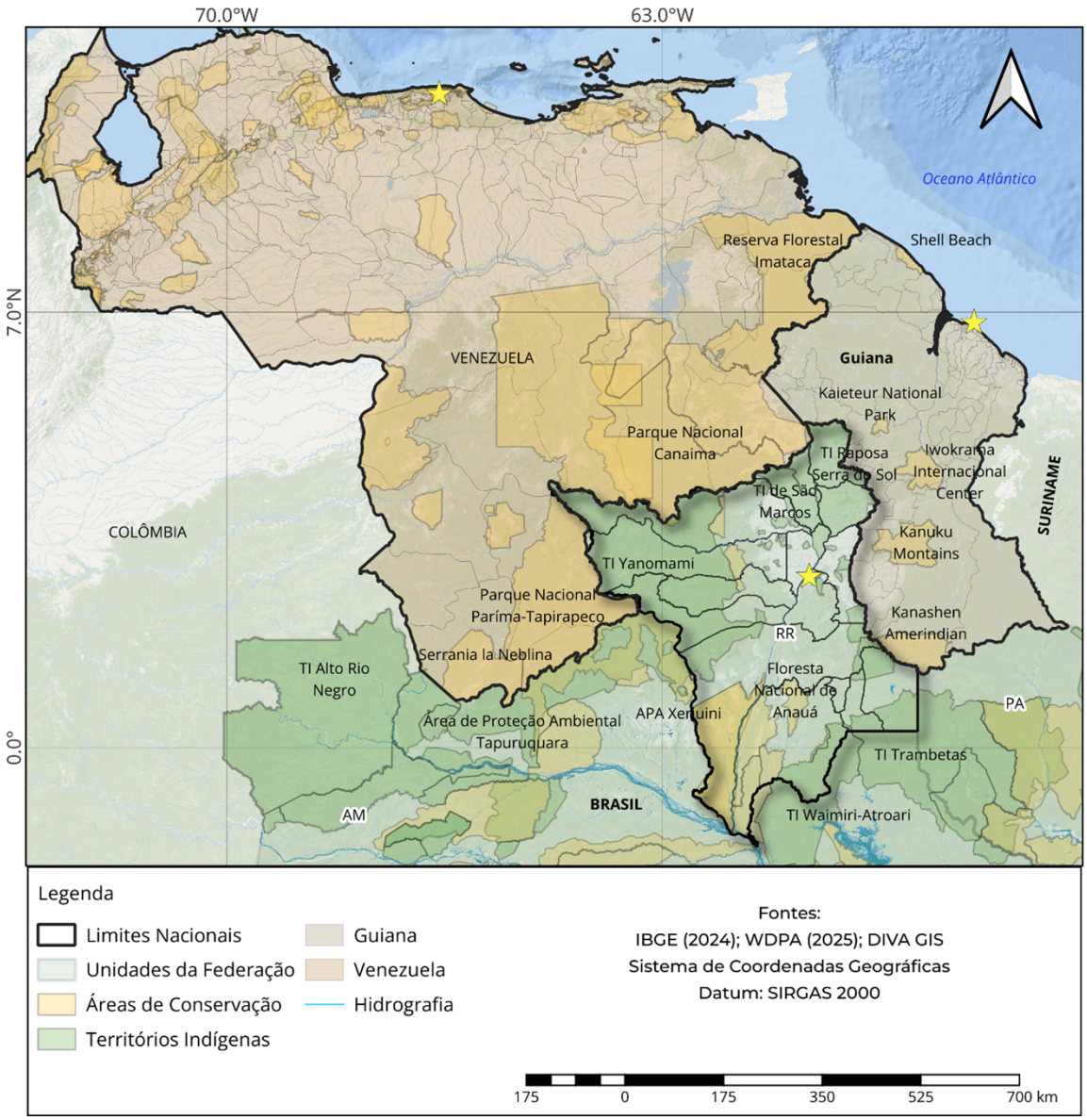
2. Por acordos de localidades fronteiriças vinculadas, entendem-se tratados bi ou plurinacionais que regulem e estimulem os fluxos transnacionais entre residentes de regiões de fronteira.

3. Refere-se, aqui, a arranjos institucionalizados de diálogo que permitam o endereçamento mais efetivo de problemas compartilhados, assim como a identificação e o usufruto conjunto das oportunidades existentes - constituindo uma espécie de plano diretor binacional. Nesse sentido, um bom referencial é o modelo de consórcio internacional de fronteira, existente entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Ainda que semelhante instrumento não possua força jurídica diante das legislações nacionais de cada país, seu potencial papel diretivo e orientativo auxiliaria no ordenamento da integração transfronteiriça.

Em relação às variáveis socioambientais e demográficas, o território roraimense e, em especial, as extensas adjacências rurais e florestais de suas cidades-gêmeas, são notadamente marcados pela presença proeminente de Unidades de Conservação e de vastas e reconhecidas Terras Indígenas (Mapa 2). Deve-se incluir a caracterização da população na matriz de planejamento, observando a elevada porcentagem da população residente que se declara indígena. Além disso, o planejamento logístico deve obrigatoriamente referenciar e incorporar os índices de desmatamento e o contínuo monitoramento da cobertura florestal remanescente (embasado em ferramentas como o MapBiomas[4]), assegurando que o dinamismo da fronteira conviva harmonicamente com as rigorosas salvaguardas ambientais.

4. O MapBiomas é uma rede global e multi-iinstitucional, formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos. Plataforma disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/

Mapa 2 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no estado de Roraima



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

Em suma, a fronteira roraimense, centrada nas confluências de Bonfim com Lethem e de Pacaraima com Santa Elena de Uairén, consubstancia o próprio palco geográfico onde a urgência da integração pan-amazônica atinge sua mais nítida materialidade. A infraestrutura planejada para o estado deve ser amplamente adaptada às necessidades e condições amazônicas, compondo um robusto anel de infraestrutura multimodal que conecte com eficiência as matrizes de transporte, de transmissão de energia e de fibra óptica de comunicação. O ordenamento definitivo e prospectivo desse estratégico espaço demanda uma governança compartilhada, caracterizada pela participação da iniciativa privada e pelo engajamento dos diversos atores subnacionais envolvidos.

Descrição da Infraestrutura e Governança Regional

A infraestrutura em Roraima deve ser analisada como dimensão central da integração territorial da fronteira setentrional brasileira e como condição material para a reorganização de seus vínculos econômicos com a Venezuela, a Guiana e, em perspectiva mais ampla, com os circuitos caribenhos e atlânticos. No caso roraimense, não se trata apenas de discutir a existência de rodovias, sistemas energéticos ou redes de comunicação de forma isolada, mas de compreender como esses elementos se articulam em uma lógica regional. A infraestrutura, nesse sentido, só adquire eficácia estratégica quando concebida de maneira integrada e associada a mecanismos de governança capazes de coordenar fluxos, reduzir vulnerabilidades e ampliar a capacidade do território de sustentar circulação, serviços e atividades produtivas.

Nesse contexto, as rodovias assumem papel central. A BR-174 constitui o principal eixo estruturante da integração territorial de Roraima, conectando Manaus a Boa Vista e prolongando-se até Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Trata-se do corredor crítico de abastecimento, mobilidade e articulação logística do estado, cuja centralidade decorre do fato de ser o principal elo rodoviário contínuo entre Roraima e o restante do território brasileiro. Esse eixo organiza o fluxo regional com a Venezuela e sustenta um padrão de integração baseado na reposição rápida de bens essenciais. A BR-401, por sua vez, estrutura o corredor Boa Vista–Bonfim–Lethem, articulando o estado à fronteira guianense e à conexão com Georgetown. A ponte internacional sobre o rio Tacutu consolidou fisicamente esse eixo, mas sua capacidade de se converter em corredor econômico mais robusto ainda depende da superação dos gargalos existentes do lado guianense. A diferença entre os dois eixos mostra que nem toda conexão internacional produz imediatamente o mesmo efeito territorial: enquanto Pacaraima opera em um corredor já funcional para o abastecimento regional, Bonfim integra uma rota com potencial estratégico ainda em consolidação.

A infraestrutura energética e de telecomunicações é decisiva para o desenvolvimento econômico e segurança de Roraima. No referido estado, a vulnerabilidade histórica do sistema elétrico evidencia que não há integração logística robusta sem oferta estável de energia. Até o início do século XXI não havia conexão

de transmissão de energia elétrica, de comunicação ou via pavimentada com a Venezuela. A conexão entre Boa Vista e Manaus era apenas de transporte e não havia ponte entre Bonfim e Lethem. A baixa integração anterior ao sistema nacional, a dependência de geração térmica e a retomada de importações de energia da Venezuela em 2025 revelam que a energia continua sendo dimensão sensível da articulação regional, combinando redução de custos, diversificação e interdependência.

De forma paralela, a expansão econômica da Guiana, impulsionada pelo petróleo, tende a reforçar a importância estratégica do corredor ao Caribe via Bonfim e Lethem, elevando a demanda potencial por infraestrutura física, serviços logísticos e conectividade territorial. No plano das telecomunicações, a ampliação de redes de comunicação é igualmente indispensável para a gestão dos fluxos contemporâneos, para a coordenação entre aduanas e serviços públicos e para a inserção das localidades fronteiriças em circuitos mais amplos de informação e monitoramento. Em um espaço de baixa densidade territorial e forte circulação transfronteiriça, a conectividade digital não é acessória, mas parte constitutiva da infraestrutura regional.

A análise da bioeconomia amazônica e de sua inserção comercial também contribui para qualificar o debate sobre infraestrutura. A base produtiva extrativa de Amazonas e Roraima revela potencial econômico relevante, mas pouco articulado à pauta exportadora dominante da região. Em Roraima, a estrutura é mais concentrada, com predomínio de madeira em tora e presença muito menor de cadeias alimentares diversificadas. Apesar disso, a inserção externa observada nos fluxos comerciais com Venezuela e Guiana permanece majoritariamente orientada por preparações alimentícias industrializadas, bens de consumo e produtos de abastecimento, enquanto os produtos da bioeconomia em sentido estrito aparecem com baixo peso relativo. Há, portanto, uma dissociação entre base florestal e pauta exportadora. Essa desconexão mostra que a infraestrutura existente favorece mais a circulação e a redistribuição de bens já padronizados do que a formação de cadeias regionais de maior valor agregado ancoradas na biodiversidade amazônica. Em consequência, o desafio não é apenas ampliar corredores, mas criar condições logísticas, energéticas e institucionais para integrar produção, transformação e inserção externa.

Por fim, a infraestrutura de Roraima deve ser pensada em estreita relação com a governança regional. A complexidade do território, marcada por extensas áreas protegidas, Terras Indígenas, fluxos migratórios intensos, pressões minerárias e vulnerabilidades climáticas, exige que a ampliação da conectividade seja acompanhada de coordenação multinível e presença estatal efetiva. A fronteira com a Venezuela é sensível a oscilações políticas, migratórias e regulatórias. A fronteira com a Guiana tende a ganhar peso estratégico à medida que se ampliem os investimentos associados à economia petrolífera e à infraestrutura de conexão com Georgetown. Em ambos os casos, melhorias logísticas podem ampliar oportunidades econômicas, mas também multiplicar riscos de pressão extrativa, circulação ilícita e vulnerabilidade territorial, caso

não sejam acompanhadas de fiscalização, ordenamento e mecanismos de cooperação. A governança da infraestrutura, portanto, não pode se limitar à execução física de obras: ela precisa articular transporte, energia, telecomunicações, controle aduaneiro, gestão ambiental e coordenação entre escalas de governo.

Em síntese, a infraestrutura em Roraima estrutura-se em torno de uma função territorial específica: sustentar uma economia de circulação e organizar a inserção regional do estado em dois regimes distintos de integração. Com a Venezuela, predomina um padrão rodoviário, territorializado e voltado ao abastecimento regional. Com a Guiana, observa-se um padrão mais difuso, associado a cadeias energéticas e produtivas de maior escala, no qual a infraestrutura amazônica ainda é secundária, mas tende a ganhar relevância. Nesse quadro, Roraima consolida-se como espaço de interface logística e de articulação regional, mas ainda enfrenta limitações para converter essa centralidade em integração produtiva de maior densidade. O desafio central consiste em transformar corredores de circulação em base para uma integração territorial mais complexa, capaz de conectar logística, energia, conectividade e governança a processos de agregação de valor e de redução das vulnerabilidades estruturais da fronteira setentrional.

Produção e Bioeconomia[5]

A produção agrícola de maior destaque no estado de Roraima, em volume, foi a soja, registrando pouco mais de 416 mil toneladas, equivalente a 3,8% da produção da oleaginosa na região Norte. O milho, por sua vez, ocupou a segunda posição na produção agrícola roraimense, movimentando 111 mil toneladas, em 2024. A participação de Roraima na produção do referido cereal foi de somente de 1,88% da produção nortista no ano.

O município fronteiriço de Bonfim-RR foi o principal polo agrícola do estado de Roraima. Na sojicultura, Bonfim-RR foi o líder estadual, com produção superior a 154 mil toneladas, volume equivalente a 37% da produção de Roraima. O milho também teve no município roraimense fronteiriço à Lethem a liderança da produção do estado, com 27,9 mil toneladas. Bonfim-RR também foi o principal responsável pela dinâmica da rizicultura estadual, produzindo 36,8 mil toneladas das 71,4 mil toneladas de arroz produzidas em Roraima.

5. Em razão da não existência de classificações específicas sobre produção da bioeconomia, com abrangência que contemple até o nível municipal brasileiro, optou-se por mapear toda a produção do setor primário - com exceção do extrativismo mineral - existente no estado de Roraima e nos municípios extremos de Pacaraima-RR e Bonfim-RR, em 2024. Buscou-se, primeiro, apresentar quais foram as dimensões produtivas de cada município e estado selecionados, independentemente do perfil do produto primário e, posteriormente, analisar em seção específica a produção local que é compatível com a floresta em pé. Para referenciar a produção agropecuária formal roraimense, foram utilizadas as base de dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

A recente dinâmica agrícola roraimense é mais associada à expansão da produção de commodities exportáveis, como a soja e o milho, do que voltada para uma produção agrícola mais compatível com a floresta em pé. Tal constatação fica mais evidente ao se analisar os dados da produção agrícola e do extrativismo vegetal, em toneladas e unidades monetárias, que serão comentadas na sequência do presente relatório.

Mesmo assim, houve no estado o registro da produção, mesmo que em uma escala diminuta, de produtos agrícolas alimentícios com relativo peso no mercado interno e da região Norte; essencialmente batata doce, tomate, melão e diversas outras frutas. Mais uma vez, o município de Bonfim-RR teve um papel proeminente na produção agrícola de boa parte dos bens alimentícios anteriormente listados.

Da mesma forma que a soja e o milho foram destaques da produção estadual, em toneladas, ambas commodities agrícolas também foram as que mais geraram recursos em Roraima, totalizando R$ 839 milhões de reais em produção de soja e R$ 176 milhões de reais em lavouras de milho. Cabe mencionar que uma boa parcela da produção da oleaginosa e do cereal produzidos em Roraima destina-se ao mercado externo. A produção agrícola de arroz, de banana e mandioca também foram expressivas na dinâmica econômica do estado.

Em alguns estados da região Norte, a produção de mandioca apresenta larga escala, principalmente no Pará (3,96 milhões de toneladas) e no Amazonas (760 mil toneladas). Contudo, no estado de Roraima pouco se produziu mandioca, ao menos comparativamente. Em 2024, a produção roraimense desta cultura alcançou modestas 71,6 mil toneladas e a produção per capita estadual de mandioca registrou, em média, R$ 170 reais por cidadão roraimense, valor bem inferior à média da região Norte, que obteve uma produção per capita de R$ 425 reais por habitante.

Em termos per capita (em reais), o grande destaque vai para a produção agrícola de Bonfim-RR, que ficou consideravelmente acima das equivalentes à nível estadual, regional e nacional. Obviamente, o fato de o referido município roraimense ter uma larga extensão territorial, pequena população e, consequentemente, uma baixa densidade demográfica, contribui para os números apresentados. Contudo, estas mesmas características geográficas e demográficas são compartilhadas por boa parte dos municípios amazônicos da região Norte e, ainda assim, Bonfim-RR apresentou uma produção per capita bem superior à nortista em quase todos os produtos agrícolas.

Ao longo do presente relatório será possível perceber que a produção de alguns produtos, como o açaí e a borracha, serão analisadas não somente a partir da produção agrícola dos estados e municípios selecionados, mas também a partir da produção do extrativismo vegetal. Vale ressaltar que a diferença

fundamental reside no fato de a produção da primeira (agrícola) estar relacionada com práticas de manejo e cultivo, enquanto que a produção da última (extrativismo) se dá em áreas de ocorrência espontânea da cultura.

Mesmo com a produção do extrativismo vegetal no Norte representando quase toda a produção nacional de alguns produtos, como o açaí, castanha-do-pará, palmito, borrachas, copaíba e cumaru, a produção roraimense do extrativismo vegetal foi bastante restrita, seja em termos de volume produzido ou de recursos auferidos com a atividade.

Dentre os produtos que são compatíveis com a floresta em pé, apenas três registraram produção na economia do estado (castanha-do pará, açaí e castanha-de-caju) e apenas um teve uma participação produtiva relevante, que foi a castanha-do-pará, cuja produção superou 1,75 mil toneladas e pouco de R$ 11,1 milhões de reais. O principal município roraimense produtor de castanha-do-pará foi Caroebe-RR, que registrou 1.007 toneladas. A produção extrativista de açaí roraimense alcançou apenas 54 toneladas (volume equivalente a R$ 343 mil reais) e a de castanha-de-caju, 15 toneladas (R$ 107 mil reais).

No tocante à produção pecuária no estado de Roraima, destacaram-se, quanto ao número de efetivos por tipo rebanho, a bovinocultura e a avicultura, setores que contabilizaram mais de 1,28 milhão de cabeças de gado e pouco mais de 1 milhão de galináceos. Os dados per capita que mais chamam a atenção foram os relativos a Bonfim-RR, município de fronteira com 13.923 habitantes, segundo o último censo, que possui um efetivo de mais de 106,9 mil cabeças de gado. Em síntese, há um efetivo de, em média, 7,7 cabeças de gado para cada bonfinense, valor consideravelmente superior aos dados do estado de Roraima, da região Norte e do Brasil.

Por fim, sobre a dimensão produtiva formal da aquicultura nortista[6], grande produtora de peixes em nível nacional, foram destaques, principalmente, a produção de tambaqui (93,1 mil toneladas, equivalente à 77% da produção brasileira), tambacu e tambatinga (11,7 mil toneladas, que representam 25% da produção

6. Diferentemente da pesca, que baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos, geralmente em um espaço confinado e controlado. Segundo a Embrapa, uma das diferenças entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, apresenta um menor nível de controle quanto aos volumes produzidos, tendo em vista a imprevisibilidade característica da pesca. Por outro lado, a aquicultura apresenta um maior controle no que se refere ao planejamento e regularidade da produção, possibilitando produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar. Os dados apresentados ao longo do relatório referem-se a produção da aquicultura nortista, com destaque para a dinâmica da piscicultura. Todas as informações de produção foram extraídas da base de dados do IBGE. Finalmente, vale reforçar que a atividade formal ou informal da pesca, mesmo não dimensionada na categoria aquicultura, desempenha um papel de grande relevância, respondendo por parcela significativa do consumo local, inclusive nas regiões de fronteira.

nacional), matrinxã (3,9 mil toneladas, 72% da produção nacional), pirarucu (1,3 mil toneladas, 76%), pirapitinga (1,28 mil toneladas, 70%), entre outros.

Cada estado da região Norte apresenta suas próprias dinâmicas produtivas quanto à piscicultura. Enquanto alguns estados apresentam maior diversidade produtiva e escala, outros registram restritos produtos e modestos volumes de produção. Os dados de Roraima dimensionam uma produção de peixes que é fortemente concentrada na produção de tambaqui. O estado produziu, em 2024, mais de 12,9 mil de toneladas do referido peixe amazônico, volume correspondente a 13,9% da produção nortista. Somente no município de Bonfim-RR foram produzidas 527 toneladas. Outros peixes também foram produzidos no estado, como o matrinxã (318 toneladas) e o pirarucu (17 toneladas), mas em escala bem menor que o tambaqui.

Recomendações

A transição do estado de Roraima de uma condição histórica de hiperperiferia logística para a condição de estado articulador das dinâmicas pan-amazônicas traz fortes implicações sobre as dinâmicas geoeconômicas e produtivas no estado. A profunda caracterização socioespacial das cidades-gêmeas de Roraima evidencia um território onde a linha divisória internacional é cotidianamente superada pelas dinâmicas humanas. Essa realidade gera uma intensa demanda por serviços públicos e privados oriunda do outro lado da fronteira, afetando de maneira direta e contínua áreas críticas como saúde, educação, infraestrutura e abastecimento comercial local.

Diante desse cenário de forte interação funcional interdependente, recomenda-se prioritariamente a negociação, a formalização e a célere implementação de Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas no espaço amazônico. Esses instrumentos diplomáticos e jurídicos mostram-se indispensáveis para conferir segurança legal ao intenso trânsito vicinal e para otimizar o atendimento conjunto das populações fronteiriças. Ademais, é absolutamente imperativa a elaboração de planos diretores conjuntos para essas localidades, haja visto que muitos dos problemas que afligem a fronteira não podem ser resolvidos por apenas uma das partes integrantes.

O desenvolvimento regional fronteiriço está diretamente condicionado à superação da precariedade logística que ainda é notória na Amazônia. Desse modo, recomenda-se a estruturação de um anel de infraestrutura multimodal que consolide Roraima como um nó logístico indispensável na conexão entre o Norte do Brasil, o Escudo das Guianas e o mar do Caribe. Essa infraestrutura ampliada, que compreende impreterivelmente os setores de transporte, de geração e transmissão de energia e de comunicação operando em absoluta sincronia, deve ser adaptada às necessidades e condições amazônicas.

No vetor logístico, faz-se necessário diversificar os corredores de escoamento e garantir extrema resiliência às rotas interoceânicas. No vetor energético, sem o qual as cadeias produtivas locais e as indústrias de base bioeconômica não conseguem se fixar, recomenda-se a inserção plena de Roraima na matriz sistêmica da Ilha das Guianas, buscando soluções perenes de complementaridade hidrológica e a estabilidade ininterrupta de fornecimento de eletricidade. Já no vetor das comunicações, recomenda-se a vigorosa expansão de redes de fibra óptica que garantam a conectividade digital essencial para a devida integração dos sistemas aduaneiros e para a inserção tecnológica e informacional das populações locais mais isoladas. Para que o estado não seja reduzido a um corredor logístico de escoamento de commodities em direção aos mercados internacionais, deve haver, complementarmente, integração produtiva de modo a fomentar a agregação de valor da produção local e regional. Recomenda-se, para tanto, o aproveitamento coordenado dos instrumentos fiscais e tributários vigentes, com especial destaque para a Área de Livre Comércio administrada pela Suframa nos municípios de Bonfim e Pacaraima, bem como a exploração ostensiva do enorme potencial inerente à Zona Franca Verde[7]. Esses valiosos incentivos devem ser devidamente direcionados para atrair indústrias de base biológica e para formalizar o comércio transfronteiriço.

O planejamento de infraestrutura e a desejada expansão da base socioprodutiva em Roraima não podem prescindir de salvaguardas ambientais e sociais. O vasto território estadual abriga uma complexa rede de áreas constitucionalmente protegidas. Portanto, recomenda-se que qualquer intervenção física ou econômica inicie respeitando os limites das Unidades de Conservação e das extensas Terras Indígenas situadas nas adjacências de cada cidade-gêmea.

A caracterização demográfica, que aponta uma expressiva porcentagem da população residente declarada indígena, deve orientar políticas direcionadas de inclusão socioprodutiva que valorizem e respeitem os saberes tradicionais. Simultaneamente, recomenda-se o monitoramento do desmatamento e da cobertura florestal remanescente em todo o estado, valendo-se da aplicação de ferramentas consolidadas. O fomento a arranjos modernos de rastreabilidade de origem é vital para garantir que os produtos roraimenses exportados estejam livres de passivos ambientais. Em paralelo, recomenda-se que as ações de planejamento internalizem a história do estado intrinsecamente vinculada aos conceitos de integração sul-americana, fomentando o intercâmbio científico e prestigiando fortemente as referências de autores do estado e do país vizinho, consolidando Roraima como o centro dinâmico de uma nova geopolítica de desenvolvimento, alicerçada na paz e na prosperidade compartilhada.

7. A Zona Franca Verde (ZFV) é um regime instituído pela Lei nº 11.898/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.597/2015, concedendo isenção de IPI para atividades de beneficiamento industrial em áreas de livre comércio (ALCs) da Suframa, com a condicionalidade de que se empreguem, predominantemente, matérias-primas regionais de origem animal, vegetal ou mineral.

Esta nota foi preparada no início de 2026 a partir de pesquisas de campo realizadas em todos os estados fronteiriços da Amazônia brasileira e também nos países vizinhos, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e bioeconomia no Arco Norte. Não se trata de um estudo exaustivo, mas de uma síntese inicial de reflexões que serão aprofundadas em documentos técnicos e em um livro a ser disponibilizado em www.ipea.gov.br/portal/americadosul. Em um contexto marcado pela crise da governança global, pela fragmentação regional e pela crescente disputa das grandes potências por recursos naturais — energéticos, minerais e biológicos —, a cooperação amazônica e as regiões de fronteira enfrentam novos e complexos desafios. Sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos vamos mais longe. Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento: integrados, estaremos mais protegidos e mais capazes de assegurar uma vida digna, compatível com a floresta em pé, nas fronteiras amazônicas. As políticas públicas precisam, portanto, avançar para uma visão integrada do desenvolvimento fronteiriço, articulando infraestrutura, ciência, inovação, cooperação internacional e valorização dos territórios e de suas populações. O fortalecimento da presença do Estado, em diálogo com atores locais e países vizinhos, é fundamental para transformar fronteiras em espaços de oportunidades, e não de vulnerabilidades. Nesse esforço coletivo, o Arco Norte pode se afirmar como um vetor estratégico de um desenvolvimento amazônico soberano, inclusivo e comprometido com a preservação da sociobiodiversidade.

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

As publicações, documentos técnicos e demais informações relacionadas ao projeto encontram-se disponíveis no **site oficial** do Projeto Fronteiras da Amazônia, ampliando o acesso público aos conteúdos produzidos e fortalecendo a transparência do processo.

Acesse:



Execução

instituto brasileiro de administração municipal

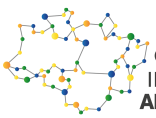
Realização

IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Apoio:



ipea
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUDAM

GSI

Execução:

ibam
instituto brasileiro de administração municipal

Realização:

IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO